Diário do Comércio

91 ANOS / DESDE 1932
Belo Horizonte, MG
Sexta-feira, 14 de junho de 2024

EDIÇÃO **25.100**

diariodocomercio.com.br
JOSÉ COSTA fundador
ADRIANA COSTA MULS presidente

R$ 3,50

Governo federal investe em aeroportos mineiros

O plano de desenvolvimento da aviação regional destinará aportes de R$ 185 milhões para o interior de Minas FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

ECONOMIA Terminais de Governador Valadares, Vale do Aço e Divinópolis serão beneficiados

Dentro do plano de desenvolvimento da aviação regional, o governo federal vai expandir e reformar três aeroportos em Minas Gerais. Os terminais de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Vale do Aço e Divinópolis, na região Centro-Oeste, receberão, ao todo, investimentos de R$ 185 milhões. O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou ontem três ordens de serviço para o início das obras, em visita a Governador Valadares e Ipatinga. O ministro reforçou que a modernização dos aeroportos é essencial para impulsionar o comércio local, proporcionar a criação de empregos e aumentar a renda dos moradores das cidades beneficiadas. Além de fortalecer a economia regional, as melhorias contribuirão para a integração do Brasil, facilitando o acesso a diferentes regiões.

Os aportes no aeroporto do Vale do Aço, localizado entre Ipatinga e Santana do Paraíso, serão de R$ 90 milhões, incluindo a construção do novo pátio de aeronaves, reforma das pistas de taxiamento e o novo terminal de passageiros. O terminal de Governador Valadares deverá ser contemplado com cerca de R$ 75 milhões. A Prefeitura de Divinópolis já havia informado ao Diário do Comércio que receberia cerca de R$ 27 milhões para obras em seu aeródromo, até 2025. O valor será investido na reforma e na adequação da infraestrutura do espaço. O terminal não recebe voos operacionais há cerca de seis anos. **PÁG. 3**

Diário do Comércio debate mudanças climáticas PÁG. 15

Digitalização de processos é saída para prefeituras PÁG. 13

Camanducaia ganhará condomínio logístico PÁG. 11

Maior fonte de receita do governo de Minas Gerais, o ICMS registrou um recolhimento de R$ 6,4 bilhões no mês passado FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Arrecadação estadual soma R$ 8,81 bilhões em maio, um crescimento de 9,4% ante abril

Com o recolhimento de R$ 8,81 bilhões, a arrecadação estadual cresceu 9,4% em maio frente a abril. No acumulado do ano, o montante chegou a R$ 46 bilhões, aponta a Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). Maior fonte de receita do governo de Minas, o ICMS injetou R$ 6,4 bilhões nos cofres estaduais. O repasse de dividendos das empresas estatais Codemge, Codemig, Copasa e Cemig contribuiu também com o aumento da arrecadação no mês passado. **PÁG. 19**

A atividade de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo apresentou ligeira queda de 0,1% em abril FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALESSANDRO CARVALHO

Volume de vendas do comércio varejista aumenta pelo sexto mês consecutivo em MG

Pela sexta vez consecutiva, o volume de vendas do comércio varejista cresceu em Minas Gerais. Em abril, a alta foi de 1,3% frente a março, enquanto a média nacional ficou e 0,9%, segundo do IBGE. No acumulado do ano, o avanço no Estado atingiu 4,7% contra 4,9% no País. Em Minas, a atividade de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que representa mais de 50% da pesquisa, registrou leve recuo de 0,1%, após vários meses de elevação. **PÁG. 4**

ARTIGOS

EDITORIAL

A escalada da criminalidade e da violência no Rio de Janeiro prossegue e sem nenhum sinal de que possa ser revertida. Foi precisamente o que pôde ser visto, na última terça-feira, mais um dia de terror para a população da segunda maior cidade brasileira. O Rio de Janeiro conheceu na terça-feira situação comparável à de uma guerra aberta, pior, em que os inimigos se revelam mais numerosos, mais bem armados e mais articulados. A realidade não pode continuar sendo ignorada, ou contornada, enquanto os avanços da criminalidade prosseguem deixando assim de representar ameaça apenas para a cidade ou o Estado. Porque é absolutamente certo que a impunidade é convite expresso a avanços que podem já estar acontecendo e representam uma grande ameaça a todo o País. **PÁG. 2**

DÓLAR DIA 13	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,3660	R$ 5,3680
TURISMO	R$ 5,3970	R$ 5,5770
PTAX (BC)	R$ 5,3968	R$ 5,3974

EURO DIA 13	COMPRA	VENDA
COMERCIAL	R$ 5,8043	R$ 5,8054

OURO DIA 13	
NOVA YORK (ONÇA-TROY)	US$ 2.303,86
BM&F (g)	R$ 398,87

TR dia 16	0,0643%
POUPANÇA dia 16	0,5646%
IPCA – IBGE abril	0,38%
IPCA – IPEAD abril	0,24%
IGP-M maio	0,89%

BOVESPA

OPINIÃO

A epidemia das chamadas fraudulentas

Leandro Roosevelt
Director, Banking (Datablink) da WatchGuard Technologies Brasil

A preocupação com a cibersegurança e a proteção dos dados é uma questão ubíqua na sociedade contemporânea, refletindo não apenas a crescente sofisticação dos golpes cibernéticos, mas também o impacto devastador que tais ataques podem ter em níveis individuais e empresariais. O acesso ilegítimo a informações pessoais é frequentemente alimentado por vazamentos massivos de dados, alimentando uma economia clandestina conhecida como "Fraude-as-a-service". Dentro desse cenário sombrio, entidades obscuras oferecem cartões de crédito com limites substanciais a preços nominalmente baixos, mascarando uma rede de atividades criminosas por meio de centrais de atendimento fictícias.

A evolução constante dos métodos empregados pelos atacantes é um ponto crucial a ser considerado. Além de se beneficiarem de vazamentos de dados prévios, os criminosos utilizam técnicas avançadas de engenharia social para obter dados suplementares das vítimas, permitindo-lhes criar narrativas convincentes para a execução bem-sucedida de golpes. Esta sofisticação é um lembrete contundente da necessidade de vigilância constante e de medidas de proteção proativas.

A proteção eficaz dos dados é uma responsabilidade que recai sobre múltiplos atores, incluindo indivíduos, empresas e entidades regulatórias. As empresas devem adotar medidas de segurança robustas, como criptografia de ponta a ponta, autenticação multifatorial e monitoramento proativo de anomalias, para proteger as informações sensíveis de seus clientes. Além disso, é imperativo que os governos imponham regulamentações rigorosas para dissuadir e punir aqueles envolvidos em atividades ilícitas, como vazamentos de dados e crimes cibernéticos.

> *"É imperativo que os governos imponham regulamentações rigorosas para dissuadir e punir aqueles envolvidos em atividades ilícitas, como vazamentos de dados e crimes cibernéticos"*

Nesse contexto, a conscientização e a educação também desempenham papéis fundamentais. Indivíduos devem estar atentos às práticas de segurança cibernética, como o uso de senhas fortes e a não divulgação de informações pessoais em sites não confiáveis. As empresas, por sua vez, devem investir em programas de treinamento para funcionários, a fim de aumentar a conscientização sobre ameaças cibernéticas e práticas seguras de manipulação de dados.

Além disso, a colaboração entre setores público e privado é essencial para enfrentar efetivamente os desafios da cibersegurança. Isso inclui compartilhamento de informações sobre ameaças, cooperação em investigações e desenvolvimento conjunto de estratégias de defesa cibernética. Somente através de uma abordagem integrada e multifacetada podemos esperar mitigar os riscos associados à era digital e garantir um ambiente online seguro e confiável para todos os usuários.

Segurança alimentar é desafio no século XXI

Benjamin Salles Duarte
Engenheiro agrônomo

Os alimentos são fontes de energia e saúde essenciais à vida na sua diversidade e centenas deles, cultivados ou não, foram "domesticados" ao longo de milênios de consumo crescente e ofertas de grãos, cereais, oleaginosas, frutas, hortaliças, leite, carnes, ovos, pescados, entre outros, e numa trajetória dinâmica da Ciência & Tecnologia ao gerar inovações agropecuárias.

A população mundial passou de 2,5 bilhões de habitantes em 1950 para 8 bilhões em 2023 (+220%), no mesmo período o Brasil de 51,9 milhões para 203 milhões habitantes (+291,1%), e Minas Gerais de 7,7 milhões para 20,5 milhões de habitantes (+166,2%)(IBGE/ONU).

Prevalece uma relação direta entre aumento demográfico + água + alimentos + energia, entre outros fatores convergentes.

Sabendo-se também que a lógica do mundo natural por suas leis básicas, sinérgicas, deve ser rigorosamente considerada numa perspectiva de tempo nas intervenções humanas em seus domínios nos continentes, mares e oceanos da Terra, e nas múltiplas atividades agropecuárias não poderiam ser diferentes.

Sem exagerar, o ser humano seria um operário da natureza ao exigir-lhe muitos saberes num processo evolutivo, e as culturas e criações são sistemas conectados dentro e fora da porteira da fazenda e submetem-se aos seus respectivos ciclos biológicos e às singularidades produtivas.

Entretanto, os fenômenos naturais extremos afetam a agroeconomia e a segurança alimentar depende da distribuição da renda *per capita*!

E mais, a polêmica tese do alimento barato não tem sustentação, produzir custa muito dinheiro, e a redução dos desperdícios alimentares até à mesa do consumidor tem que considerar as consequências socioeconômicas nos processos produtivos nas paisagens rurais e entender a lógica reversa presumível na direção cidade-campo ao limitar a produção agropecuária. A Lei da Oferta e Procura explicaria esses cenários!

A segurança alimentar, como política pública, não se restringe apenas a Minas Gerais e afeta ainda milhões de brasileiros e deverá considerar a produção brasileira de alimentos. A oferta de grãos passou de 52,4 milhões de toneladas em 1984 para 319,8 milhões em 2023 (+510,3%) e 295,4 milhões em 23/24.

E mais, a oferta de grãos, cereais e oleaginosas é resultante dessas diversas regiões produtoras. Norte: 17,8 milhões de toneladas; Nordeste, 28 milhões; Centro-Oeste, 137,8 milhões; Sudeste (MG+SP+ES+RJ), 26 milhões; e Sul, com 85,6 milhões = 295,4 milhões de toneladas (Conab).

Os semiáridos mineiro e do Nordeste brasileiro apresentam bons desempenhos na produção e ofertas de alimentos e emerge a fruticultura no Norte de Minas ligada aos mercados, irrigação, boas práticas e mais 80 mil empregos diretos e indiretos; a região do Jaíba obteve a Indicação Geográfica/INPI e reúne 2.500 fruticultores em 13 municípios(Abanorte). 06/24.

EDITORIAL

Uma guerra sem resposta

A escalada da criminalidade e da violência no Rio de Janeiro prossegue e sem nenhum sinal de que possa ser revertida. Foi precisamente o que pôde ser visto, na última terça-feira, mais um dia de terror para a população da segunda maior cidade brasileira. Incursão policial numa comunidade, mais uma vez aparentemente detectada antecipadamente, provocou reação que vem confirmar a escalada de uma guerra, ou guerrilha, aberta ainda que não declarada. Os bandidos, em articulação que impressiona e causa muito medo, ordenaram o fechamento das principais vias rápidas da cidade – Avenida Brasil e linhas Amarela e Vermelha – provocando reação em cadeia sem precedentes, tudo isso com tiroteios e emprego de armas pesadas à luz do dia.

Não será mera retórica registrar que a Cidade Maravilhosa foi paralisada durante horas, com todos os aspectos do cotidiano afetados, numa situação que, mesmo sendo dada como rotineira, quase banal, evidencia perda de controle que equivale, sem exageros, ao virtual colapso do Estado, algo que recomenda, na realidade exige, reação que guarde correspondência com as proporções da ameaça. O Rio de Janeiro conheceu na terça-feira situação comparável à de uma guerra aberta, pior, em que os inimigos se revelam mais numerosos, mais bem armados e mais articulados. Não cabe afirmar que este é mais um caso de polícia, de contra-ataques ou de melhor uso dos serviços de inteligência. Tampouco reclamar mais recursos, maiores efetivos e adequado treinamento para a tropa.

Tudo isso já foi dito e repetido, mas nada mudou, nem mesmo como consequência de intervenção federal na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro. Muitas conversas, quase sempre acompanhadas de suspeitas de que corrupção e infiltração nas forças policiais seria ingrediente crucial em todo o processo, mas nada de efetivo acontecendo. Nada que sequer pudesse sugerir alguma evolução na direção desejada, sobrando a constatação, e agora mais uma vez confirmada, de que o quadro piora a cada dia que passa. Se estamos diante de uma situação de guerra, como de fato parece ser, é nesta escala e somente nela que tem que vir a resposta, e postura totalmente diferente de tudo o que foi feito até agora.

A realidade não pode continuar sendo ignorada, ou contornada, enquanto os avanços da criminalidade prosseguem deixando assim de representar ameaça apenas para a cidade ou o Estado. Porque é absolutamente certo que a impunidade é convite expresso a avanços que podem já estar acontecendo e representam ameaça a todo o País..

Diário do Comércio

FUNDADO EM 18 DE OUTUBRO DE 1932
Fundador
José Costa

PRESIDENTE DO CONSELHO GESTOR
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

PRESIDENTE E DIRETORA EDITORIAL
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

DIRETOR EXECUTIVO
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

CONSELHO CONSULTIVO
Enio Coradi
Tiago Fantini Magalhães
Antonieta Rossi

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Machado / Claudio de Moura Castro / Lindolfo Paoliello / Luiz Michalick Mônica Cordeiro / Teodomiro Diniz

DIÁRIO DO COMÉRCIO EMPRESA JORNALÍSTICA LTDA.
Av. Américo Vespúcio, 1.660 CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

EDITORA-EXECUTIVA
Luciana Montes

EDITORES
Alexandre Horácio
Clério Fernandes
Rafael Tomaz
Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES
Atendimento Geral 3469-2000
Administração 3469-2004
Redação 3469-2040
Comercial 3469-2007
Industrial 3469-2085 / 3469-2092

GERENTE INDUSTRIAL
Manoel Evandro do Carmo
industrial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURA (impresso + digital)
assinaturas@diariodocomercio.com.br

SEMESTRAL R$ 396,90
Belo Horizonte, Região Metropolitana

ANUAL R$ 793,80
Belo Horizonte, Região Metropolitana

PREÇO DO EXEMPLAR AVULSO:
R$ 3,50

Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.

FILIADO À

SINDIJOR
Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

Os artigos assinados refletem a opinião do autor. O Diário do Comércio não se responsabiliza e nem poderá ser responsabilizado pelas informações e conceitos emitidos e seu uso incorreto.

diariodocomercio.com.br
diariodocomercio
@diariodocomercio

Aeroportos mineiros vão receber R$ 185 milhões

INFRAESTRUTURA Investimentos serão realizados nos terminais de Governador Valadares, Vale do Aço e Divinópolis

RODRIGO MOINHOS

O governo federal vai investir R$ 185 milhões na expansão e reforma de três aeroportos em Minas Gerais. Os recursos serão destinados para os terminais de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Vale do Aço e Divinópolis, na região Centro-Oeste.

Ontem, em visita a Governador Valadares e Ipatinga, o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, assinou três ordens de serviço para o início das obras.

De acordo com informações da pasta, além de emitir as ordens de serviço que possibilitarão a realização de novas intervenções nos aeroportos de Minas Gerais, o ministro também fez a vistoria da infraestrutura atual do aeroporto do Vale do Aço, entre Ipatinga e Santana do Paraíso.

Ministro Costa Filho assinou as três ordens de serviços em visita ao Estado ontem FOTO: VOMAR ROSA / MPOR

Projetos – Os investimentos no terminal do Vale do Aço vão somar R$ 90 milhões. Estão incluídas no pacote as obras de construção do novo pátio de aeronaves, reforma das pistas de taxiamento de aeronaves, construção das áreas de giro da pista de pouso, do novo acesso viário e do estacionamento de veículos, bem como construção do novo terminal de passageiros e outras obras de infraestrutura já previstas. Foi anunciada, ainda, a publicação do edital para licitação de concessão comercial de área para hangares.

De acordo com o prefeito de Santana do Paraíso, Bruno Morato, a meta é democratizar o acesso ao transporte aéreo. "Queremos que as pessoas do Vale do Aço possam viajar de avião para seus destinos e realizar aquilo que é a vocação da aviação: encurtar distâncias, conectar pessoas e, principalmente, realizar sonhos", destacou.

Já o aeroporto de Governador Valadares deverá receber algo em torno de R$ 75 milhões.

A Prefeitura de Divinópolis, por sua vez, já havia informado ao Diário do Comércio que receberia cerca de R$ 27 milhões em seu aeródromo, até 2025.O valor será investido na reforma e na adequação da infraestrutura do espaço. O aeródromo não recebe voos operacionais há cerca de seis anos.

Essas ações estão alinhadas ao plano de desenvolvimento da aviação regional, desenvolvido pelo governo federal e têm por objetivo ampliar a conectividade das principais cidades brasileiras e interligar as regiões com grande potencial de crescimento do turismo e da economia.

Turismo - Segundo o ministro Costa Filho, os novos investimentos vão impulsionar o turismo na região e ampliar a malha aérea da cidade com outras regiões do País. "Com esses investimentos vai ser possível recuperar pistas, requalificar os terminais e estruturar a iluminação, pois são investimentos que vão ajudar na navegabilidade e, cada vez mais, proporcionar segurança nos voos", disse.

O ministro reforçou ainda que a modernização desses aeroportos é essencial para impulsionar o comércio local, proporcionar a criação de empregos e aumentar a renda dos moradores das cidades beneficiadas. Além de fortalecer a economia regional, as melhorias contribuirão para a integração do Brasil, facilitando o acesso a diferentes regiões e promovendo o desenvolvimento sustentável do País.

Comércio varejista em MG tem sexta alta consecutiva

IBGE **Volume de vendas avançou 1,3% na passagem de março para abril, superando média nacional, que foi de 0,9%, segundo Pesquisa Mensal do Comércio (PMC)**

RODRIGO MOINHOS

O volume de vendas do comércio varejista em Minas Gerais avançou 1,3%, alcançando a sexta alta consecutiva na passagem de março para abril. Enquanto isso, a média nacional foi de 0,9%, ficando abaixo do registrado no Estado. As informações são da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada ontem (13) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com o levantamento, nos últimos 12 meses foram 10 taxas positivas e duas negativas, evidenciando tendência de crescimento do setor. Entretanto, no acumulado do ano (em relação ao ano anterior), Minas Gerais cresceu 4,7%, enquanto o incremento no País foi de 4,9%, no mesmo período.

O economista do IBGE, Daniel Dutra, mesmo sem poder fazer uma previsão, acredita que, de forma geral, a expectativa é que o comércio continue em um ambiente favorável. "Do ponto de vista histórico, são várias altas positivas em sequência, o que demonstra que o setor de comércio varejista apresenta tendência de, no mínimo, crescimento", avaliou.

Em Minas Gerais, a atividade de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que representa mais de 50% da pesquisa, obteve um recuo após vários meses de alta (no indicador mês sobre mesmo mês do ano anterior). "Mesmo com a ligeira queda, da ordem -0,1%, o setor alimentício vem sustentando o incremento nestes últimos meses. Por outro lado, a atividade de Móveis e Eletrodomésticos teve um avanço após dois meses no negativo. E como a inflação não está tão alta, as pessoas continuam consumindo", explicou.

Avanço de atividades - No comércio varejista mineiro, cinco das oito atividades investigadas apresentaram avanço na comparação com o mesmo mês do ano anterior, com destaque para Equipamentos e Materiais de escritório (132,1%) e Móveis e Eletrodomésticos (8,3%).

De acordo com a economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Minas Gerais (Fecomércio-MG), Gabriela Martins, o varejo vem se recuperando gradativamente desde o período pandêmico. "Com isso, hoje podemos ver influências positivas com a redução da inflação em abril em relação a março. Crédito para pessoa física adquirir veículos, elevação na massa de rendimento de 1,1% e o crescimento de pessoas ocupadas são fatores que geraram o impacto positivo para o comércio", disse.

A atividade comercial de Combustíveis e Lubrificantes apresentou recuos sucessivos, embora em abril a redução tenha sido a menor dos últimos três meses, da ordem de 6,6%. No comércio varejista ampliado, Veículos, motocicletas, partes e peças foi o principal destaque positivo, com 37,5% de crescimento.

No Estado, setor de hiper, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo obteve pequeno recuo de 0,1% FOTO: VALTER CAMPANATO / AGÊNCIA BRASIL

Mesmo com a tendência ainda incerta, Gabriela Martins mantém as expectativas positivas. "Apesar dos juros se mantendo altos, ainda temos boas expectativas para o segundo semestre, que costuma ser melhor que o primeiro. Pois, as pessoas tendem a gastar mais, uma vez que a renda é mais comprometida no primeiro semestre com as despesas do início do ano", ponderou.

O economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, por sua vez, destacou o desempenho do setor de equipamentos e materiais de tecnologia da informática e comunicação em Minas, que teve alta de 97,5% no primeiro quadrimestre de 2024. No País, a alta foi mais tímida, de 3,5%.

De acordo com ele, o aumento da compra de celulares, computadores e itens importados está atrelado à recente desvalorização cambial. "Esse resultado foi puxado pela redução da taxa básica de juros e pela desvalorização cambial, associado aos incentivos à inovação. Esperamos que este setor continue performando bem, assim como os hipermercados e supermercados que estão associados ao consumo das famílias", afirmou.

> **"De acordo com levantamento do IBGE, nos últimos 12 meses foram 10 taxas positivas e duas negativas"**

Um ponto que vale ser destacado é que todos os estados apresentaram indicadores positivos se comparados com o mesmo período do ano anterior (janeiro a abril), o que demonstra crescimento da atividade comercial em todo o Brasil.

SINDIJORI — Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais

DIÁRIO DO COMÉRCIO INTEGRA MINAS

O DIÁRIO DO COMÉRCIO, em parceria com o Sindijori-MG, mantém um espaço de interação com os municípios mineiros através de seus veículos associados. A coluna Integra Minas é publicada às sextas-feiras e tem o objetivo de aproximar questões que impactam o ambiente econômico e empresarial do Estado em uma via de mão dupla, trazendo e levando informações criando uma rede que "Integra Minas".

Preço do diesel cai em Poços

A nova pesquisa de preços dos combustíveis feita pelo Procon de Poços apontou queda de alguns produtos. Segundo o levantamento, a gasolina aditivada e o diesel comum caíram, respectivamente, 0,54% e 0,17%. A gasolina comum e o diesel S10 mantiveram-se estáveis. Já o etanol ficou mais caro, subindo 0,54% em relação a maio. O preço mais baixo identificado para a gasolina comum foi R$ 5,18 e para a aditivada, R$ 5,29. O do etanol, R$ 3,49. O diesel comum pode ser encontrado por R$ 5,49 e o S10, por R$ 5,44. A pesquisa abrangeu 33 postos de combustível. **(Jornal Mantiqueira - Poços de Caldas)**

Recuperação de Áreas Produtivas

O projeto Agro + Verde, parceria entre o Sistema Faemg Senar e a Cargill, chega ao Norte de Minas para beneficiar 30 produtores de fruticultura, especialmente na cultura do cacau em consórcio com outras frutas. Lançado na 41ª Expô Janaúba, o projeto visa recuperar áreas degradadas e otimizar a produção, oferecendo assistência técnica e insumos como calcário e mudas. O objetivo é criar um polo produtivo de cacau de alta tecnologia, consolidando a cultura na região do Norte de Minas Gerais. Na fase anterior, o projeto beneficiou 41 produtores no Triângulo Mineiro, com diversas melhorias nas propriedades. **(Gazeta Norte Mineira)**

Unileste promove Empresa-Ação

O Centro Universitário Católica do Leste de Minas Gerais (Unileste) iniciará na próxima segunda-feira a mais recente edição do Empresa-Ação em Coronel Fabriciano. O evento, organizado pelos estudantes, tem como propósito oferecer experiências práticas de empreendedorismo, possibilitando aos visitantes conhecer e adquirir produtos de oito empresas criadas para a ocasião. O evento promove o desenvolvimento de habilidades fundamentais para os futuros profissionais, preparando-os para os desafios do mercado. O projeto permite que os estudantes vivenciem todas as etapas de um empreendimento, proporcionando experiências para a formação acadêmica e profissional. **(Diário do Aço – Ipatinga)**

'Fale Agora' nos estádios

O governo de Minas, por meio da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese-MG), está implementando o Protocolo 'Fale Agora' nos estádios e clubes mineiros para combater a violência contra a mulher nesses espaços. O programa capacita e educa cidadãos e funcionários para prevenir a violência sexual e acolher as vítimas, promovendo uma cultura de respeito e segurança. As capacitações envolvem tanto atletas masculinos quanto femininos, além dos colaboradores dos estádios. A iniciativa visa criar ambientes mais seguros e conscientes para todos os envolvidos no futebol em Minas Gerais. **(Jornal da Cidade – Governador Valadares)**

Expocacer avalia cafés

A Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado (Expocacer) está promovendo um mapeamento de qualidade para identificar cafés especiais da nova safra. O serviço gratuito e exclusivo para cooperados permite que os cafeicultores apresentem amostras para avaliação, com feedback em tempo real por parte de degustadores especializados. O mapeamento, realizado em Patrocínio e Patos de Minas, auxilia na tomada de decisão dos produtores, contribuindo para o aprimoramento dos processos pós-colheita e agregando valor ao produto final. **(Jornal de Patrocínio)**

Degustação às cegas da ExpoQueijo

A ExpoQueijo Brasil 2024 – Araxá InternationalCheese Awards destaca-se como o principal evento do segmento nas Américas, atraindo participantes e especialistas de diversos países. Com foco na imparcialidade e qualidade, utiliza a degustação às cegas como metodologia de avaliação, garantindo que os queijos sejam julgados exclusivamente por suas características sensoriais. O evento, realizado entre os dias 27 e 30 de junho, promove discussões sobre transparência e objetividade em competições gastronômicas, destacando a excelência dos queijos produzidos ao redor do mundo. **(Clarim – Araxá)**

Senac abre vagas em Ipatinga

As unidades do Senac em Ipatinga e Coronel Fabriciano estão com matrículas abertas para diversas opções de cursos gratuitos, com início das aulas programadas para junho e julho. Ao todo, são 24 turmas com inscrições abertas nas duas unidades. As inscrições podem ser feitas diretamente em cada unidade. Para outras informações, visite o site do Senac ou entre em contato pelo WhatsApp 31 3057-8600. **(Jornal Classivale – Ipatinga)**

Itaúna foi destaque com premiações

A administração de Itaúna recebeu dois reconhecimentos esta semana. Em Brasília, o prefeito recebeu o Certificado de Mérito pelo destaque na aplicação do IMGG 100 Pontos, no IX Fórum Nacional de Transferências e Parcerias da União. Em Belo Horizonte, a AMM concedeu uma menção honrosa a Itaúna por ser finalista do Prêmio Mineiro de Boas Práticas na Gestão Municipal com o programa "Incentiva Itaúna". No entanto, esses prêmios geraram críticas nas redes sociais, com moradores apontando diversos problemas na cidade, como falhas no transporte público, questões de saneamento e saúde pública, e aumento da criminalidade. **(Folha Povo Itaúna)**

Universidades mineiras no *ranking* mundial

Cinco universidades de Minas Gerais estão na lista das melhores do mundo, em ranking divulgado no início deste mês. O rol, do QS World University Rankings, elenca as instituições de ensino superior com melhor desempenho acadêmico no planeta. No Brasil, 35 universidades aparecem no *ranking*, entre federais e privadas. A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) é a mineira melhor colocada. Ela aparece entre as 671 universidades do ranking, desempenho superior ao de 55,4% das instituições ranqueadas. Já a Universidade Federal de Juiz de Fora e a de Viçosa aparecem entre as 1200 melhores. Também estão na lista a PUC Minas e a Universidade Federal de Uberlândia, entre as 1400 melhores. **(Diário de Caratinga)**

JF recebe quase 4 mil doses de vacina

Juiz de Fora recebeu 3.995 doses do novo imunizante contra a Covid-19, a SpikeVax. Conforme a Secretaria de Saúde (SS), a aplicação já está sendo feita nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do município. A previsão é que uma nova remessa de doses chegue a Juiz de Fora na segunda-feira (17). A vacina já vem sendo utilizada em todo o país pelo SUS. O público-alvo são crianças (de 6 meses a 4 anos, sem vacinação prévia e sem histórico conhecido de infecção pela Covid-19) e grupos de maior risco. **(Tribuna de Minas)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
CIRCULANTES							
Caixa e equivalentes de caixa	4	106.041	237.722	229.240	210.043	319.958	306.304
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	1.362.462	1.301.922	1.228.595	1.377.655	1.332.174	1.253.122
Estoques	6	2.195.513	2.213.393	1.557.587	2.294.545	2.363.315	1.657.074
Impostos e contribuições a recuperar	7	498.527	365.260	175.624	502.879	383.417	176.812
Total dos ativos circulantes		**4.162.543**	**4.118.297**	**3.191.046**	**4.385.122**	**4.398.864**	**3.393.312**
NÃO CIRCULANTES							
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	6.540	17.575	23.101	6.540	17.575	23.101
Estoques	6	3.968	5.243	4.629	3.968	5.243	4.629
Impostos e contribuições a recuperar	7	112.647	104.032	10.005	112.893	104.356	10.008
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	850.628	902.788	845.372	850.628	902.788	849.867
Depósitos judiciais		2.654	7.952	29.845	2.654	7.952	29.845
Investimentos	8	207.920	261.703	217.782	-	-	-
Imobilizado	9	3.306.359	2.854.931	2.666.737	3.351.618	2.904.577	2.714.066
Intangível		179.766	182.116	174.224	248.451	253.888	265.449
Direito de uso	13.1	49.286	58.614	6.343	54.020	65.237	14.351
Total dos ativos não circulantes		**4.719.768**	**4.394.954**	**3.978.038**	**4.630.772**	**4.261.616**	**3.911.316**
TOTAL DOS ATIVOS		**8.882.311**	**8.513.251**	**7.169.084**	**9.015.894**	**8.660.480**	**7.304.628**

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Controladora 01/01/2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado	Consolidado 01/01/2022 Reapresentado
CIRCULANTES							
Fornecedores e outras contas a pagar	11	1.460.256	1.504.001	894.106	1.502.114	1.534.107	911.155
Empréstimos e financiamentos	12	1.664.299	1.590.345	1.035.420	129.011	1.590.345	1.035.420
Arrendamento mercantil	13	6.497	5.819	5.921	12.664	13.088	7.849
Provisão para imposto de renda e contribuição social		23.912	-	-	27.814	9.667	12.446
Empréstimos de partes relacionadas	10	149.019	291.125	608.920	1.684.307	291.125	608.920
Provisões	14	295.597	111.018	154.291	302.286	115.785	165.236
Total dos passivos circulantes		**3.599.580**	**3.502.308**	**2.698.658**	**3.658.196**	**3.554.117**	**2.741.026**
NÃO CIRCULANTES							
Empréstimos e financiamentos	12	351.016	235	401	351.016	235	401
Arrendamento mercantil	13	48.625	55.089	-	48.625	55.089	6.757
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	-	-	3.500	6.145	12.227
Provisões	14	212.183	147.696	192.782	214.344	149.737	194.381
Total dos passivos não circulantes		**611.824**	**203.020**	**193.183**	**617.485**	**211.206**	**213.766**
TOTAL DOS PASSIVOS		**4.211.404**	**3.705.328**	**2.891.841**	**4.275.681**	**3.765.323**	**2.954.792**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	16	9.331.547	9.331.547	8.688.430	9.331.547	9.331.547	8.688.430
Reservas de capital		43.908	40.974	39.077	43.908	40.974	39.077
Ajuste de avaliação patrimonial		25.710	18.663	(12.537)	25.710	18.663	(12.537)
Prejuízos acumulados		(4.730.258)	(4.583.261)	(4.437.727)	(4.730.258)	(4.583.261)	(4.437.727)
		4.670.907	4.807.923	4.277.243	4.670.907	4.807.923	4.277.243
Participação dos não controladores		-	-	-	69.306	87.234	72.593
Total do patrimônio líquido		**4.670.907**	**4.807.923**	**4.277.243**	**4.740.213**	**4.895.157**	**4.349.836**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**8.882.311**	**8.513.251**	**7.169.084**	**9.015.894**	**8.660.480**	**7.304.628**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	7.001.189	6.452.046	7.394.573	6.903.384
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	18	(5.767.185)	(5.726.461)	(6.086.320)	(5.939.164)
LUCRO BRUTO		1.234.004	725.585	1.308.253	964.220
DESPESAS OPERACIONAIS					
Vendas		(492.233)	(666.803)	(510.869)	(690.483)
Gerais e administrativas		(130.231)	(111.707)	(145.586)	(128.004)
Outras despesas operacionais, líquidas		(486.855)	(134.882)	(499.789)	(143.183)
	18	(1.109.319)	(913.392)	(1.156.244)	(961.670)
Resultado de equivalência patrimonial	8	19.749	99.993	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		144.434	(87.814)	152.009	2.550
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	19	(196.695)	(110.223)	(183.960)	(100.812)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(52.261)**	**(198.037)**	**(31.951)**	**(98.262)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	15	(47.352)	(3.001)	(63.743)	(70.625)
Diferidos	15	(47.385)	71.204	(44.721)	71.046
		(94.737)	68.203	(108.464)	421
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(146.998)**	**(129.834)**	**(140.415)**	**(97.841)**
LUCRO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A NÃO CONTROLADORES		-	-	6.583	33.331
PREJUÍZO LÍQUIDO ATRIBUÍVEL A CONTROLADORES				**(146.998)**	**(131.172)**
Prejuízo básico por ação (em R$)		(0,26)	(0,23)		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Jeceaba, 27 de maio de 2024

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Prejuízo líquido do exercício		**(146.998)**	**(129.834)**	**(140.415)**	**(96.503)**
Outros componentes do resultado abrangente					
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado					
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	14.1	(2.251)	4.596	(2.251)	4.596
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos em controlada		29	(161)	39	(215)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, líquido de impostos					
“Hedge” de fluxo de caixa	20	9.270	26.765	9.270	26.765
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		**(139.950)**	**(98.634)**	**(133.357)**	**(65.357)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Jeceaba, 27 de maio de 2024

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:					
Prejuízo líquido do exercício		(146.998)	(129.834)	(140.414)	(96.503)
Ajustes em:					
Imposto de renda e contribuição social	15	94.737	(68.203)	108.463	253
Depreciação e amortização	18	236.802	233.700	244.879	240.944
Baixa do imobilizado	9	4	22.705	2.594	22.705
Redução ao valor recuperável - impairment	9	17.442	(3.697)	17.442	(3.697)
Resultado na venda de ativos		-	7.898	-	7.898
Equivalência patrimonial	8	(19.749)	(99.993)	-	-
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações		(408.515)	39.821	(407.868)	40.568
Constituição (reversão) de provisões		268.953	(64.096)	271.054	(70.157)
Contribuição da controladora		2.889	1.876	2.950	1.905
		45.565	(59.823)	99.100	143.916
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes e outros créditos		(60.099)	(51.484)	(8.355)	(38.835)
Estoques		(4.483)	(662.896)	57.398	(713.321)
Impostos e contribuições a recuperar		(130.771)	(284.664)	(119.702)	(301.956)
Depósitos judiciais		5.298	18.501	5.298	18.501
		(190.055)	(980.543)	(65.361)	(1.035.611)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores e outras contas a pagar		(97.601)	555.085	(133.527)	549.527
		(97.601)	555.085	(133.527)	549.527
CAIXA CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES		**(242.091)**	**(485.281)**	**(99.788)**	**(342.168)**
Impostos e contribuições pagos		(30.732)	-	(50.072)	(70.834)
Juros pagos		(201.978)	(72.947)	(204.630)	(75.828)
		(232.710)	(72.947)	(254.702)	(146.662)
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		**(474.801)**	**(558.228)**	**(354.490)**	**(488.830)**
FLUXO DE CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:					
Aquisição de imobilizado	9	(641.477)	(378.283)	(641.880)	(382.362)
Aquisição de intangível		(2.421)	(12.503)	(2.421)	(12.503)
Dividendos recebidos		73.606	47.950	-	-
Recebimento na venda de ativos		-	5.100	-	5.100
		(570.292)	(337.736)	(644.301)	(389.765)
FLUXO DE CAIXA GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:					
Captação de empréstimos e financiamentos		3.558.804	2.572.258	3.558.804	2.572.258
Captação de empréstimos de partes relacionadas		-	279.955	-	279.955
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		(151.212)	-	(151.214)	-
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro		(2.494.180)	(1.947.767)	(2.494.180)	(1.947.767)
Aumento de capital		-	-	-	3.786
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		-	-	(24.535)	(15.983)
		913.412	904.446	888.875	892.249
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(131.681)**	**8.482**	**(109.916)**	**13.654**
No início do exercício		237.722	229.240	319.958	306.304
No final do exercício		106.041	237.722	210.042	319.958
		(131.681)	**8.482**	**(109.916)**	**13.654**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Jeceaba, 27 de maio de 2024

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de Capital: Contribuição da controladora	Reserva de Lucros: Ajuste - combinação de negócios	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuído a controladora	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022 REAPRESENTADO		**8.688.430**	**39.077**	**(3.141.492)**	**(12.537)**	**(1.296.236)**	**4.277.242**	**72.593**	**4.349.835**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	(129.834)	(129.834)	33.331	(96.503)
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido de impostos	20	-	-	-	26.765	-	26.765	-	26.765
Benefícios a empregados	14.1	-	-	-	4.596	-	4.596	-	4.596
Benefícios a empregados em controladas		-	-	-	(161)	-	(161)	(54)	(215)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	**31.200**	**(129.834)**	**(98.634)**	**33.277**	**(65.357)**
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	-	-	(15.983)	(15.983)
Ajuste de capital	17	-	-	-	-	-	-	947	947
Aumento de capital	3.13	643.117	-	-	-	-	643.117	-	643.117
Contribuição da controladora	8	-	1.897	-	-	-	1.897	7	1.904
Resultados em operações de combinação de negócios		-	-	(15.699)	-	-	(15.699)	(3.607)	(19.306)
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**643.117**	**1.897**	**(15.699)**	**-**	**-**	**629.315**	**(18.636)**	**610.679**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 REAPRESENTADO		**9.331.547**	**40.974**	**(3.157.191)**	**18.663**	**(1.426.070)**	**4.807.923**	**87.234**	**4.895.157**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		-	-	-	-	(146.998)	(146.998)	6.583	(140.415)
"Hedge" de fluxo de caixa, líquido de impostos	20	-	-	-	9.270	-	9.270	-	9.270
Benefícios a empregados	14.1	-	-	-	(2.251)	-	(2.251)	-	(2.251)
Benefícios a empregados em controladas		-	-	-	29	-	29	10	39
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	**7.048**	**(146.998)**	**(139.950)**	**6.593**	**(133.357)**
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	-	-	(24.536)	(24.536)
Contribuição da controladora	3.13	-	2.934	-	-	-	2.934	15	2.949
Total de contribuições e distribuições para os acionistas		**-**	**2.934**	**-**	**-**	**-**	**2.934**	**(24.521)**	**(21.587)**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		**9.331.547**	**43.908**	**(3.157.191)**	**25.711**	**(1.573.068)**	**4.670.907**	**69.306**	**4.740.213**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
Jeceaba, 27 de maio de 2024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

1 - Informações gerais

A Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. (“Companhia”) foi fundada em 2007 sob o nome de Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda., como uma *joint operation* do grupo francês Vallourec (“VLR”) e dos grupos japoneses Nippon Steel Corporation (“NSC”) e Sumitomo Corporation (“SC”). Em 2016, ocorreu a junção entre a Vallourec Tubos do Brasil Ltda. (“VBR”) e a Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda.

A Companhia tem como atividade principal a produção e a comercialização de tubos de aço sem costura para utilização, principalmente, nas atividades de extração e transporte de petróleo e gás, além de ser fornecedora do setor automotivo e demais setores industriais. A Companhia também atua na produção e comercialização, de pelotas de minério de ferro no mercado interno.

A Companhia possui uma planta de pelotização de minério de ferro que entrou em operação em maio de 2013, com capacidade atual de produção de 1.360.000 toneladas/ano. A Companhia consome parte da produção de pelotas nos seus altos-fornos e comercializa o excedente no mercado interno, maximizando a utilização de seu parque industrial.

A sede e uma planta industrial da Companhia estão situadas no Distrito Industrial s/nº, no município de Jeceaba, sendo a outra planta industrial situada no município de Belo Horizonte, ambas no estado de Minas Gerais.

A Companhia possui investimento na empresa Vallourec Tubos para Indústria S.A. (“VTI”). A VTI é uma empresa que atua no segmento de tubos trefilados e perfilados, cujas participações societárias, em 31 de dezembro de 2023, são de 75% da VSB e 25% da Incotep Indústria e Comércio de Tubos Especiais de Precisão Ltda (“Incotep”), empresa pertencente ao grupo Açotubo.

2 - Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 - Adoções das práticas contábeis novas e revisadas

Pronunciamentos novos ou revisados

As novas normas e interpretações emitidas, as quais foram avaliadas pela Administração são apresentadas a seguir:

Alterações ao CPC 26/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras. As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras.
Alterações relacionadas ao CPC 32/IAS 12 - Tributo sobre Lucro. As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.
Alterações ao CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
A adoção dos pronunciamentos novos ou revisados não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras.
Normas emitidas não vigentes no momento da elaboração das demonstrações financeiras
As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão listadas abaixo. A Administração não espera que a adoção destas normas tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.
• CPC 11/IFRS 4 – Contratos de seguros (CPC 50 – IFRS 17);
• CPC 34/IFRS 6 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais;
• IFRS 14 – Contas Regulatórias Diferidas;
• CPC 49/IAS 26 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefício de Aposentadoria;
• CPC 35/IAS 27 – Demonstrações Separadas;
• CPC 42/IAS 29 – Contabilidade em Economia Hiperinflacionária ou CPC 21/IAS 34 – Demonstração Intermediária.

2.3 - Base de elaboração
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades e por determinados instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens ou serviços.
Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, exceto por operações de pagamento baseadas em ações que estão inseridas no escopo do IFRS 2 (CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IFRS 16 (CPC 06 (R2)) - Arrendamentos e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor líquido a realizar mencionado na IAS 2 (CPC 16 (R1)) – Estoques ou valor em uso na IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Continuidade operacional
A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, adotou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração destas demonstrações financeiras.

3 – Políticas contábeis materiais
As políticas contábeis descritas a seguir estão aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. As principais políticas contábeis da Companhia são as seguintes:

3.1 – Moeda funcional
A Administração definiu que a moeda funcional da Companhia é o Real (R$) de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC 02 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.
Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não são realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado do período em que ocorrerem, exceto as variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção ("hedge") contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio (Nota 3.4.2).

3.2 – Estimativas
A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote premissas com base no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, constituição de provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, constituição de provisão para desvalorização de estoques, constituição de provisão para riscos, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados e mensuração a valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos em uma combinação de negócios. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

3.3 – Reconhecimento de receita
A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente e exclui valores cobrados em nome de terceiros. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou presta o serviço ao cliente.
Vendas de produtos
A receita de vendas é reconhecida conforme, requisitos do IFRS 15 (CPC 47), sendo avaliadas as seguintes etapas:
• Identificação dos contratos com o cliente;
• Identificação das obrigações de desempenho;
• Determinação do preço da transação;
• Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho;
• Reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade satisfazer uma obrigação de desempenho.

3.4 – Instrumentos financeiros

3.4.1 – Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados como mensurados: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da natureza e da finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.
Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.4.2 – Passivos financeiros
Os passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos.
A baixa de passivo financeiro ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.
Instrumentos financeiros
A Companhia possui instrumentos financeiros para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, conforme política definida pela VLR. Certos instrumentos financeiros são designados como "hedge" de fluxo de caixa.
Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente são mensurados pelo valor justo no encerramento do exercício.
"Hedge" de fluxo de caixa
A parte efetiva das mudanças no valor dos instrumentos financeiros que for designada e qualificada como "hedge" de fluxo de caixa é reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e acumulada na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.
Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de "hedge" é registrado no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é identificado. Entretanto, quando uma transação prevista, que é objeto de "hedge", resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente registrados em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.
A contabilização de "hedge" é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de "hedge", o instrumento de "hedge" vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não mais se qualifica como contabilização de "hedge". Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.5 – Ativos e passivos circulantes
• Contas a receber e a pagar indexadas: as contas a receber e a pagar, indexadas em moeda estrangeira, estão atualizadas à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço. As demais contas sujeitas à indexação encontram-se atualizadas de acordo com os índices estabelecidos contratualmente. Os ganhos e as perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado. A Companhia mensura provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à provisão de perda esperada durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da composição financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data do relatório.
• Estoques: os estoques estão avaliados ao custo histórico de aquisição ou de produção e quando aplicável, deduzidos de provisão para ajustá-los ao valor líquido realizável. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido dos custos estimados para conclusão e custos necessários para a comercialização, venda e distribuição dos estoques.
• Adiantamentos de contratos de exportação (ACE), de câmbio (ACC), pré-pagamentos de exportação (PPE) recebidos da controladora final, empréstimos com partes relacionadas e instituições financeiras encontram-se registrados pelos valores principais contratados, acrescidos das variações cambiais e juros incorridos até a data do balanço. Os ACEs e ACCs são registrados na rubrica "Empréstimos e financiamentos" e os PPEs na rubrica "Empréstimos de partes relacionadas".
• Demais ativos e passivos circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização e liquidação.

3.6 – Ativos e passivos não circulantes
Imobilizado
O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança.
Os terrenos não são depreciados. Para alguns ativos industriais da planta de Jeceaba, a Companhia utiliza o método de unidades produzidas. Na planta do Barreiro e a outra parte da planta de Jeceaba, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Imóveis	12-30
Máquinas e instalações	10-25
Veículos	5
Equipamentos industriais e comerciais	3-10

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo.
Os bens que compõem o ativo imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor recuperável.

3.7 - Investimentos em controladas
A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial. O controle em uma investida é obtido quando a Companhia:
• Tem poder sobre a investida;
• Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e
• Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.
A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

3.8 – Intangível
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O ágio, que compõe o ativo intangível, tem o seu valor recuperável testado anualmente, conforme requerimento do CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

3.9 - Arrendamento
Atendendo a norma revisada CPC 06 (R2), a Companhia apresentou seus ativos de direito de uso e passivos de arrendamento separadamente no balanço patrimonial.
A Companhia avalia na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. O ativo de direito de uso é depreciado desde a data de início até o que ocorrer primeiro, entre o fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o fim do prazo de arrendamento. Adicionalmente, avalia ainda, se o ativo será transferido pelo arrendador ao fim do contrato, ou se o custo do ativo reflete que será exercida a opção de compra, para nesse caso depreciar o ativo até o final de sua vida útil.
A Companhia não possui ativos de direito de uso que atendam à definição de propriedade para investimento.
A Companhia apresentou despesa de juros sobre passivos de arrendamento como parte das despesas financeiras e a taxa de amortização sobre os ativos de direito de uso foi incluída em custo e despesas administrativas.
A Companhia, como arrendatária, classificou a demonstração dos fluxos de caixa da seguinte forma: pagamentos em dinheiro pela parcela principal do passivo de arrendamento nas atividades de financiamento; pagamentos em dinheiro pela parcela de juros do passivo de arrendamento nas atividades operacionais.

3.10 – Provisões
As provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
Baseado em avaliação da Administração frente às incertezas quanto o prazo de realização das provisões cíveis e comerciais, trabalhistas e outras, o montante de R$212.183 em 31 de dezembro de 2023 encontra-se classificado no passivo não circulante (R$147.696 em 2022).

3.11 – Imposto de renda e contribuição social
O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as adições temporárias que se tornarão dedutíveis quando realizadas e o prejuízo fiscal e a base negativa da contribuição social, são constituídos créditos tributários diferidos. Também são constituídos débitos tributários diferidos sobre as exclusões temporárias, as quais serão tributadas quando cessarem as condições que atualmente afastam a tributação.
A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada ao final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.
Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

3.12 – Benefícios a empregados
Os custos de patrocínio do plano de pensão são reconhecidos como despesas por se tratar de planos de contribuição definida.
Os demais benefícios definidos pós-emprego são contabilizados em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados, com base em relatório atuarial.

3.13 – Contribuição da controladora
O Grupo VLR possui plano de pagamento baseado em ações, cujos benefícios se estendem a alguns executivos do Brasil.
O valor justo das opções concedidas, determinado na data da outorga, é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo VLR sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio, registrados como "Contribuição da controladora".

3.14 – Reapresentação dos saldos contábeis
As informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, estão sendo reapresentadas para correção de erro na reversão de provisão de férias, como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Durante o exercício de 2023, a Companhia identificou um erro na contabilização da reversão da provisão para pagamento do benefício de férias no período de novembro de 2019 a dezembro de 2022. Foi revertido somente parte da provisão de férias, frente aos pagamentos realizados, o que resultou em um excesso da provisão no valor total de R$37.990. Portanto, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa, as notas explicativas nº 8, 11, 15, 18 e 20 estão sendo reapresentadas.

BALANÇO PATRIMONIAL CONTROLADORA

	31/12/2022		
ATIVOS	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Total dos ativos circulantes	**4.118.297**	**-**	**4.118.297**
Investimentos	260.347	1.356	261.703
Total dos ativos não circulantes	**4.393.598**	**1.356**	**4.394.954**
TOTAL DOS ATIVOS	**8.511.895**	**1.356**	**8.513.251**

	31/12/2022		
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.541.991	(37.990)	1.504.001
Total dos passivos circulantes	**3.540.298**	**(37.990)**	**3.502.308**
Total dos passivos não circulantes	**203.020**	**-**	**203.020**
TOTAL DOS PASSIVOS	**3.743.318**	**(37.990)**	**3.705.328**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Prejuízos acumulados	(4.622.607)	39.346	(4.583.261)
Total do patrimônio líquido	**4.768.577**	**39.346**	**4.807.923**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.511.895**	**1.356**	**8.513.251**

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

	31/12/2022		
ATIVOS	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Total dos ativos circulantes	**4.398.864**	**-**	**4.398.864**
Investimentos	-	-	-
Total dos ativos não circulantes	**4.261.616**	**-**	**4.261.616**
TOTAL DOS ATIVOS	**8.660.480**	**-**	**8.660.480**

	31/12/2022		
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Original**	**Ajustes**	**Reapresentado**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.574.793	(40.686)	1.534.107
Provisão para imposto de renda e contribuição social	8.779	888	9.667
Total dos passivos circulantes	**3.593.915**	**(39.798)**	**3.554.117**
Total dos passivos não circulantes	**211.206**	**-**	**211.206**
TOTAL DOS PASSIVOS	**3.805.121**	**(39.798)**	**3.765.323**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Prejuízos acumulados	(4.622.607)	39.346	(4.583.261)
Participação dos não controladores	86.782	452	87.234
Total do patrimônio líquido	**4.855.359**	**39.798**	**4.895.157**
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.660.480**	**-**	**8.660.480**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONTROLADORA

	31/12/2022		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.452.046	-	6.452.046
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(5.742.190)	15.729	(5.726.461)
LUCRO BRUTO	709.856	15.729	725.585
DESPESAS OPERACIONAIS	(914.860)	1.468	(913.392)
Resultado de equivalência patrimonial	98.990	1.003	99.993
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(106.014)**	**18.200**	**(87.814)**
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(110.223)	-	(110.223)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(216.237)**	**18.200**	**(198.037)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	68.203	-	68.203
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(148.034)**	**18.200**	**(129.834)**
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação (em R$)	(0,26)	0,03	(0,23)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADO

	31/12/2022		
	Original	**Ajustes**	**Reapresentado**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	6.903.384	-	6.903.384
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS VENDIDOS	(5.954.893)	15.729	(5.939.164)
LUCRO BRUTO	948.491	15.729	964.220
DESPESAS OPERACIONAIS	(963.138)	1.468	(961.670)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**(14.647)**	**17.197**	**2.550**
RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO	(100.812)	-	(100.812)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**(115.459)**	**17.197**	**(98.262)**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	421	-	421
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	**(115.038)**	**17.197**	**(97.841)**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONTROLADORA

	31/12/2022 Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro (prejuízo) do exercício	**(148.034)**	**18.200**	**(129.834)**
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado			
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	4.596	-	4.596
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos em controlada	(161)	-	(161)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, líquido de impostos			
"Hedge" de fluxo de caixa	26.765	-	26.765
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**(116.834)**	**18.200**	**(98.634)**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE CONSOLIDADO

	31/12/2022 Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro (prejuízo) do exercício	**(115.038)**	**18.535**	**(96.503)**
Outros componentes do resultado abrangente			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado			
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	4.596	-	4.596
Remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos em controlada	(215)	-	(215)
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, líquido de impostos			
"Hedge" de fluxo de caixa	26.765	-	26.765
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	**(83.892)**	**18.535**	**(65.357)**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de Capital – Contribuição da controladora	Reserva de Lucros – Ajuste - combinação de negócios	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuído a controladora	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (ORIGINAL)	**9.331.547**	**40.974**	**(3.157.191)**	**18.663**	**(1.465.416)**	**4.768.577**	**86.782**	**4.855.359**
Ajustes	-	-	-	-	39.346	39.346	452	39.798
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 REAPRESENTADO	**9.331.547**	**40.974**	**(3.157.191)**	**18.663**	**(1.426.070)**	**4.807.923**	**87.234**	**4.895.157**

BALANÇO PATRIMONIAL CONTROLADORA

ATIVOS	01/01/2022 Original	Ajustes	Reapresentado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2022 Original	Ajustes	Reapresentado
Total dos ativos circulantes	**3.191.046**	**-**	**3.191.046**	Fornecedores e outras contas a pagar	914.900	(20.794)	894.106
Investimentos	217.429	353	217.782	**Total dos passivos circulantes**	**2.719.452**	**(20.794)**	**2.698.658**
Total dos ativos não circulantes	**3.977.685**	**353**	**3.978.038**	**Total dos passivos não circulantes**	**193.183**	**-**	**193.183**
				TOTAL DOS PASSIVOS	**2.912.635**	**(20.794)**	**2.891.841**
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Prejuízos acumulados	(4.458.874)	21.147	(4.437.727)
				Total do patrimônio líquido	**4.256.096**	**21.147**	**4.277.243**
TOTAL DOS ATIVOS	**7.168.731**	**353**	**7.169.084**	**TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**7.168.731**	**353**	**7.169.084**

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

ATIVOS	31/12/2022 Original	Ajustes	Reapresentado	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2022 Original	Ajustes	Reapresentado
Total dos ativos circulantes	**3.393.312**	**-**	**3.393.312**	Fornecedores e outras contas a pagar	932.661	(21.506)	911.155
				Provisão para imposto de renda e contribuição social	12.204	242	12.446
Investimentos	-	-	-	**Total dos passivos circulantes**	**2.762.290**	**(21.264)**	**2.741.026**
Total dos ativos não circulantes	**3.911.316**	**-**	**3.911.316**	**Total dos passivos não circulantes**	**213.766**	**-**	**213.766**
				TOTAL DOS PASSIVOS	**2.976.056**	**(21.264)**	**2.954.792**
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Prejuízos acumulados	(4.458.874)	21.147	(4.437.727)
				Participação dos não controladores	72.476	117	72.593
				Total do patrimônio líquido	**4.328.572**	**21.264**	**4.349.836**
TOTAL DOS ATIVOS	**7.304.628**	**-**	**7.304.628**	**TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**7.304.628**	**-**	**7.304.628**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva de Capital – Contribuição da controladora	Reserva de Lucros – Ajuste - combinação de negócios	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Atribuído a controladora	Participação dos não controladores	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022 (ORIGINAL)	**8.688.430**	**39.077**	**(3.141.492)**	**(12.537)**	**(1.317.382)**	**4.256.096**	**72.476**	**4.328.572**
Ajustes	-	-	-	-	21.146	21.146	117	21.263
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022 REAPRESENTADO	**8.688.430**	**39.077**	**(3.141.492)**	**(12.537)**	**(1.296.236)**	**4.277.242**	**72.593**	**4.349.835**

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Depósitos à vista	3.401	24.132	3.787	29.091
Aplicações financeiras	102.640	213.590	206.256	290.867
	106.041	**237.722**	**210.043**	**319.958**

O caixa e equivalentes de caixa serão utilizados, substancialmente, nas atividades operacionais e na execução dos projetos remanescentes de construção e instalações da Companhia.
As aplicações financeiras têm liquidez imediata e estão classificadas, substancialmente, na categoria Referenciado DI dos fundos de investimentos. A valorização das cotas oscila diariamente de acordo com o critério de marcação a mercado. As carteiras dos fundos são compostas, em sua maioria, por aplicações financeiras denominadas Operações Compromissadas com lastro em títulos públicos federais, por compra de títulos públicos pelos fundos de investimentos, CDBs emitidos por instituições financeiras com liquidez diária por meio de compromissos de recompra a qualquer momento antes do vencimento pelo emissor, sendo estes papéis pós-fixados e atrelados à variação do CDI.
As rentabilidades ponderadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 99% e 97,6% do CDI, respectivamente. A taxa média de administração destes fundos foram aproximadamente de 0,10% a.a. em 2023 (0,10% a.a. em 2022).

5 – Contas a receber de clientes e outros créditos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Clientes nacionais	614.872	518.471	644.578	598.925
Clientes externos	169.324	101.815	169.411	102.665
Partes relacionadas	481.930	582.148	461.509	527.883
Contas a receber de clientes	**1.266.126**	**1.202.434**	**1.275.498**	**1.229.473**
Despesas antecipadas	37.842	48.065	42.793	37.857
Outras contas a receber	111.497	116.959	113.607	131.595
Outras contas a receber	**149.339**	**165.024**	**156.400**	**169.452**
Provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(46.463)	(47.961)	(47.703)	(49.176)
	1.369.002	**1.319.497**	**1.384.195**	**1.349.749**
Circulante	**1.362.462**	**1.301.922**	**1.377.655**	**1.332.174**
Não circulante	**6.540**	**17.575**	**6.540**	**17.575**

A movimentação da provisão para perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ocorreu como segue:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	(47.961)	(38.162)	(49.176)	(38.162)
Constituição de provisão, líquida	1.498	(9.799)	1.473	(11.014)
Saldo no fim do exercício	**(46.463)**	**(47.961)**	**(47.703)**	**(49.176)**

6 – Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Produtos acabados	628.479	477.519	691.064	557.591
Produtos em elaboração	1.150.020	1.176.170	1.172.868	1.210.786
Matérias primas e materiais de consumo	192.516	193.946	197.076	217.722
Ferramentas, peças e materiais de manutenção	285.755	390.118	294.828	401.396
Importações em andamento	25.560	15.179	25.560	15.179
Adiantamentos a fornecedores	26.775	51.690	26.807	51.722
Provisão para obsolescência e ajuste ao valor de realização	(109.624)	(85.986)	(109.690)	(85.838)
	2.199.481	**2.218.636**	**2.298.513**	**2.368.558**
Circulante	**2.195.513**	**2.213.393**	**2.294.545**	**2.363.315**
Não circulante	**3.968**	**5.243**	**3.968**	**5.243**

Os estoques incluem o valor das seguintes provisões por obsolescência e por ajuste ao valor de realização:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo no início do exercício	(85.986)	(79.510)	(85.838)	(78.921)
Constituição de provisão, líquida	(23.638)	(6.476)	(23.252)	(6.917)
Saldo no fim do exercício	**(109.624)**	**(85.986)**	**(109.690)**	**(85.838)**

7 - Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
PIS/Cofins a recuperar (*)	258.169	260.165	258.169	263.201
ICMS a recuperar	203.854	97.168	206.026	109.763
IRPJ e CSLL a recuperar	103.417	85.693	103.417	85.693
IPI a recuperar	13.966	-	16.241	2.851
INSS a recuperar	9.496	8.661	9.496	8.661
Outros impostos a recuperar	22.272	17.605	22.423	17.604
	611.174	**469.292**	**615.772**	**487.773**
Circulante	**498.527**	**365.260**	**502.879**	**383.417**
Não circulante	**112.647**	**104.032**	**112.893**	**104.356**

(*) Em 2023 a Companhia registrou compensação de créditos extemporâneos de PIS/COFINS referentes ao período de 12/2017 a 05/2020 no montante de R$34.304 (em 2022 registrou créditos de R$4.775), e compensação sobre créditos de aquisição de sucata, no montante de R$42.719 (em 2022 registrou créditos de R$50.484), sendo este último baseado em decisão judicial transitada em julgado. Adicionalmente, a Companhia registrou créditos a compensar no ano corrente no valor de R$75.027 (R$124.007 em 2022).

8 - Investimentos

Em 1º de outubro de 2021, a VTI adquiriu o business de tubos trefilados da Incotep. Esta transação configurou como uma combinação de negócios. Em 31 de dezembro de 2021, a VTI encontrava-se na etapa de mensuração dos efeitos da combinação de negócios e, preliminarmente, apurou ágio por expectativa de rentabilidade futura, mais valia de ativos e outros intangíveis no montante de R$91.226. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a VTI concluiu a referida mensuração, apurando efeitos a posteriori a transação e dentro do período de mensuração, o que resultou no montante final para estes ativos de R$71.773. Os valores foram mensurados a valor justo e contabilizados na VTI conforme abaixo:

Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**2022**	**2021**
Contraprestação transferida da VTI para a Incotep (25% da participação societária da VTI)	123.516	141.875
Valor contábil dos ativos líquidos transferidos da Incotep para a VTI	(44.658)	(48.588)
Ágio antes da alocação	**78.858**	**93.287**
Alocação do ágio		
Mais valia – carteira de clientes	16.714	21.532
Mais valia – ativo imobilizado	13.840	13.840
Mais valia – estoques	599	589
Ágio remanescente	**47.705**	**57.326**
IR/CS diferidos	10.592	12.227
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	**58.297**	**69.553**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital acionário da VTI é composto da seguinte forma: 75% VSB e 25% Incotep. As movimentações ocorridas no saldo de investimentos estão apresentadas a seguir:

	Vallourec Tubos para Indústria S.A.
Saldos em 31/12/2021	**217.429**
Recebimento de dividendos	(47.950)
Equivalência patrimonial registrada no resultado	99.993
Contribuição da controladora	21
Outros resultados abrangentes	192
Efeitos da combinação de negócios	(15.699)
Aporte de capital	7.717
Saldos em 31/12/2022 Reapresentado	**261.703**
Recebimento de dividendos	(73.606)
Equivalência patrimonial registrada no resultado	19.749
Contribuição da controladora	45
Outros resultados abrangentes	29
Saldos em 31/12/2023	**207.920**

Os dividendos recebidos, no montante de R$73.606, foram divulgados nas demonstrações do fluxo de caixa como fluxo gerado nas atividades de investimento.
Os principais saldos da VTI em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Patrimônio líquido	277.227	348.937
Total de ativos	386.547	481.566
Lucro líquido	26.332	133.324

9 – Imobilizado

Controladora	2022 Custo de aquisição	2022 Depreciação acumulada	2022 Provisão para Impairment	2022 Imobilizado líquido	2021 Imobilizado líquido
Terrenos	26.845	-	-	26.845	26.845
Benfeitorias	143.848	(85.645)	(51)	58.152	60.843
Imóveis	727.196	(398.121)	(709)	328.366	342.568
Máquinas e instalações	3.407.022	(1.499.968)	(86.167)	1.820.887	1.807.684
Equipamentos industriais e comerciais	365.158	(276.479)	(920)	87.759	64.518
Obras e importações em andamento	532.922	-	-	532.922	364.279
	5.202.991	**(2.260.213)**	**(87.847)**	**2.854.931**	**2.666.737**

Controladora	2023 Custo de aquisição	2023 Depreciação acumulada	2023 Provisão para Impairment	2023 Imobilizado líquido	2022 Imobilizado líquido
Terrenos	26.845	-	-	26.845	26.845
Benfeitorias	149.477	(88.754)	(47)	60.676	58.152
Imóveis	747.821	(420.321)	(672)	326.828	328.366
Máquinas e instalações	3.513.955	(1.654.223)	(103.494)	1.756.238	1.820.887
Equipamentos industriais e comerciais	436.000	(320.925)	(1.076)	113.999	87.759
Obras e importações em andamento	1.021.773	-	-	1.021.773	532.922
	5.895.871	**(2.484.223)**	**(105.289)**	**3.306.359**	**2.854.931**

Consolidado	2022 Custo de aquisição	2022 Depreciação acumulada	2022 Provisão para Impairment	2022 Imobilizado líquido	2021 Imobilizado líquido
Terrenos	26.845	-	-	26.845	26.845
Benfeitorias	143.848	(85.645)	(51)	58.152	60.843
Imóveis	727.342	(398.173)	(709)	328.460	342.704
Máquinas e instalações	3.462.828	(1.516.373)	(86.167)	1.860.288	1.836.874
Equipamentos industriais e comerciais	375.041	(283.004)	(920)	91.117	82.300
Obras e importações em andamento	539.715	-	-	539.715	364.500
	5.275.619	**(2.283.195)**	**(87.847)**	**2.904.577**	**2.714.066**

Consolidado	2023 Custo de aquisição	2023 Depreciação acumulada	2023 Provisão para Impairment	2023 Imobilizado líquido	2022 Imobilizado líquido
Terrenos	26.845	-	-	26.845	26.845
Benfeitorias	149.477	(88.754)	(47)	60.676	58.152
Imóveis	747.821	(420.321)	(672)	326.828	328.460
Máquinas e instalações	3.569.068	(1.674.068)	(103.494)	1.791.506	1.860.288
Equipamentos industriais e comerciais	447.069	(329.058)	(1.076)	116.935	91.117
Obras e importações em andamento	1.028.828	-	-	1.028.828	539.715
	5.969.108	**(2.512.201)**	**(105.289)**	**3.351.618**	**2.904.577**

A Companhia possui R$736 em ativo imobilizado concedido em garantia em 31 de dezembro de 2023 (R$997 em 31 de dezembro de 2022).

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

Controladora – 2022

Movimentação do custo	2021	Adições	Baixas	Transferência obras	Ajuste a valor justo	2022
Terrenos	26.845	-	-	-	-	26.845
Benfeitorias	143.626	-	-	222	-	143.848
Imóveis	720.096	7.100	-	-	-	727.196
Máquinas e instalações	3.253.561	4.180	(26.855)	176.136	-	3.407.022
Equipamentos industriais e comerciais	309.832	7.944	(1.180)	48.562	-	365.158
Obras e importações em andamento	364.279	406.151	(11.068)	(226.440)	-	532.922
	4.818.239	**425.375**	**(39.103)**	**(1.520)**	**-**	**5.202.991**

Movimentação da depreciação	2021	Adições	Baixas	Transferência obras	Amortização de menos valia	2022
Benfeitorias	(82.732)	(15.889)	-	-	12.976	(85.645)
Imóveis	(376.789)	(46.047)	-	-	24.715	(398.121)
Máquinas e instalações	(1.356.082)	(246.296)	15.218	-	87.192	(1.499.968)
Equipamentos industriais e comerciais	(244.355)	(36.578)	1.180	-	3.274	(276.479)
	(2.059.958)	**(344.810)**	**16.398**	**-**	**128.157**	**(2.260.213)**
Provisão para obsolescência de ativo imobilizado	(91.544)	-	3.697	-	-	(87.847)
	2.666.737	**80.565**	**(19.008)**	**(1.520)**	**128.157**	**2.854.931**

Controladora – 2023

Movimentação do custo	2022	Adições	Baixas	Transferência obras	Ajuste a valor justo	2023
Terrenos	26.845	-	-	-	-	26.845
Benfeitorias	143.848	-	-	5.629	-	149.477
Imóveis	727.196	108	-	20.517	-	747.821
Máquinas e instalações	3.407.022	14.836	(14)	92.111	-	3.513.955
Equipamentos industriais e comerciais	365.158	6.048	(79)	64.873	-	436.000
Obras e importações em andamento	532.922	673.626	-	(184.775)	-	1.021.773
	5.202.991	**694.618**	**(93)**	**(1.645)**	**-**	**5.895.871**

Movimentação da depreciação	2022	Adições	Baixas	Transferência obras	Amortização de menos valia	2023
Benfeitorias	(85.645)	(16.085)	-	-	12.976	(88.754)
Imóveis	(398.121)	(46.915)	-	-	24.715	(420.321)
Máquinas e instalações	(1.499.968)	(232.531)	10	-	78.266	(1.654.223)
Equipamentos industriais e comerciais	(276.479)	(46.642)	79	-	2.117	(320.925)
	(2.260.213)	**(342.173)**	**89**	**-**	**118.074**	**(2.484.223)**
Provisão para obsolescência de ativo imobilizado	(87.847)	(18.893)	1.451	-	-	(105.289)
	2.854.931	**333.552**	**1.447**	**(1.645)**	**118.074**	**3.306.359**

Consolidado – 2022

Movimentação do custo	2021	Adições	Baixas	Transferência obras	Ajuste a valor justo	Reclassificações	2022
Terrenos	26.845	-	-	-	-	-	26.845
Benfeitorias	143.626	-	-	222	-	-	143.848
Imóveis	720.242	7.100	-	-	-	-	727.342
Máquinas e instalações	3.295.623	4.514	(26.855)	176.287	-	13.259	3.462.828
Equipamentos industriais e comerciais	332.628	8.295	(1.180)	48.562	-	(13.264)	375.041
Obras e importações em andamento	364.500	412.874	(11.068)	(226.591)	-	-	539.715
	4.883.464	**432.783**	**(39.103)**	**(1.520)**	**-**	**(5)**	**5.275.619**

Movimentação da depreciação	2021	Adições	Baixas	Transferência obras	Amortização de menos valia	Reclassificações	2022
Benfeitorias	(82.732)	(15.889)	-	-	12.976	-	(85.645)
Imóveis	(376.799)	(46.089)	-	-	24.715	-	(398.173)
Máquinas e instalações	(1.368.954)	(249.829)	15.218	-	87.192	-	(1.516.373)
Equipamentos industriais e comerciais	(249.369)	(38.089)	1.180	-	3.274	-	(283.004)
	(2.077.854)	**(349.896)**	**16.398**	**-**	**128.157**	**-**	**(2.283.195)**
Provisão para obsolescência de ativo imobilizado	(91.544)	-	3.697	-	-	-	(87.847)
	2.714.066	**82.887**	**(19.008)**	**(1.520)**	**128.157**	**(5)**	**2.904.577**

Consolidado – 2023

Movimentação do custo	2022	Adições	Baixas	Transferência obras	Ajuste a valor justo	2023
Terrenos	26.845	-	-	-	-	26.845
Benfeitorias	143.848	-	-	5.629	-	149.477
Imóveis	727.342	108	(146)	20.517	-	747.821
Máquinas e instalações	3.462.828	14.835	(2.660)	94.065	-	3.569.068
Equipamentos industriais e comerciais	375.041	6.048	(111)	66.091	-	447.069
Obras e importações em andamento	539.715	677.060	-	(187.947)	-	1.028.828
	5.275.619	**698.051**	**(2.917)**	**(1.645)**	**-**	**5.969.108**

Movimentação da depreciação	2022	Adições	Baixas	Transferência obras	Amortização de menos valia	2023
Benfeitorias	(85.645)	(16.085)	-	-	12.976	(88.754)
Imóveis	(398.173)	(46.925)	62	-	24.715	(420.321)
Máquinas e instalações	(1.516.373)	(236.135)	174	-	78.266	(1.674.068)
Equipamentos industriais e comerciais	(283.004)	(48.258)	87	-	2.117	(329.058)
	(2.283.195)	**(347.403)**	**323**	**-**	**118.074**	**(2.512.201)**
Provisão para obsolescência de ativo imobilizado	(87.847)	(18.893)	1.451	-	-	(105.289)
	2.904.577	**331.755**	**(1.143)**	**(1.645)**	**118.074**	**3.351.618**

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia avaliou as vidas úteis remanescentes de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com as suas operações e refletem adequadamente as vidas úteis econômicas desses ativos.
Em 2023, a Companhia efetuou a análise do valor recuperável do ativo imobilizado e considerou haver necessidade de um registro adicional de provisão para obsolescência das peças do alto forno 1, que já se encontrava desmontado, no valor de R$18.893.
Dentre os valores transferidos do "Obras e importações em andamento", R$1.645 foram destinados à rubrica "Intangível".

10 - Partes relacionadas

As operações entre a Companhia e suas partes relacionadas foram realizadas em condições estabelecidas entre as partes. Os saldos existentes no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como seguem:

Controladora – Saldos

	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Vallourec Tubes France	49.462	1.558.912	1.733	199.108
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	13.107	168.906	9.592	201.429
Vallourec USA Corporation	99.097	-	118.346	-
Vallourec Oil & Gas France	54.230	19.070	49.904	39.964
Vallourec Middle East	64.667	-	77.926	-
Vallourec Canada Inc	30.509	-	193.050	-
Vallourec Tubos para Indústria	37.096	7.947	55.440	17.196
Vallourec Deutschland GmbH	6.226	-	482	46.790
Vallourec Tubular Solutions	3.809	75.686	2.837	62.841
Vallourec Transportes e Serviços	-	94.505	-	83.604
Vallourec Oil & Gas UK Ltd	9.757	-	35.997	-
P.T. Citra Tubindo	52.909	-	-	-
Vallourec Saudi Arabia	54.871	-	-	-
Outras partes relacionadas - grupo VLR	6.190	40	36.841	10.392
	481.930	**1.925.066**	**582.148**	**661.324**

Consolidado – Saldos

	2023 Ativo	2023 Passivo	2022 Ativo	2022 Passivo
Vallourec Tubes France	49.462	1.558.912	1.733	199.108
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	13.122	175.132	9.592	206.696
Vallourec USA Corporation	99.097	-	118.346	-
Vallourec Oil & Gas France	54.230	19.070	49.904	39.964
Vallourec Middle East	64.667	-	77.926	-
Vallourec Canada Inc	30.509	-	193.288	-
Vallourec Tubos para Indústria	-	-	-	-
Vallourec Deutschland GmbH	6.226	-	482	46.790
Vallourec Tubular Solutions	3.809	75.686	2.837	62.841
Vallourec Transportes e Serviços	-	94.505	-	83.604
Vallourec Oil & Gas UK Ltd	9.757	-	35.997	-
P.T. Citra Tubindo	52.909	-	-	-
Vallourec Saudi Arabia	54.871	-	-	-
Outras partes relacionadas - grupo VLR	6.190	40	37.778	10.453
	444.849	**1.923.345**	**527.883**	**649.456**

Em 2023 a Companhia firmou contratos de empréstimos de pré-pagamentos de exportação (PPE) junto a Vallourec Tubes France no valor de R$1.535.287, conforme nota 12 item Contratos – PPE.

Empréstimos de partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía empréstimos junto às partes relacionadas Vallourec Transportes e Serviços (R$94.505) e Vallourec Tubular Solutions (R$54.514) - em moeda nacional, atualizados pelo DI (Depósito Interbancário), que em 31 de dezembro de 2023 era de 13,04% a.a. (12,39% a.a. em 2022). Estes empréstimos geraram uma despesa financeira para a Companhia no montante de R$35.692 (R$47.662 em 2022). Os empréstimos junto a Vallourec Tubes France e Vallourec Florestal se encerraram em 2022. As movimentações dos empréstimos de partes relacionadas ocorreram conforme demonstrado a seguir:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**291.125**	**608.920**	**291.125**	**608.920**
Captação	-	279.955	-	279.955
Encargos provisionados	35.692	47.662	35.692	47.662
Pagamento principal	(151.214)	-	(151.214)	-
Pagamento de juros	(26.584)	(12.407)	(26.584)	(12.407)
Variação cambial	-	10.112	-	10.112
Conversão em capital	-	(643.117)	-	(643.117)
Saldo final	**149.019**	**291.125**	**149.019**	**291.125**

As transações registradas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Controladora – Operações

	2023 Vendas	2023 Compras	2022 Vendas	2022 Compras
Vallourec Middle East	416.530	4.283	480.499	2.094
Vallourec USA Corporation	1.007.065	14.573	826.161	1.603
Vallourec Tubes France	57.070	4.718	57.134	1.207
Vallourec Oil & Gas France	478.283	7.551	293.524	10.070
Vallourec Canada Inc	300.800	4.036	362.212	6.666
Vallourec Deutschland GmbH	101.128	1.235	71.330	101.647
P.T. Citra Tubindo	178.574	-	-	-
Vallourec Saudi Arabia	124.978	-	-	-
Vallourec Asia Pacific Corp	46.203	1.028	-	-
Vallourec Oil & Gas UK	80.839	7.117	-	-
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	19.828	541.066	5.538	439.376
Vallourec Tubos para Industria S.A.	234.106	20.781	349.626	25.465
Vallourec Tubular Solutions	18.497	159.143	12.266	63.740
Outras partes relacionadas	9.140	2.335	189.734	2.470
	3.073.041	**767.866**	**2.648.024**	**654.338**

Consolidado – Operações

	2023 Vendas	2023 Compras	2022 Vendas	2022 Compras
Vallourec Middle East	416.530	4.283	480.499	2.094
Vallourec USA Corporation	1.008.175	14.573	828.720	1.603
Vallourec Tubes France	57.070	4.882	57.821	1.207
Vallourec Oil & Gas France	478.283	7.551	293.524	10.070
Vallourec Canada Inc	300.948	4.036	362.454	6.666
Vallourec Deutschland GmbH	101.128	1.235	71.330	101.647
P.T. Citra Tubindo	178.574	-	-	-
Vallourec Saudi Arabia	124.978	-	-	-
Vallourec Asia Pacific Corp	46.209	1.028	-	-
Vallourec Oil & Gas UK	80.839	7.117	-	-
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	19.828	550.381	5.538	447.980
Vallourec Tubos para Industria S.A.	234.106	20.781	-	-
Vallourec Tubular Solutions	18.497	159.143	12.266	63.740
Outras partes relacionadas	9.149	2.335	189.803	2.470
	3.074.314	**777.345**	**2.301.955**	**637.477**

11 - Fornecedores e outras contas a pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022 Reapresentado	Consolidado 2023	Consolidado 2022 Reapresentado
Fornecedores nacionais	662.269	707.280	681.231	738.700
Fornecedores no exterior	78.783	41.245	78.898	41.271
Partes relacionadas	240.761	370.199	239.041	358.331
Impostos e contribuições a recolher	12.113	10.621	15.004	12.496
Salários e encargos sociais	103.299	80.194	111.044	89.425
Adiantamentos recebidos de clientes	346.668	290.213	360.441	290.513
Outras obrigações	16.363	4.249	16.455	3.371
	1.460.256	**1.504.001**	**1.502.114**	**1.534.107**

A VSB possui saldo a pagar registrado na linha de fornecedores, que foram objeto de cessão de crédito junto à instituição financeira, por alguns de seus fornecedores e em beneficio destes, no montante de R$49.213 e R$54.333 em 31 de dezembro de 2023 e 2022. A linha de crédito original de R$150 milhões junto a instituição financeira é reduzida pelos valores efetivamente descontados pelos fornecedores que optarem pela cessão de crédito. Em 31 de dezembro de 2023, a linha de crédito total para o Grupo Vallourec ainda disponível é R$80,4 milhões (R$88,4 em 31 de dezembro de 2022).
A transação original se inicia na aquisição de bens, materiais e serviços junto a fornecedores normalmente utilizados nos processos de produção da VSB. Posteriormente a aquisição junto aos fornecedores, a transação de cessão de crédito é realizada com o banco. A principal razão para a realização da cessão de crédito é permitir aos fornecedores receber de forma antecipada suas faturas com custos financeiros competitivos. A transação de cessão de crédito é realizada sem que ocorra alteração substancial nos prazos de pagamento e sem a incorrência de encargos financeiros para a VSB, ou seja, do ponto de vista da Companhia, as aquisições de bens, materiais e serviços junto aos fornecedores serão liquidadas de acordo com o seu ciclo financeiro operacional normal. Em outras palavras, o prazo de pagamento para a VSB não é substancialmente alterado e as datas de pagamento da fatura original do fornecedor e a data de pagamento da obrigação junto ao banco são substancialmente as mesmas. Por se tratar de aquisição de bens, materiais e serviços junto a fornecedores de curto prazo, não há valor presente relevante.
Os documentos da cessão de crédito indicam que os títulos são formalmente cedidos para o banco, de acordo com o código civil, e que não existe direito de regresso contra o fornecedor ou coobrigação do fornecedor com a VSB. Os documentos da cessão de crédito também indicam a inclusão de cláusulas de vencimento antecipado: i) em casos de cisão, fusão, incorporação da VSB; ii) em caso de protesto de títulos válidos ou negativados da VSB, cujo valor individual ou agregado seja superior a R$10.000; iii) em caso de condenação da VSB em decisão(ões) judicial(is), administrativa(s) e/ou arbitral(is) de efeitos imediatos (não passível de recurso suspensivo ou cujo recursos suspensivo não tenha sido obtido no prazo legal), exequível(is) contra a(s) VSB e/ou suas Afiliadas, que possua valor individual ou agregado superior a R$50.000. Os documentos da cessão de crédito também indicam a inclusão de encargos moratórios (100% do CDI, além de juros de mora equivalentes a 1% (um por cento) ao mês, e em caso de atrasos superiores de 10 (dez) dias, multa não-compensatória de 2% (dois por cento).
A Administração da VSB avaliou os principais elementos acima e ponderou que a não alteração significativa dos prazos de pagamento e não incidência de encargos financeiros para a Companhia possuem maior peso que a cessão dos direitos, cláusulas de vencimento antecipado e encargos moratórios na determinação da classificação contábil como fornecedor. A Administração da VSB confirmou que esta transação não afeta eventuais covenants financeiros e não é utilizada para o gerenciamento do risco de liquidez da Companhia. Desta forma, a Administração da VSB concluiu que o passivo deve ser mantido na linha de fornecedores e classificado como fluxo operacional na demonstração do fluxo de caixa.

12 - Empréstimos e financiamentos

A segregação dos saldos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 está demonstrada a seguir:

Tipo de financiamento	Taxa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Moeda Dólar Americano					
ACE - Adiantamento sobre cambiais entregues	8,65% a 13,93% p.a.	214.368	248.293	214.368	248.293
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	8,65% a 13,93% p.a.	914	1.026.960	914	1.004.128
Contratos PPE	8,25% p.a.	1.535.287	-	1.535.287	-
Moeda Euro					
ACE - Adiantamento sobre cambiais entregues	8,4% a 12,6% p.a.	111.129	5.680	111.129	5.680
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	8,4% a 12,6% p.a.	153.445	309.245	153.445	332.077
Moeda Nacional					
BNDES - FINAME / FINEM Custo Fixo	6,0% p.a.	172	402	172	402
		2.015.315	**1.590.580**	**2.015.315**	**1.590.580**
Circulante		**1.664.299**	**1.590.345**	**129.011**	**1.590.345**
Não circulante		**351.016**	**235**	**351.016**	**235**

As parcelas classificadas no não circulante são, em sua totalidade, relacionadas a financiamentos junto ao BNDES e apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimentos	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
2023	-	167	-	167
2024 a 2026	172	235	172	235
	172	**402**	**172**	**402**

Seguem abaixo as movimentações dos empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo inicial	**1.590.580**	**1.035.821**	**1.590.580**	**1.035.821**
Captação	3.558.804	2.572.258	3.558.804	2.572.258
Encargos provisionados	20.266	76.926	20.266	76.926
Pagamento principal	(2.448.332)	(1.934.851)	(2.448.332)	(1.934.851)
Pagamento de juros	(164.674)	(57.236)	(164.674)	(57.236)
Variação cambial	(502.329)	(102.338)	(502.329)	(102.338)
Saldo final	**2.015.315**	**1.590.580**	**2.015.315**	**1.590.580**

As parcelas relativas ao principal e juros dos empréstimos e financiamentos têm os seus vencimentos substancialmente em 2024.

13 – Arrendamento mercantil

Controladora

	2023	2022
Pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de um ano	15.996	16.534
Mais de um ano e menos de cinco anos	75.714	91.676
	91.710	**108.210**
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos mercantis financeiros	(36.588)	(47.302)
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de um ano	6.497	5.819
Mais de um ano e menos de cinco anos	48.625	55.089
	55.122	**60.908**

Consolidado

	2023	2022
Pagamentos mínimos do arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de um ano	23.224	24.423
Mais de um ano e menos de cinco anos	75.714	91.676
	98.938	**116.099**
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos mercantis financeiros	(37.649)	(47.922)
Valor presente das obrigações de arrendamento mercantil financeiro:		
Menos de um ano	12.664	13.088
Mais de um ano e menos de cinco anos	48.625	55.089
	61.289	**68.177**

13.1 – Direito de uso

A seguir estão os valores contábeis dos ativos de direito de uso reconhecidos e as movimentações durante o período:

ATIVO – Controladora	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 1º. de janeiro de 2023	**17.060**	**5.625**	**35.929**	**58.614**
Adições/ baixas	-	63	-	63
Despesas de depreciação	(1.204)	(1.497)	(6.690)	(9.391)
Em 31 de dezembro de 2023	**15.856**	**4.191**	**29.239**	**49.286**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

ATIVO	Consolidado			
	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Em 1º. de janeiro de 2023	**17.060**	**12.248**	**35.929**	**65.237**
Adições/ baixas	-	965	-	965
Despesas de depreciação	(1.204)	(4.288)	(6.690)	(12.182)
Em 31 de dezembro de 2023	**15.856**	**8.925**	**29.239**	**54.020**

Controladora PASSIVO	2023
Em 1º. de janeiro de 2023	**60.908**
Adições	63
Acréscimo de juros	10.720
Pagamentos	(16.569)
Em 31 de dezembro de 2023	**55.122**
Circulante	**6.497**
Não Circulante	**48.625**

Consolidado PASSIVO	2023
Em 1º. de janeiro de 2023	**68.177**
Adições	966
Acréscimo de juros	11.366
Pagamentos	(19.220)
Em 31 de dezembro de 2023	**61.289**
Circulante	**12.664**
Não Circulante	**48.625**

A Companhia possui quatro contratos que se enquadram na norma de arrendamento mercantil, sendo o último vencimento em fevereiro de 2037.

14 - Provisões

A Companhia mantém provisões para riscos fiscais, cíveis, comerciais, trabalhistas e previdenciários. As provisões são constituídas levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento, bem como nas autuações fiscais e previdenciárias sob defesa.
Adicionalmente, a Companhia concede participação nos resultados a seus funcionários, calculada com base nos resultados corporativos e não apenas baseada no seu lucro individual.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Riscos trabalhistas e previdenciários	79.716	63.688	79.716	63.688
Riscos cíveis e comerciais	48.576	4.232	48.786	4.232
Participação nos resultados e bônus variável	46.448	13.642	50.049	14.513
Provisões atuariais	83.890	79.776	85.832	81.817
Perdas com pedidos em carteira	217.262	75.473	218.424	76.759
Outros	31.888	21.903	33.823	24.513
	507.780	**258.714**	**516.630**	**265.522**
Circulante	**295.597**	**111.018**	**302.286**	**115.785**
Não circulante	**212.183**	**147.696**	**214.344**	**149.737**

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo Inicial	258.714	347.073	265.522	263.236
Formação (reversão)	272.122	10.965	274.164	156.446
Utilizações por pagamento	(23.056)	(99.324)	(23.056)	(60.065)
	507.780	**258.714**	**516.630**	**359.617**

A Companhia mantém provisões para riscos trabalhistas, no valor de R$79.716, que são constituídas e classificadas no passivo não circulante, levando-se em consideração a expectativa de perdas da Administração e de seus assessores jurídicos com respeito às ações em andamento. Adicionalmente, provisão para perdas com pedidos de venda em carteira no valor de R$218.424 decorrente da avaliação de contratos que possuem custos inerentes superiores aos benefícios econômicos esperados na transação.
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 , a Companhia é parte em processos judiciais fiscais, trabalhistas, cíveis e comerciais nos montantes de R$569.408 e R$506.650, respectivamente, classificados com chance de perda possível de acordo com seus assessores legais externos e que, desta forma, não constitui provisão. Estes processos surgiram, principalmente, durante a fase de construção da planta industrial e estão relacionados a serviços diversos.

14.1 – Provisões atuariais e benefício pós-emprego
As provisões para jubileu, abono de aposentadoria e benefício pós-emprego são calculadas por atuário independente e relacionadas à expectativa de pagamentos a funcionários quando do atendimento de determinados períodos de tempo de serviço na Companhia.
Descrição dos planos
- Plano de assistência médica pós-emprego: consiste na concessão de bônus a inativos, a título de ajuda financeira para o custeio do plano de assistência à saúde oferecida aos empregados que se aposentaram, com pelo menos 54 anos de idade. Esse plano foi fechado para novas inscrições em julho de 2010.
- Jubileu: o benefício refere-se ao pagamento de uma recompensa quando os funcionários da Companhia completam 25, 35 e 40 anos de serviços prestados.
- Lump-Sum: o benefício refere-se ao pagamento único aos funcionários que se aposentam na Companhia, vinculado ao tempo de serviços prestado pelo participante do plano, cujo salário de participação em 30 de setembro de 2022, seja inferior a R$7.523,93 (sete mil, quinhentos e vinte e três reais e noventa e três centavos). Este benefício pode equivaler a, no máximo, cinco salários de participação, a depender do tempo de serviços prestados à Companhia.
- Abono de aposentadoria: o benefício é pago aos funcionários que se aposentam na Companhia, vinculado ao tempo de serviços prestados. O abono de aposentadoria é concedido apenas aos empregados que aderiram ao plano até 30 de abril de 2010, e que não receberão o benefício Lump-Sum acima descrito.

Segue abaixo a posição atuarial dos planos:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Assistência médica pós-emprego	64.503	60.708	64.503	60.708
Jubileu	8.783	7.815	9.652	8.574
Lump-Sum	6.248	6.396	7.006	7.437
Abono aposentadoria	4.356	4.857	4.671	5.098
	83.890	**79.776**	**85.832**	**81.817**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a provisão referente ao Lump-Sum está líquida do ativo do plano nos montantes de R$1.110 e R$31, respectivamente.
A movimentação do passivo atuarial é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Em 1° de janeiro	**79.776**	**83.394**	**81.817**	**84.993**
Incluídos no resultado				
Custo do serviço corrente	1.039	1.054	1.155	1.150
Juros financeiros	7.757	7.948	7.954	8.101
(Ganho) / Perda atuarial outros benefícios	4.210	(4.429)	3.766	(4.347)
Outros	472	(4.986)	480	(4.986)
Incluídos em outros resultados abrangentes				
Remensurações do valor líquido do passivo	(2.251)	4.596	(2.213)	4.381
Outras movimentações				
Benefícios pagos	(7.113)	(7.801)	(7.127)	(7.475)
Em 31 de dezembro	**83.890**	**79.776**	**85.832**	**81.817**

Premissas atuariais utilizadas
As premissas atuariais utilizadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 estão demonstradas a seguir:

Hipóteses Econômicas	2023	2022
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,27%	9,74%
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	9,27%	9,74%
Taxa anual de inflação a longo prazo	3,69%	3,82%

Hipóteses Biométricas	2023	2022
Tábua de Mortalidade Geral	AT-83 M e AT-2000 M.*	AT-83 M e AT-2000 M.*
Tábua de Entrada em Invalidez	IAPB-57 Fraca Agravada 15%	IAPB-57 Fraca Agravada 15%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	IAPB-57 Fraca	IAPB-57 Fraca

*AT-83 M para admitidos até 30/04/2010 e AT-2000 M para admitidos após 30/04/2010

Análise de sensibilidade
Foi elaborada uma análise de sensibilidade do impacto financeiro sobre o valor das obrigações da Companhia, considerando ajustes de +/- 1 e +/- 2 pontos percentuais na taxa de desconto financeiro utilizada nos cálculos (5,9404% a.a.). Os resultados estão apresentados na tabela a seguir:

Valor presente das obrigações em 31 de dezembro 2023	Taxa de desconto financeiro
96.921	3,94%
88.359	4,94%
81.071	5,94%
74.815	6,94%
69.402	7,94%

15 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.
O imposto de renda e a contribuição social estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 Reapresentado	2023	2022 Reapresentado
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de renda e da contribuição social	(52.261)	(198.037)	(31.951)	(96.250)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	17.769	67.333	10.863	32.725
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social diferidos				
Constituição (Reversão) de IR e CS diferido sobre prejuízo fiscal e base negativa	(147.414)	81.128	(147.414)	81.128
Ajuste de preços de transferência	-	(98.811)	-	(98.811)
Equivalência patrimonial	6.715	33.998	-	-
Ajuste de IR e CS correntes do ano anterior	8.007	(3.001)	8.007	(2.986)
Incentivos fiscais	2.409	-	2.704	379
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas	17.778	(12.443)	17.376	(12.688)
	(94.737)	**68.203**	**(108.464)**	**(253)**

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos é como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Para obsolecência e ajuste ao valor de realização	37.272	29.235	37.294	29.389
Riscos trabalhistas e previdenciários bruto de depósitos recursais	27.103	21.654	27.103	21.654
Cíveis e comerciais	16.516	1.439	16.587	1.439
Perdas com pedidos em carteira	73.869	25.661	73.869	25.661
Provisões para participações nos lucros e Bônus	15.871	4.810	17.095	5.106
Fornecedores não dedutíveis	7.512	7.512	7.512	7.512
Atuarial	29.139	28.505	29.736	29.116
Provisão para obsolescência de ativo imobilizado	31.825	25.421	31.825	25.421
Outras provisões ativas	25.874	23.437	27.149	25.257
Prejuízo fiscal e base negativa	782.380	751.885	782.380	751.885
Ajuste a valor justo sobre imobilizados (Fair Value)	774.350	814.496	774.350	814.496
Provisão de IR/CS diferidos ativos realizáveis (DTA)	(948.993)	(801.579)	(948.993)	(801.579)
Arrendamento mercantil - Leasing Passivo	18.742	20.709	20.839	23.180
Arrendamento mercantil - Leasing Ativo	(16.757)	(19.929)	(18.367)	(22.181)
NDF de Hedge Accounting	(20.299)	(24.411)	(20.299)	(24.411)
Outros ajustes	(3.775)	(6.057)	(10.951)	(15.302)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	**850.628**	**902.788**	**847.128**	**896.643**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Efeitos do Hedge Accounting	12.359	7.583	12.359	7.583
Custos de benefícios atuariais CPC 33	-	-	(63)	(83)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.359**	**7.583**	**12.296**	**7.500**
Total do Ativo	**850.628**	**902.788**	**850.628**	**902.788**
Total do Passivo	**-**	**-**	**3.500**	**6.145**

A Companhia revisa anualmente os estudos técnicos de viabilidade, considerando em sua análise, as melhorias de desempenho e lucratividade alcançadas e as atualizações no seu plano estratégico.
Os tributos diferidos sobre o prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e ajuste a valor justo sobre ativo imobilizado totalizaram, ao final de 2023, R$1.556.730 (R$1.572.915 em 2022). A Companhia atualizou as projeções para realização destes tributos diferidos, baseada em estimativa suportada por orçamento aprovado pelo Conselho de Administração, e constituiu provisão para redução ao valor recuperável de ativos no valor de R$948.993 (R$801.579 em 2022). Tal valor refere-se ao montante não recuperado nas projeções da Companhia ao final de 5 anos, ou seja, valor a recuperar projetado para 31 de dezembro de 2028.

16 – Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, o capital social integralizado está dividido em ações conforme demonstrado a seguir:

	2023					2022				
	Capital Subscrito	Número de ações			% participação	Capital Subscrito	Número de ações			% participação
		ON	PN	Total			ON	PN	Total	
Vallourec Tubos do Brasil Ltda.	7.772.507	546.961.206	16	546.961.222	97,23%	7.772.507	546.961.206	16	546.961.222	97,23%
Vallourec Tubes	1.559.040	15.590.400	-	15.590.400	2,77%	1.559.040	15.590.400	-	15.590.400	2,77%
	9.331.547	**562.551.606**	**16**	**562.551.622**	**100%**	**9.331.547**	**562.551.606**	**16**	**562.551.622**	**100%**

Em 2022 foi realizado aumento de capital da Companhia, no montante de R$643.117, através da conversão de saldo de empréstimo de mútuo com a controladora Vallourec Tubos do Brasil em ações.
Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido após a absorção do saldo dos prejuízos acumulados, conforme previsto na lei 11.638/2007. Em 2023 e 2022, não houve distribuição de dividendos.

17 – Receitas líquida de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita bruta de vendas e serviços				
Venda de produtos	7.635.383	7.240.326	8.198.763	7.906.002
Prestação de serviços	149.157	140.368	155.582	150.405
	7.784.540	**7.380.694**	**8.354.345**	**8.056.407**
Deduções de receita bruta				
Devoluções e abatimentos	(85.545)	(48.844)	(97.311)	(56.647)
Impostos incidentes sobre vendas e serviços	(697.806)	(879.804)	(862.461)	(1.096.376)
	(783.351)	**(928.648)**	**(959.772)**	**(1.153.023)**
Receita líquida de vendas e serviços	**7.001.189**	**6.452.046**	**7.394.573**	**6.903.384**

17.1 - Receita desagregada

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Óleo & Gás	3.669.030	2.971.036	3.669.030	2.981.956
Energia e Indústria	1.685.249	2.390.865	2.056.647	3.147.549
Pelotas	179.481	432.313	179.481	432.313
Projetos	1.230.069	293.249	1.230.069	293.249
Outros	237.361	364.583	259.346	48.317
	7.001.189	**6.452.046**	**7.394.573**	**6.903.384**

18 - Despesas e custos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022 Reapresentado	2023	2022 Reapresentado
Matérias primas e materiais de consumo utilizados	(4.070.028)	(4.279.750)	(4.445.091)	(4.741.371)
Salários e benefícios aos empregados	(795.476)	(718.354)	(883.540)	(804.347)
Serviços prestados	(671.966)	(632.490)	(730.682)	(677.183)
Depreciação e amortização	(236.802)	(233.700)	(244.879)	(240.944)
Com vendas	(460.659)	(616.397)	(479.262)	(638.869)
Outras (despesas) receitas	(641.573)	(159.162)	(459.110)	203.892
	(6.876.504)	**(6.639.853)**	**(7.242.564)**	**(6.898.822)**
Custo dos produtos e serviços vendidos	(5.767.185)	(5.726.461)	(6.086.320)	(5.937.235)
Receitas (despesas) operacionais	(1.109.319)	(913.392)	(1.156.244)	(961.587)
	(6.876.504)	**(6.639.853)**	**(7.242.564)**	**(6.898.822)**

Na rubrica de "Custos dos produtos vendidos" estão registrados custos extraordinários tais como: custos fixos não absorvidos pela produção (capacidade ociosa e paralisações) no montante de R$227.128 (R$111.094 em 2022) e R$302.811 (R$286.901 em 2022) referentes a perdas no processo produtivo.

19 - Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimentos aplicações financeiras	19.057	3.756	32.963	15.519
Arrendamento financeiro	(19.992)	(10.704)	(20.651)	(11.455)
Receitas de juros	-	-	-	195
Juros ACC-ACE-PPE	(184.923)	(76.897)	(184.923)	(76.897)
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	(73.571)	(57.366)	(73.571)	(57.366)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16)	(30)	(16)	(30)
Variação cambial líquida	(24.585)	(6.284)	(24.702)	(6.543)
Operações SWAP	106.004	38.199	106.004	38.199
Atualização financeira do atuarial	(7.886)	(7.794)	(7.886)	(7.794)
Outras receitas (despesas) financeiras	(10.783)	6.897	(11.178)	5.360
	(196.695)	**(110.223)**	**(183.960)**	**(100.812)**

20 - Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente e não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos financeiros:				
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	106.041	237.722	210.042	319.958
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	1.369.002	1.319.497	1.423.416	1.408.179
	1.475.043	**1.557.219**	**1.633.458**	**1.728.137**
Passivos financeiros:				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.356.957	1.423.807	1.443.857	1.444.682
Instituições financeiras (Contratos ACC,ACE, FINEM/BNDS, FNE/BNB)	480.028	1.590.580	480.028	1.590.580
Pré-pagamentos de exportação - Partes relacionadas	1.535.287	-	1.535.287	-
Arrendamento financeiro	55.122	60.908	61.289	68.177
Empréstimos de partes relacionadas	149.019	291.125	149.019	291.125
	3.576.413	**3.366.420**	**3.669.480**	**3.394.564**

Os valores contábeis tais como, caixas e equivalentes de caixa, contas a receber e a pagar, empréstimos e financiamentos e outros, referentes aos instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, se aproximam de seus valores justos.
O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, as quais incluem juros futuros, quando aplicáveis, até a data dos vencimentos contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Controladora					
Instrumentos a taxas de juros:	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.356.957	-	-	-	1.356.957
Instituições financeiras (Contratos ACC,ACE, FINEM/BNDS, FNE/BNB)	363.524	1.300.775	351.016	-	2.015.315
Arrendamento financeiro	1.509	4.989	36.396	12.229	55.122
Empréstimos de partes relacionadas	149.019	-	-	-	149.019
TOTAL	**1.871.009**	**1.305.764**	**387.412**	**12.229**	**3.576.413**

Consolidado					
Instrumentos a taxas de juros:	**Até 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Total**
Fornecedores e outras contas a pagar	1.443.857	-	-	-	1.443.857
Instituições financeiras (Contratos ACC,ACE, FINEM/BNDS, FNE/BNB)	363.524	1.300.775	351.016	-	2.015.315
Arrendamento financeiro	6.743	5.921	36.396	12.229	61.289
Empréstimos de partes relacionadas	149.019	-	-	-	149.019
TOTAL	**1.963.143**	**1.306.696**	**387.412**	**12.229**	**3.669.480**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.
Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal - Acesse também através do QR CODE ao lado.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(em milhares de Reais - R$)

VALLOUREC SOLUÇÕES TUBULARES DO BRASIL S.A.

Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
número 08.689.024/0002-92

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto se indicado de outra forma)

Risco de mercado
O risco de preço está relacionado à eventual volatilidade dos preços praticados pelos mercados nacional e internacional de tubos de aço.

Exposição a riscos de taxas de juros
A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados e aplicações financeiras vinculadas, principalmente, a variação do CDI e da TJLP.
A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos na data das demonstrações financeiras. São apresentados um cenário com a manutenção dos níveis de juros em 31/12/2023 e dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Esses cenários poderão gerar impactos nos resultados e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia conforme descrito a seguir:
• Cenário 1: Manutenção dos níveis de juros nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2023;
• Cenário 2: Deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023; e
• Cenário 3: Deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2023.

Consolidado

Indicadores	Instrumento financeiro	Ativo	Passivo	Exposição	Taxa efetiva do período	Efeito estimado na demonstração do resultado do exercício e patrimônio líquido para 31.12.24 (Acumulado)	Efeito estimado na demonstração do resultado do exercício e patrimônio líquido para 31.12.24 (Agravamento dos cenários)
CDI (Rentabilidade Média 97,6% do CDI)	Aplicações financeiras	206.256	-	206.256	12,91%	26.621	-
CDI	Mútuo	-	149.019	149.019	13,04%	(19.432)	-
Taxa Pré-Fixada	Financiamento	-	172	172	6,00%	(10)	-
Total		**206.256**	**149.191**	**355.447**		**7.179**	**-**
Cenário 2							
CDI (Rentabilidade Média 97,6% do CDI)	Aplicações financeiras	206.256	-	206.256	9,68%	19.966	(6.655)
CDI	Mútuo	-	149.019	149.019	16,30%	(24.290)	(4.858)
Taxa Pré-Fixada	Financiamento	-	172	172	7,50%	(13)	(3)
Total		**206.256**	**149.191**	**355.447**		**(4.337)**	**(11.516)**
Cenário 3							
CDI (Rentabilidade Média 97,6% do CDI)	Aplicações financeiras	206.256	-	206.256	6,45%	13.311	(13.310)
CDI	Mútuo	-	149.019	149.019	24,45%	(36.435)	(17.003)
Taxa Pré-Fixada	Financiamento	-	172	172	11,25%	(19)	(9)
Total		**206.256**	**149.191**	**355.447**		**(23.143)**	**(30.322)**

Risco de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade normal de suas atividades, ao mesmo tempo em que busca maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.
A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Risco de liquidez
A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de seu Conselho de Administração, que gerencia este risco de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos financeiros e empréstimos e financiamentos.

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022 Reapresentado**	**2023**	**2022 Reapresentado**
Caixa e equivalentes de caixa	106.041	237.722	210.043	319.958
Contas a receber de clientes	1.266.126	1.202.434	1.275.498	1.229.473
Fornecedores	(1.460.256)	(1.504.001)	(1.502.114)	(1.534.107)
Empréstimos financeiros e arrendamentos	(2.070.437)	(1.651.488)	(541.316)	(1.658.757)
Empréstimos financeiros de partes relacionadas	(149.019)	(291.125)	(1.684.307)	(291.125)
Dívida líquida	**(2.307.545)**	**(2.006.458)**	**(2.242.196)**	**(1.934.558)**

Exposições a riscos cambiais
A Companhia está exposta ao risco cambial do fluxo de caixa futuro em moedas estrangeiras, devido à receita proveniente de exportações de tubos. Com o objetivo de mitigar este risco, são adotados procedimentos de cobertura baseada na exposição cambial calculada pelo valor dos créditos comerciais para os próximos 12 meses, revistos mensalmente. A cobertura do fluxo de caixa futuro é analisada e discutida pela Administração, que aprova e autoriza a contratação de instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2023, estes instrumentos foram, em sua totalidade, ACCs, ACEs e PPE totalizando R$2.015.143 (R$1.590.178 em 2022).
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía passivos vinculados em moeda estrangeira, registrados na rubrica de "Fornecedores" nos montantes de EUR12.567 mil (EUR5.327 mil em 2022), USD3.604 mil (USD458 mil em 2022) e GBP1.556 mil em 2022.
Adicionalmente, qualquer outro risco cambial é avaliado e, se necessário, mitigados pela área financeira, que monitora periodicamente os fluxos financeiros e operacionais.

Risco de câmbio
A Companhia efetua o registro dos ganhos ou perdas considerados efetivos para fins do "hedge" na rubrica "Outros resultados abrangentes" e os registra no resultado do período quando o instrumento de "hedge" é liquidado. Em 31 de dezembro de 2023, a posição em instrumentos financeiros, contratos de ACE, ACC e NDF para cobrir os riscos cambiais sobre o "Contas a receber de clientes" no mercado externo é como segue:

ACE	**2023**	**2022**
Valores nocionais em Reais contratados para proteção de ativos sujeitos a risco cambial da moeda: USD	214.368	248.293
Valores nocionais em Reais contratados para proteção de ativos sujeitos a risco cambial da moeda: Euro	111.129	5.680
	325.497	**253.973**

ACC	**2023**	**2022**
Valor contratado (em Reais) para proteção de passivos - sujeitos a risco cambial - em USD	914	1.026.960
Valor contratado (em Reais) para proteção de passivos - sujeitos a risco cambial - em Euro	153.445	309.245
	154.359	**1.336.205**

PPE	**2023**	**2022**
Valor contratado (em Reais) para proteção de passivos - sujeitos a risco cambial - em USD	1.535.287	-
	1.535.287	**-**

NDF	**2023**	**2022**
Valor contratado (em Reais) para proteção de passivos - sujeitos a risco cambial - em USD	54.811	70.906
Valor contratado (em Reais) para proteção de passivos - sujeitos a risco cambial - em Euro	4.894	890
	59.704	**71.796**

Resultado diferido contabilizado como ajuste de avaliação patrimonial:

	2023	**2022**
Ganho (Perda)	6.725	(40.554)
Efeito de imposto de renda e contribuição social diferidos	4.775	13.789
(Perda) líquida dos efeitos dos impostos	**11.500**	**(26.765)**

Segue abaixo o quadro com a composição das operações de derivativos existentes em 31 de dezembro de 2023:

Tipo de Contrato	Moeda	Vencimento	Valor Nocional (KEUR/KUSD) 31.12.2023	Valor Nocional (KR$) 31.12.2023	Valor contábil (KR$) 31.12.2023	Valor justo (KR$) 31.12.2023	Valor Justo x Contábil 31.12.2023
ACC	KUSD	De 3 meses a 1 ano	186	881	914	881	(22)
ACC	KEUR	Até 3 meses	572	2.959	3.101	2.935	(127)
ACC	KEUR	De 3 meses a 1 ano	26.428	138.539	150.344	143.258	(5.235)
			27.187	**142.379**	**154.359**	**147.075**	**(5.384)**

Tipo de Contrato	Moeda	Vencimento	Valor Nocional (KEUR/KUSD) 31.12.2023	Valor Nocional (KR$) 31.12.2023	Valor contábil (KR$) 31.12.2023	Valor justo (KR$) 31.12.2023	Valor Justo x Contábil 31.12.2023
ACE	KUSD	Até 3 meses	167	878	895	(50)	(934)
ACE	KUSD	De 3 meses a 1 ano	42.154	206.495	213.473	205.587	(5.258)
ACE	KEUR	Até 3 meses	3.041	15.742	17.139	16.323	(605)
ACE	KEUR	De 3 meses a 1 ano	16.354	85.314	93.990	88.481	(4.352)
			61.716	**308.429**	**325.497**	**310.342**	**(11.149)**

Tipo de Contrato	Moeda	Vencimento	Valor Nocional (KEUR/KUSD) 31.12.2023	Valor Nocional (KR$) 31.12.2023	NDF (accrual) (KR$) 31.12.2023	NDF valor justo (contábil) (KR$) 31.12.2023
NDF	US$	Até 3 meses	64.601	328.967	29.470	29.470
NDF	US$	De 3 meses a 1 ano	87.925	440.772	25.340	25.340
NDF	EUR	Até 3 meses	10.864	58.548	2.857	2.857
NDF	EUR	De 3 meses a 1 ano	62.906	334.311	2.037	2.037
			226.296	**1.162.599**	**59.704**	**59.704**

Tipo de Contrato	Moeda	Vencimento	Valor Nocional (KEUR/KUSD) 31.12.2023	Valor Nocional (KR$) 31.12.2023	Valor contábil (KR$) 31.12.2023	Valor justo (KR$) 31.12.2023	Valor Justo x Contábil 31.12.2023
PPE	KUSD	Até 3 meses	238.982	1.174.039	1.184.271	1.171.194	(13.781)
PPE	KUSD	De 3 meses a 1 ano	71.964	352.114	351.016	350.561	455
			310.946	**1.526.153**	**1.535.287**	**1.521.755**	**(13.326)**

21 - Plano de complementação de aposentadoria

Com o objetivo de proporcionar a seus empregados renda complementar à aposentadoria assegurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a Companhia mantém junto à instituição de previdência privada um plano de complementação de aposentadoria de contribuição definida do tipo PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres.
O custeio do plano é suportado por contribuição mensal do participante, complementada por contribuição igual da Companhia que é limitada a 6% do salário do participante.
As contribuições da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R$4.460 (R$3.648 em 2022).

22 - Ativos segurados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para edifícios, máquinas, instalações e equipamentos e estoques no valor de R$12.248 com vigência de 01 de julho de 2023 a 30 de junho de 2024.

23 - Remuneração dos dirigentes

A remuneração global da Administração da Companhia foi de R$2.269 em 2023 (R$2.921 em 2022).

24 - Transações que não afetaram o caixa

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui transações não caixa representadas por aquisições de ativo imobilizado nos valores de R$53.141 e R$53.443 (R$47.092 e R$48.549 em 2022), arrendamento mercantil financeiro nos valores de R$55.122 e R$61.289 (R$60.908 e R$68.177 em 2022) na Controladora e Consolidado respectivamente, e, conversão de mutuo em aumento de Capital Social no valor de R$643.117 na Controladora em 2022.

25 - Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 27 de maio de 2024.

Jeceaba, 27 de maio de 2024.

BERTRAND FRISCHMANN
Diretor de Operações

ROGÉRIO PERILLO DE CARVALHO
Contador CRCMG nº 47.989/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A.

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vallourec Soluções Tubulares do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Transações com partes relacionadas
Conforme divulgado na nota explicativa no 10 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota explicativa. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.
Reapresentação dos valores correspondentes
Chamamos a atenção para a nota explicativa no 3.14 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da retificação de erros, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 1o de janeiro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo retificados como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 27 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG

MARCELO SALVADOR
Contador
CRC MG 089422/O-0

Deloitte.

Obras do Centro Logístivo KBM têm previsão de início em até 90 dias e conclusão em até um ano e maio FOTO: REPRODUÇÃO / PROJEÇÃO KBM EMPREENDIMENTOS

KBM investirá R$ 80 mi em Camanducaia

LOGÍSTICA Condomínio logístico terá 11 galpões modulares, com áreas entre 1.700 m² a 3.685m² em terreno de mais de 112 mil m²

MARCO AURÉLIO NEVES

A KBM Empreendimentos Imobiliários terá um condomínio logístico na cidade de Camanducaia, no Sul de Minas, bem na divisa com o estado de São Paulo. O Centro Logístico KBM contará com investimento total da ordem de R$ 80 milhões. A previsão é que as obras comecem em até 90 dias e sejam concluídas em até um ano e meio.

A construção do Centro Logístico KBM será feita por etapas, módulo por módulo, e ficará a cargo da Vert Construtora, empreiteira do mesmo grupo da KBM, especializada em edificações residenciais, comerciais, espaços logísticos e industriais. Durante as obras, serão gerados 270 empregos diretos e indiretos. A expectativa é que a operação do empreendimento gere cerca de 220 postos de trabalho diretos e indiretos.

A escolha por Camanducaia deve-se pela sua localização estratégica: o condomínio logístico ficará a 3 km da BR-381, em uma cidade vizinha ao município de Extrema, perto de Pouso Alegre (83 km), a apenas 133 km da capital paulista e a 470 km de Belo Horizonte.

O modelo de negócio do Centro Logístico KBM será a locação BTS, do inglês "build to suit" (construir para servir, em tradução livre), uma modalidade de locação personalizada no mercado imobiliário. O foco são empresas atacadistas ou distribuidoras que buscam galpões logísticos customizados em uma região estratégica, o que aumenta a eficiência de armazenagem e movimentação de mercadorias.

"Esperamos contribuir logisticamente na construção de infraestrutura de armazenagem para empresas de diversos setores do comércio, serviço e indústria, gerando empregos sustentáveis para região, não somente durante a construção, mas posteriormente, conforme necessidade dos inquilinos", declara o diretor-proprietário da KBM, Klaus Melo.

O diretor-conselheiro da empresa, Marcos Melo, conta que o condomínio logístico de Camanducaia tem o apoio da Invest Minas e está em busca de investidores para execução da obra e de empresas para uso do espaço. "A expectativa é de conseguirmos locação rapidamente. Extrema está lotada de empresas, já estão com dificuldades de espaço", afirma.

"A escolha de Camanducaia, no Sul de MG, deve-se pela localização estratégica, bem na divisa com o estado de São Paulo"

Ao todo, serão 11 galpões modulares, com áreas entre 1.700 m² a 3.685 m² e dez metros de altura, em um terreno de mais de 112 mil m². Os espaços foram projetados com isolamento termoacústico e aproveitamento da luz natural. O pátio de estacionamento terá capacidade para 90 carretas.

O empreendimento terá refeitório, banheiro e vestiários para funcionários e motoristas, gestão de resíduos sólidos, estacionamento interno e externo, segurança 24h, circuito fechado de TV e portaria blindada. O condomínio logístico da KBM em Camanducaia ainda terá uma área para futura expansão, caso necessário.

ACORDO DE MARIANA

Vale prevê consenso até fim deste mês

Rio de Janeiro - A Vale prevê chegar até o fim deste mês a um consenso com autoridades brasileiras que viabilize um acordo multibilionário de reparações e compensações pelo rompimento de barragem de sua *joint venture* com a BHP, a Samarco, em 2015, afirmou um executivo da companhia a jornalistas ontem.

A afirmação de Alexandre D'Ambrosio, vice-presidente executivo de Assuntos Corporativos e Institucionais da Vale, vem um dia após a companhia ter anunciado uma nova proposta de acordo feita pelas mineradoras, estimando um desembolso total de R$ 140 bilhões.

Em abril, a companhia havia informado que a expectativa era alcançar um acordo definitivo com autoridades até o fim do primeiro semestre. "Nós esperamos que o acordo consiga ser resolvido até o fim de junho e (temos) esperança que as partes cheguem a um entendimento até o fim de junho", disse D'Ambrosio, ao participar do Fórum de Investimentos Prioridade 2024 no Rio de Janeiro.

"Não significa que ele vai ser assinado até o fim de junho, porque isso depende da construção dos documentos definitivos, mas até o fim de junho esperamos que haja um consenso", frisou, pontuando que um acordo definitivo poderia demandar ainda "mais um mês pelo menos".

D'Ambrosio explicou ainda que a proposta financeira é indissociável dos termos e condições que estão sendo apresentados junto e que a empresa "não negocia valor para depois ver o que vai fazer".

"Nós apresentamos a proposta juntamente com uma proposta de acordo escrita e detalhada", afirmou, detalhando que os termos e condições apresentados levam em conta prazo, quais obrigações de fazer, obrigações de pagar e quais obrigações são do Estado. O executivo destacou ainda que todas as partes envolvidas precisam estar de acordo, que ninguém poderá ficar de fora.

Rompimento da barragem em Mariana foi em 2015 FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / ARQUIVO / ALISSON J. SILVA

O montante de R$ 140 bilhões representa um avanço ante os R$ 127 bilhões estimados em proposta anterior das companhias apresentada em abril a autoridades federais e dos estados de Minas e Espírito Santo. A nova oferta considera R$ 82 bilhões como o total em dinheiro a ser pago pelas mineradoras aos entes públicos em 20 anos, conforme detalhou a Vale em comunicado na véspera, acima dos R$ 72 bilhões ofertados em abril.

Esse volume a ser pago, entretanto, ficou aquém dos R$ 109 bilhões demandados pelo poder público em uma contraproposta apresentada no início deste mês. O bloco público também buscava receber os recursos em 12 anos, considerando que o desastre ocorreu há mais de oito anos.

A nova oferta das companhias, conforme detalhou a Vale, inclui ainda a previsão de empenhar R$ 21 bilhões para executar obrigações que permanecerão sob responsabilidade das empresas, como a retirada de rejeitos do rio Doce.

A barragem da Samarco, uma *joint venture* da Vale e da BHP, colapsou há mais de oito anos, gerando uma onda de rejeitos de mineração que matou 19 pessoas. Além disso, deixou centenas de desabrigados, atingindo também matas e toda a extensão do rio Doce até desaguar no Espírito Santo. **(Reuters)**

PENSANDO O FUTURO

Paulo Vicente

Professor da Fundação Dom Cabral

O futuro e a revolução do trabalho

O surgimento de ferramentas de inteligência artificial nos últimos anos reacendeu o medo da destruição de empregos. Mas, este não será o caso, ao contrário: irão surgir mais empregos do que serão destruídos e o problema será a qualificação, que será resolvido até 2040.

O processo para entender esta mudança se chama destruição criativa, descrito por Joseph Schumpeter ao perceber que a indústria do cavalo estava sendo destruída pela do automóvel. Ele percebeu que os automóveis iriam ser mais baratos de comprar e se manter, isso iria popularizar o produto gerando mais empregos do que destruindo.

No Brasil, o exemplo mais recente foi o da telefonia celular. Em cerca de três décadas os celulares ficaram tão baratos que quase toda a população tem acesso. Já existem mais celulares do que pessoas, com isso se criaram muito mais empregos do que foram destruídos.

Imagine que para produzir um produto sejam necessárias quatro pessoas e o custo seja de R$ 1.000. Surge uma tecnologia, e agora só será necessária uma pessoa, mas com isso o custo fica reduzido, e cai para R$ 100. Com um produto mais barato haverá aumento do consumo. Para os mesmos R$ 1.000 de gasto teremos a venda de dez produtos, portanto precisaremos de dez pessoas para produzir. Neste caso, se criaram três empregos para cada emprego destruído. Mas, como isso depende de números reais, se diz que geramos de dois a quatro empregos para cada destruído.

Esta "mágica" se chama destruição criativa. Mas ela só funciona se um preço menor leva mais pessoas a comprarem.

Há ainda o surgimento de mercados do zero. Isto se dá através das "tecnologias viabilizadoras" que criam mercados, como a eletricidade, petróleo e eletrônica. Agora, temos IA e IoT, que farão surgir novas indústrias.

O gargalo não será a falta de empregos, mas sim de qualificação. Para entender este gargalo, gosto de fazer uma analogia com a revolução dos microcomputadores, entre 1975 e 2000.

Foram quatro fases. A primeira ainda na década de 70 quando era necessário aprender a programar em código. A segunda nos anos 80, quando surgiram softwares de edição de texto, planilhas e bancos de dados. A terceira, na década de 90, quando surgiu um pacote integrado e com interface amigável. Isto permitiu a quarta fase, ao longo de 90, disseminando este uso. No começo de 2000, já havia uma massa de trabalhadores capacitada.

Fazendo um paralelo, acabamos de entrar na fase dois. Na primeira, ainda tínhamos de programar em códigos como Java, R, Python e Arduíno. Na segunda, estão surgindo softwares mais amigáveis, como ChatGPT e MidJourney. Ainda não entramos na fase três que deve ocorrer até o final da década, onde um pacote integrado deve surgir. Já a quarta deve se desdobrar, eliminando o gargalo de mão de obra por volta de 2040.

Haverá muitos empregos no futuro e minha sugestão é aprender a fazer coisas que as máquinas não são tão boas: lidar com outros seres humanos, resolver problemas e criatividade.

Faltam incentivos para produção de baterias em MG, dizem especialistas

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA Estado vem se tornando referência na cadeia do lítio, mas fabricação de maior valor agregado ainda é realidade distante

THYAGO HENRIQUE

Minas Gerais tem um imenso potencial para receber a instalação de fabricantes de células de baterias de lítio, o que poderia completar a cadeia produtiva do setor no Estado. Contudo, sem ações governamentais efetivas, a região não deve receber empreendimentos desse tipo tão cedo, perdendo a oportunidade de avançar no segmento estratégico para a transição energética.

Na avaliação do CEO da Bravo Motor Company, Eduardo Javier Muñoz, o potencial mineiro, de fato, existe, porém, não é materializado. Essa transformação vai acontecer somente se houver investimentos em infraestrutura, financiamento adequado, atração de companhias e agregação de valor, segundo ele. Conforme o executivo, há uma adversidade de mercado, contudo, isso vai passar, e até lá é preciso estar preparado, caso contrário, haverá uma invasão de importados.

Nos últimos anos, os investimentos em projetos de extração de lítio têm subido exponencialmente no Estado, mas exportar a matéria-prima enquanto se importa produtos acabados não é benéfico para a economia. O dirigente ressalta que essa movimentação torna a região mais pobre do que era antes, visto que o passivo ambiental e diversos outros problemas permanecem no local.

"Perde-se uma oportunidade de desenvolvimento em um patamar totalmente diferente do que se tem hoje. Se formos ver a potencialidade e as proporcionalidades desse movimento, o não aproveitamento é um pecado, porque deixa de se desenvolver para desenvolver outros", enfatizou Muñoz ao Diário do Comércio, durante o BrazilLithium Summit, evento que reuniu, nos dois últimos dias, em Belo Horizonte, grandes *players* do setor de lítio para debater o mercado.

Produção de baterias foi um dos assuntos discutidos durante o evento Brazil Lithium Summit realizado entre quarta-feira (12) e ontem na capital mineira FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / THYAGO HENRIQUE

Mudança de estado - No encontro, o CEO apresentou o estudo de caso "O impulso da matéria-prima para veículos elétricos". Desde 2020, o executivo trabalha para implementar no Brasil uma fábrica de baterias de lítio, sistemas de armazenamento de energia e veículos elétricos para mobilidade pública. Batizado de Colossus Cluster, o parque industrial da Bravo Motor Company chegou a ser anunciado para Minas Gerais, mas por falta de incentivos deve ser realocado para outro estado.

> **"Perde-se uma oportunidade de desenvolvimento em um patamar totalmente diferente do que se tem hoje. Se formos ver a potencialidade e as proporcionalidades desse movimento, o não aproveitamento é um pecado"**
>
> Eduardo Muñoz

Potencial para receber fábrica

O membro do Conselho Diretor da Associação Brasileira do Veículo Elétrico (ABVE), Vinicius Alvarenga, tem uma opinião semelhante à de Muñoz. Para ele, seguramente, o Estado tem potencial para receber uma fábrica de células de lítio, já que dispõe de insumos e empresas tecnológicas em montagem de baterias e com conhecimento acerca do tema. Contudo, isso não deve acontecer em um curto prazo, uma vez que inexiste iniciativas de fomento dos governos.

Para o representante da entidade, esse processo poderia ser acelerado se houvesse, efetivamente, políticas de incentivo à demanda, tanto baterias quanto de veículos eletrificados. Ele destaca que a fabricação das células – principal componente para a produção das baterias utilizadas nos automóveis elétricos – é o que falta para completar a cadeia produtiva do setor no Estado.

"Creio que há um potencial natural para que essa cadeia fique completa em Minas Gerais, mas talvez o prazo seja alongado por falta de demanda nacional. Acredito que seja mais difícil estabelecer uma indústria forte pensando majoritariamente em exportação. Uma política do Estado e do governo federal, de incentivar à demanda, é essencial para acelerar o aproveitamento desse potencial", salientou Alvarenga ao Diário do Comércio no Brazil Lithium Summit.

No evento, no qual apresentou a temática "Potencial do Brasil na produção de baterias de lítio", o membro da ABVE disse que as vendas de eletrificados estão crescendo no País. Porém, reiterou que os números estão subindo por outros fatores, faltando ainda incentivos governamentais. **(TH)**

EDIÇÃO IMPRESSA PRODUZIDA PELO JORNAL DIÁRIO DO COMÉRCIO.

Circulação diária em bancas e assinantes. As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: diariodocomercio.com.br/publicidade-legal

Acesse também através do QR CODE ao lado.

Digitalização é solução para as contas das prefeituras

GESTÃO PÚBLICA Investimento em plataformas tecnológicas é alternativa ao aumento da despesa com servidores para atender à crescente demanda dos cidadãos

No ano passado, metade dos municípios no Brasil entrou nos limites de alerta em função do aumento das despesas com servidores e a digitalização pode ser alternativa para mudar o quadro FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBE STOCK

> **"Quando assumimos a prefeitura, os gastos com o pessoal estavam em 45%, já conseguimos reduzir este índice em função da produtividade. (...) fazer o máximo com o mínimo em tudo que puder"**
>
> Luiz Eduardo Falcão

JULIANA SODRÉ

As prefeituras têm encontrado na digitalização dos processos uma forma de solucionar o problema de aumento das despesas com servidores, ultrapassando os limites constitucionais, enquanto a demanda pelos serviços aumenta.

De acordo com o levantamento feito pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), 14%, ou 691 municípios no País, estão com o limite de pessoal estourado, ou seja, estão com o percentual dos gastos com o pessoal superior a 54% da sua receita corrente líquida (RCL), limite exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Outros 696 deles se encontram em situação emergencial, ou seja, estão com gastos entre 51% e 54% da RCL, e 764 em alerta, com os gastos entre 48,6% e 51,3%.

Apesar da maioria (57%) estar dentro do esperado pela LRF, todas as categorias de desempenho dos gastos analisadas dos relatórios fiscais das prefeituras apresentaram deterioração dos indicadores de gasto com pessoal. De acordo com o levantamento, "o cenário de piora das contas municipais é generalizado, visto o aumento dos municípios que já comprometeram mais de 90% dos seus limites da lei de responsabilidade com pessoal.

Parte da crise fiscal dos municípios, que em 2023 já somava déficit de R$ 16,2 bilhões em todo o País, é explicada pela redução no ritmo de crescimento das receitas e pelo aumento expressivo das despesas públicas. Só no ano passado, 49% das cidades fecharam o ano com déficit, ou seja, a receita foi insuficiente para cobrir as despesas, sobretudo, do custeamento da máquina pública.

Entre 2022 e 2023, houve crescimento de 14,8% da despesa dos municípios. A maior expansão foi no custeio da estrutura pública, com alta de R$ 48,9 bilhões. Na sequência, as despesas com pessoal, que se elevaram em 13,2% no período (R$ 47,6 bilhões), situação que levou a quase metade dos municípios a se enquadrarem, em 2023, nos limites de alerta, *prudencial* e máximo da RCL com gastos de pessoal.

O cenário acendeu um sinal de alerta entre os executivos e tem alavancado, ainda que de modo tímido, a modernização dos processos e gestão municipais, em busca de maior competitividade e produtividade. Levando a digitalização das prefeituras.

Patos de Minas - É o caso da Prefeitura de Patos de Minas, no Alto Paranaíba. Quando assumiu o município, em 2020, o prefeito Luiz Eduardo Falcão (Novo) optou por manter o processo de modernização que o governo anterior havia iniciado. "Nossa gestão foi quem realmente experimentou a digitalização e estamos colhendo os frutos", disse.

Há três anos e meio, a Prefeitura conta com a plataformaAprova, presente em 15 municípios mineiros, que automatizou mais de 50 processos da gestão municipal. De acordo com o Falcão, nesse período, foram tramitados mais de 250 mil processos e estão ativos mais de 85 mil usuários entre servidor e cidadão, reduzindo tempo, trazendo agilidade e modernização para os processos. A estimativa é que com a plataforma, a prefeitura tenha economizado 26 milhões de litros de água com a redução do consumo de papéis e evitado os gastos de R$ 3 milhões.

"Quando assumimos a prefeitura, os gastos com o pessoal estavam em 45%, já conseguimos reduzir este índice em função da produtividade. A Prefeitura precisa fazer o máximo com o mínimo em tudo que puder. Não é economizar para falar que gastou menos, mas para poder investir naquilo que a população mais espera, como a saúde, a educação e a infraestrutura", diz o prefeito.

Acari explica que plataforma da Aprova consegue reduzir a sobrecarga do servidor público FOTO: DIVULGAÇÃO / APROVA

Varginha aposta em plataforma

Em Varginha, no Sul de Minas, a adoção de plataforma digital permitiu dar mais celeridade para processos, como a emissão de alvarás de construção. De acordo com o diretor administrativo da Aprova, Gabriel Acari, um único processo para liberar o documento precisava passar por 11 servidores da administração municipal. Com a automatização, hoje, o requerente já pode sair com o alvará em um único atendimento.

"A plataforma já bloqueia automaticamente cerca de 50% de processos que entrariam para o servidor analisar. Assim, tira a sobrecarga do servidor, liberando-o para outras atividades", explicou. Com a automação de processos, mais de 80% dos pedidos da população estão sendo resolvidos em menos de um mês por apenas um servidor, explica o executivo. **(JS)**

PBH estima economia de R$ 1,2 milhão com folhas de papel

A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) estima que economizou 24 milhões de papéis nos últimos quatro anos em função da digitalização de processo. Isto representa R$ 1,2 milhão somente com esta despesa.

O prefeito Fuad Noman (PSD) destaca que o tempo de resposta para várias demandas foi reduzido. Ele aponta ações como a automatização de alvarás e licenças ambientais e sanitárias, disponibilização de teleconsultas, cadastro *on-line* para vagas em escolas, distribuição de cestas básicas para famílias vulneráveis no período de férias escolares, entre outras.

Olhando pra trás, percebemos que fizemos muita, mas muita coisa mesmo. Mas é importante destacar: a tecnologia foi a nossa aliada, mas o principal fator nesse processo de transformação digital foi o capital humano. Temos na Prefeitura um corpo robusto de servidoras e de servidores que fazem toda a diferença", destacou o prefeito durante o Seminário Transformação Digital: Como os avanços tecnológicos vêm melhorando a vida de quem mora, trabalha e empreende na Capital, realizado na quarta-feira (12).

A transformação digital ganhou força com a definição de estratégias voltadas para aprimorar o relacionamento do cidadão com a Prefeitura, a presença nos meios digitais e adoção de soluções tecnológicas que pudessem impulsionar o desempenho dos serviços públicos.

Uma das primeiras medidas foi a disponibilização do novo *site* da Prefeitura.Em seguida, a a gestão reformulou o Portal de Serviços, que atualmente tem mais de 1.400 serviços, um aumento de mais de 700% no comparativo com 2016. São quase 1 milhão de cidadãos cadastrados na plataforma. O aplicativo para celular, o PBH APP, que antes tinha apenas 27 serviços, foi modernizado e ampliado e conta 128 serviços, principalmente voltados à zeladoria da cidade, como tapa-buraco, poda de árvore e outros tantos com apenas alguns cliques.

Entre as soluções implementadas pela Prefeitura está a plataforma BH Digital, que integra tecnologia e inclusão digital aos serviços disponíveis. Além de prover o Portal de Serviços da PBH, integrado a autenticação gov.br e ao PBH APP, o sistema possui um portfólio de funcionalidades integradas que permitem o gerenciamento e automatização de processos de negócios, a gestão eletrônica de documentos, a gestão de serviços e a gestão do relacionamento com o cidadão.

No mesmo sentido, a Prefeitura vem implementando o projeto GRP (GovernmentResource Planning) - uma versão governamental de um ERP (Enterprise Resource Planning). Trata-se de uma Solução Integrada de Gestão que tem como objetivo de integrar os processos administrativos e financeiros da Prefeitura.

Em 2019, o tempo médio para abertura de uma empresa na Capital era de 68 horas. Com os processos de desburocratização, esse prazo caiu para 15 horas. O tempo é menor que a média nacional (1 dia e 2 horas) e estadual (1 dia e 6 horas).

Em 2023, 176 mil consultas de viabilidade foram emitidas para abertura de empresas. Nesse mesmo período, quase 40 mil alvarás de localização e funcionamento (ALF). Nos dois casos, a emissão foi automática em quase 100% dos pedidos. Além disso, a Prefeitura atuou fortemente para a recuperação econômica nos pós-pandemia, beneficiando mais de 200 mil empreendimentos, com R$ 28 milhões ao ano de desoneração.

AGRONEGÓCIO

Regulamentação do Casca Florida trará novos mercados

GOVERNO DO ESTADO Anúncio aconteceu durante cerimônia de abertura do Festival do Queijo Artesanal de Minas (FQAM) ontem na Capital; regulamento do IMA veio após vários anos de pesquisas

Festival do Queijo Artesanal de Minas vai ser realizado até sábado (15), no Expominas, em Belo Horizonte FOTO: DIVULGAÇÃO / SISTEMA FAEMG SENAR

MICHELLE VALVERDE

O Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural foi regulamentado pelo governo de Minas Gerais. A habilitação, que define a identidade e atesta a qualidade, permite que produtores da iguaria comercializem o queijo com segurança. Além disso, a iniciativa vai contribuir para a agregar valor à produção, abrir mercados e atrair novos produtores. O anúncio aconteceu ontem durante a cerimônia de abertura do Festival do Queijo Artesanal de Minas, que vai até 15 de junho, no Expominas, em Belo Horizonte.

A portaria foi publicada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) na quarta-feira (12). De acordo com o vice-governador de Minas Gerais, professor Mateus Simões, a habilitação é um grande passo para a produção do Casca Florida, uma vez que traz segurança para o produtor em comercializar o queijo e também para os consumidores, que saberão que o queijo é de qualidade e seguro: "O governo de Minas Gerais, a pedido dos produtores, editou portaria que regulamenta e libera o nosso Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural. É uma etapa importante para o caminhar do queijo fino de Minas. É um queijo de maior valor agregado e que vai alcançar novos mercados".

Ainda segundo ele, com a iniciativa o queijo mineiro passa a ter condições iguais de concorrer com as demais de casca florida natural no mundo. "O nosso Queijo Casca Florida é natural e os fungos são do terroir de cada região. Assim, há uma característica especial que o coloca em igual condição de competição internacional com todos os principais queijos mofados do mundo", explicou.

Simões também destacou a importância da regulamentação para a melhor remuneração dos produtores e para a abertura de mercado. "Nossos produtores terão condições de acessar mercados que antes estavam fechados para eles. O Queijo Casca Florida Natural já existia, mas a comercialização era restrita pela falta de certificação do padrão sanitário para comercialização. Agora, com a portaria, há segurança para quem consome".

Regulamentação - Após anos de pesquisas, o regulamento do IMA traz normas relacionadas a pontos como análises laboratoriais exigidas, fluxograma de produção, temperatura da queijaria, umidade e tempo mínimo de maturação. As exigências são condições para a obtenção do selo de habilitação sanitária junto ao órgão. As pesquisas elaboradas foram publicadas em 2019, 2021 e 2024, por universidades parceiras da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais (Seapa), avaliadas e recomendadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig).

Valor agregado - O vice-governador destacou ainda que o queijo artesanal é uma importante opção para que o produtor agregue valor ao leite, garantindo maior rentabilidade. A alternativa é importante em momentos como o vivenciado agora, onde as altas importações de leite em pó têm reduzido os preços do leite nacional: "Se pensarmos no momento atual, em que o preço do leite está deprimido por conta da falta de responsabilidade do governo federal, que está permitindo o ingresso do leite importado e subsidiado da Argentina e Uruguai, a gente ter outros usos para o leite é importante. O processamento do leite agrega valor e faz toda a diferença, especialmente, para o pequeno produtor".

Com a regulamentação do queijo Casca Florida é esperado aumento da produção no Estado. Isso porque o valor agregado é bem significativo, o que tende a atrair novos produtores para a modalidade. "A regulamentação vai permitir que vários produtores que hoje não trabalham com o Casca Florida tenham coragem de dar esse passo. O queijo Casca Florida agrega mais valor, tem condição, muitas vezes, de mais que dobrar o preço do queijo de casca lisa. O mofo enriquece o sabor do queijo. É uma oportunidade mesmo para quem ainda não está nessa produção e que está certificado no Queijo Minas Artesanal", reforçou o vice-governador.

Comemoração - Conforme o presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio de Salvo, a regulamentação do Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural é uma vitória para os produtores.

"É uma vitória excelente do trabalho feito há mais de 10 anos pelos produtores. Isso é importante para que a gente possa dar, cada vez mais, possibilidade de comercializar de forma legal, segura no que se diz respeito à qualidade do alimento. Então, vamos ter mais valor agregado, já é um queijo reconhecido e, agora, estudado oficialmente e apto para vendas", reforça Salvo.

> **"É uma etapa importante para o caminhar do queijo fino de Minas. É um queijo de maior valor agregado e que vai alcançar novos mercados"**
> Mateus Simões

Produto tem maior valor agregado

O produtor do Queijo Minas Artesanal de Casca Florida Natural Quilombo, Ivacy Pires dos Santos, comemorou a regulamentação. A produção está na Região do Serro, na cidade de Sabinópolis. Por dia, são cerca de 20 a 25 peças do casca florida. Para ele, a iniciativa é importante para agregar valor e abrir mercados. O preço do queijo casca florida é cerca de 30% a 40% maior que os de casca lisa.

"A regulamentação é muito importante porque a gente já vem trabalhando com esse queijo há mais tempo e o queijo é muito bom. Isso agregará valor e vai dar uma segurança alimentar muito grande para o consumidor", afirmou.

Quanto à expansão de mercado, conforme Santos, as estimativas são positivas: "A gente já vendia o queijo antes da regulamentação e o mercado absorve muito bem o produto. Creio que agora vai ser ainda melhor, com mais valor agregado. O produtor precisa de um valor agregado para manter a propriedade, os custos estão muito altos, e, com esse queijo com valor mais agregado, a gente vai conseguir ter uma vida melhor. Então, é importante para mim e para a cadeia produtiva".

Parceria para promoção do artesanal - Durante a abertura do Festival do Queijo Artesanal de Minas, o Sistema Faemg Senar, por meio do Instituto Antonio Ernesto de Salvo (Inaes), e o Centro de Referência do Queijo Artesanal (CRQA) assinaram um memorando de entendimento para um trabalho conjunto que visa impulsionar os produtos de excelência de Minas Gerais.

Assim, as entidades unem esforços para aprimorar a produção agropecuária de Minas, com ênfase nos queijos artesanais, e promover os produtos junto ao mercado consumidor. "Queremos contribuir com a atividade, que é fonte de sustento para inúmeras famílias do nosso Estado e que atua com excelência, produzindo queijos premiados dentro e fora do nosso País", finalizou o presidente do Sistema Faemg Senar, Antônio de Salvo. **(MV)**

Ivacy Pires produz o Casca Florida Natural Quilombo FOTO: DIÁRIO DO COMÉRCIO / MICHELLE VALVERDE

Diário do Comércio abre debate sobre crise climática

SUSTENTABILIDADE **Encontro será realizado dia 19, na sede da empresa, e terá dois eixos: resiliência das cidades e descarbonização**

DANIELA MACIEL

Organizada pela filial do Capitalismo Consciente em Minas Gerais, em parceria com o Diário do Comércio, a próxima edição do Café Consciente "Aliança Sustentável: Unindo Forças para a Emergência Climática", acontece dia 19 de junho, no Hub Criativo Vão - espaço junto à sede do Diário do Comércio -, no bairro Nova Esperança (região Noroeste). O evento, gratuito, trará uma discussão sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre as pessoas, principalmente as mais vulneráveis.

Inspirado no mês do Dia Mundial do Meio Ambiente e, infelizmente, impactado pelo extremo climático no Rio Grande do Sul, terá dois eixos: resiliência das cidades e descarbonização das empresas.

De acordo com a presidente e diretora editorial do Diário do Comércio, Adriana Muls, é crucial que os setores da sociedade se juntem na busca de soluções capazes de atender às novas demandas geradas pelas mudanças climáticas. Adriana Muls também é conselheira do Capitalismo Consciente em Minas Gerais.

"Participamos do Capitalismo Consciente mesmo antes da fundação da filial Minas Gerais, justamente por acreditarmos na importância de se pensar novas formas de fazer negócio, entendendo o impacto da atividade econômica sobre a sociedade e as diversas partes interessadas. A sustentabilidade dos negócios passa pela expansão de consciência das organizações. O evento vem para contribuir na disseminação desse conceito, trazendo orientação e oportunidade", explica Adriana Muls.

O Café Consciente está diretamente ligado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 13: "Ação contra a mudança global do clima - adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e os seus impactos".

Na programação já estão confirmadas as participações da consultora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em ODS e coordenadora do GT Cidades Inteligentes da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Grazi Carvalho; dos engenheiros da RHI Magnesita, Pedro Henrique Vasconcellos Apipe e Thalis Silva; do membro do SDSN/ONU e CEET/ONU, Renato Ciminelli; e da cientista Julia Espeschit.

"Convidamos a iniciativa privada para discutir o tema das mudanças climáticas, que é extremamente relevante, pela sua urgência, pela triste experiência que tivemos no Rio Grande do Sul e, nesse sentido, de expansão de consciência, convidamos para que as empresas entendam o seu papel no enfrentamento dessas questões primordiais para a sociedade e para essa nova economia. Entendemos que só conseguimos superar os desafios através do diálogo. A sociedade precisa conversar para encontrar caminhos que passam pela cooperação", pontua a presidente do Diário do Comércio.

O Café Consciente está dentro das atividades do Movimento Minas 2032 (MM2032) - pela transformação global. Liderado pelo Diário do Comércio, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS, preconizados pela Organização das Nações Unidas (ONU), desde 2015.

Adriana Muls: a sustentabilidade dos negócios passa pela expansão da consciência das organizações FOTO: ARQUIVO / DIÁRIO DO COMÉRCIO

> **"A sociedade precisa conversar para encontrar caminhos que passam pela cooperação"**
> Adriana Muls

FAZENDA-MODELO

Zero Carbon prevê investimento em Rio Acima

LEONARDO MORAIS

A cidade de Rio Acima, na região Central de Minas Gerais, pode contar com uma fazenda-modelo em sustentabilidade desenvolvida pela empresa de logística Zero Carbon. Sediada em território mineiro, a Zero Carbon já conta com uma fazenda em Itaquiraí, no Mato Grosso do Sul, que gera a própria energia renovável e promove a economia circular.

Segundo o CEO da Zero Carbon Logistics, Felipe Marçal, a ideia é levar o conceito bem-sucedido para as proximidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), onde a empresa tem uma forte atuação. O terreno da fazenda em Rio Acima, já adquirido pela Zero Carbon, está localizado nas proximidades da Serra da Gandarela e promete contribuir com o desenvolvimento da região, levando práticas de sustentabilidade, emprego e renda para a população local.

Rio Acima, na região Central de Minas, vai receber fazenda-modelo em sustentabilidade da Zero Carbon FOTO: DIVULGAÇÃO / ZERO CARBON

A fazenda-modelo na região Centro-Oeste gerou cerca de 2 milhões de créditos de carbono adotando práticas sustentáveis. O local também é responsável pela reabilitação de animais silvestres e proteção da fauna e flora do ecossistema local.

"A ideia é mostrar que é possível construir um modelo de negócio sustentável e, ao mesmo tempo, lucrativo, recebendo clientes, parceiros e entusiastas para compartilhar conhecimentos e práticas de sustentabilidade", destaca Marçal.

Há 3 anos a Zero Carbon neutraliza 100% das emissões nas atividades realizadas e projeta reduzir progressivamente o uso de poluentes. O resultado dos esforços em práticas de sustentabilidade já reflete nas conquistas da empresa de logística.

Com crescimento anual de 30%, a Zero Carbon projeta aumentar em 50% em relação ao ano passado. "Esses resultados são fruto dos nossos investimentos. Hoje a sustentabilidade é a nossa prioridade, ela está em nosso planejamento estratégico, na tomada de decisões e no DNA da empresa", reforça Marçal.

Outra conquista recente da Zero Carbon é a inclusão das certificações internacionais ISO 9001, ISO 14001, ISO 37001, ISO 39001 e ISO 45001. Os reconhecimentos posicionaram a Zero Carbon como a empresa o maior número de certificações ISO do mundo, destacando a ações voltadas para gestão de qualidade, sustentabilidade, de saúde e segurança no trabalho, e responsabilidade social.

Direcionamento de esforços - Um dos pilares da Zero Carbon em Minas Gerais é a atuação em transporte de cargas, principalmente em Manutenção, Reparo e Operações (MRO). A empresa realiza o serviço para mineradoras, siderúrgicas, usinas e seus fornecedores com atuação concentrada em cidades como: Itabira, Barão de Cocais, Congonhas, Itabirito, além da RMBH.

Para 2024, um dos grandes investimentos da Zero Carbon é a compra de novos veículos elétricos, onde serão destinados R$ 20 milhões.

Outro pilar da empresa é a armazenagem de cargas. A maior estrutura da marca está localizada em Betim (RMBH), com 10 mil metros quadrados de espaço destinado para armazenar todo o estoque dos clientes e distribuir a medida que eles forem precisando.

"É uma novidade para Minas Gerais. A ideia é receber várias empresas do Estado dentro da nossa estrutura para fomentar o mercado local. Cuidamos também de todo o processo, desde a compra até a entrega ao cliente", destaca Marçal.

Além de Betim, a Zero Carbon conta com filiais em São Paulo, Carajás/Parauapebas (no Pará) e uma unidade internacional em Miami, nos Estados Unidos.

Melhoramentos vai investir R$ 40 mi em Camanducaia

SUSTENTABILIDADE Empresa irá instalar uma fábrica de embalagens 100% compostáveis na cidade do Sul de Minas; produto vai substituir o plástico usado na indústria de alimentos

JULIANA BAETA

A Melhoramentos vai construir uma fábrica de embalagens sustentáveis em Camanducaia, no Sul de Minas, cidade onde opera há mais de 80 anos. Com isso, a empresa de capital aberto que atua nos setores editorial, de base florestal renovável e desenvolvimento imobiliário, acrescenta um quarto ramo de atuação a seu escopo de trabalho, e inaugura um novo marco de sustentabilidade em sua história.

É que as embalagens que serão produzidas ali serão 100% compostáveis, e representam uma alternativa para substituir o plástico usado na indústria de alimentos. Elas são feitas a partir de fibra de celulose, matéria-prima renovável, e se decompõem naturalmente em até dois meses e meio.

Para a construção da fábrica, a Melhoramentos está investindo, inicialmente, R$ 40 milhões com o apoio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

A capacidade inicial de produção da nova unidade fabril é de 60 milhões de embalagens sustentáveis por ano, e há previsão de expansão. As operações devem começar já no primeiro trimestre de 2025, gerando pelo menos 40 novos empregos na região em seu início.

Indústria integrada - Quando o assunto é sustentabilidade, muito se fala - e se cobra - sobre o uso de materiais não poluentes, que causem menos dano ao meio ambiente. Neste caso, um dos gargalos da indústria alimentícia para absorver de vez os materiais sustentáveis, além do valor, geralmente mais alto, é a falta de funcionalidade no segmento.

"Há bastante demanda para isso, já que essa é uma dor da própria indústria, que busca substituir os produtos não renováveis. Há certa pressão por parte do consumidor e de algumas empresas que exportam por conta de uma regulamentação externa sobre a redução de uso desses materiais poluentes. Então, este é um movimento global e as grandes empresas já estão sofrendo com isso,

Já temos o plantio de madeira, o que possibilita o custo mais barato da celulose, afirma Rafael Gibini FOTO: NELSON TOLEDO

> **"A falta de uma solução para atender à agenda de sustentabilidade de forma menos onerosa e mais funcional para as empresas é, de fato, 'uma dor latente do mercado'"**
>
> Rafael Gibini

porque não existe, hoje, uma solução técnica que entregue o que elas precisam", explica o CEO da Melhoramentos, Rafael Gibini.

Para fornecer um produto com preço acessível à indústria, a empresa vai aproveitar seus próprios insumos. "É uma indústria integrada. A gente já tem o plantio de madeira, o que possibilita o custo mais barato da celulose e, além disso, o nosso processo usa menos química, água e energia, então temos essa fibra mais barata", completa.

A diretora de Novos Negócios e Inovação da Melhoramentos, Carolina Alcoforado, que chegou também para agregar ao projeto das embalagens sustentáveis, conta que foram três anos de pesquisa para chegar a este modelo de embalagens. O foco, segundo ela, foi criar um negócio rentável para a companhia, mas que também agregasse maior acessibilidade para o mercado e o impacto necessário.

"Tínhamos em mente que a gente já tem a floresta [para usar na produção dos materiais] e pensamos no pilar de sustentabilidade da Melhoramentos. Fizemos pesquisas, visitamos o Oriente Médio, a Europa, os Estados Unidos, e desenvolvemos *pipelines* de uma série de produtos-piloto com essa pegada de redução de carbono ou geração de materiais que substituam poluentes. Então, este é o primeiro produto resultado disso que a gente coloca no mercado. A ideia é continuar a desenvolver outros projetos neste sentido", explica.

Do *freezer* ao forno - Quanto à usabilidade na indústria e também para o consumidor final, as novas embalagens da Melhoramentos foram projetadas para resistir à gordura, umidade e temperaturas extremas, podendo ser utilizadas desde o freezer até o forno a 220 graus e o micro-ondas.

O projeto foi desenvolvido em parceria com a *startup* israelense W-Cycle, especialista em soluções de embalagens sustentáveis, o que garante um *design* personalizado e competitivo em custo aos produtos.

Desta forma, a empresa vai oferecer à indústria de alimentos uma opção sustentável e acessível para substituir o plástico de uso único, ou seja, aquele usado uma vez e descartado, com baixa reciclabilidade.

Expansão e exportação - Atuante nos mercados editorial, imobiliário, de floresta renovável e, agora, de embalagens, a Melhoramentos já anuncia sua nova fábrica em Camanducaia com previsão de expansão. Isso porque, segundo o CEO Rafael Gibini, a falta de uma solução para atender à agenda de sustentabilidade de forma menos onerosa e mais funcional para as empresas é, de fato, "uma dor latente do mercado".

Por isso, ele acredita que a expansão do negócio deve acontecer de forma rápida, inclusive, com possibilidade de ampliar também o mercado consumidor das embalagens sustentáveis.

Além disso, a instalação da fábrica em Camanducaia é estratégica para a empresa pela proximidade com a BR-381 (Fernão Dias), rodovia que corta Minas Gerais e liga, dentre outros pontos, São Paulo à Belo Horizonte. Mas quando se trata de uma solução inovadora e sustentável, não há fronteiras para o mercado. Tanto que a segunda fase do projeto, depois da construção da fábrica, é exportar as embalagens.

"A questão logística também ajuda o abastecimento local por conta da Fernão Dias ali em Camanducaia. Mas além desse raio de atuação, acreditamos que este é um produto que pode ser até mesmo exportado, por ser único e inovador, e este é o plano para um segundo momento", comenta Gibini.

Para além da indústria alimentícia, a fibra de celulose também pode ser aplicada em outros produtos como eletrônicos, que usam componentes plásticos, produtos de limpeza, lâminas de barbear e todos os demais que dependem, atualmente, de uma embalagem de plástico.

RECONHECIMENTO

Paulo Beirão é o mais novo professor emérito da UFMG

O cientista Paulo Sérgio Lacerda Beirão recebeu o título de professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em cerimônia conduzida pela reitora Sandra Regina Goulart Almeida, no auditório da Reitoria, no campus Pampulha.

Docente titular aposentado do Departamento de Bioquímica e Imunologia do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Beirão foi pró-reitor de Pesquisa da UFMG (1998-2002), responsável pela criação do Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares (Ieat) e pelo projeto do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BHTec).

"O título de professor emérito é uma enorme honraria, e entendo que contém também um delicado convite para continuar colaborando com a universidade, o que aceito de bom grado", declara.

Beirão foi presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) de 2020 a 2023, ano em que recebeu a medalha da Ordem Nacional do Mérito Científico, que reconhece personalidades, pesquisadores e outros agentes que se distinguem por suas relevantes contribuições prestadas à ciência e à tecnologia.

Em março de 2024, foi eleito imortal da Academia Mineira de Letras (AML) e passou a ocupar a cadeira número 34 da instituição, representando a linha de acadêmicos dedicados à carreira científica. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências (ABC) desde 2004 e atuou como conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), entre outros órgãos.

"O professor Beirão tem uma história de importância indiscutível para a ciência na UFMG, em Minas Gerais e no Brasil. Sem dúvida, sua maior contribuição tem sido no sentido de fomentar a área, de apoiar, inovar e se dedicar integralmente para garantir um cenário científico nacional de relevância. Sempre lutou pela garantia de recursos financeiros e pelo apoio governamental", afirma o diretor do ICB, professor Ricardo Gonçalves. Ele ressalta que, mesmo ocupando cargos de expressão fora da universidade, Beirão nunca perdeu o vínculo com a instituição e com a unidade, onde integra atualmente o comitê gestor do mestrado profissional em ensino de biologia (ProfBio).

Educação para a cidadania - O professor Jader Cruz, do Departamento de Bioquímica e Imunologia, responsável pela indicação de Beirão para o título de emérito, destaca a atuação dele em defesa da universidade pública e do ensino de qualidade. "Antes de tudo, trata-se de um educador, de uma pessoa que sempre se preocupou com a formação de estudantes da graduação, da pós-graduação. Ele também desempenha um papel muito relevante na educação para a cidadania, para a formação de cidadãos", completa Cruz.

O colega lembra que Beirão sempre promoveu a aproximação entre a comunidade científica e universitária e a sociedade, por meio de projetos de extensão. "Ele foi o idealizador do projeto UFMG & Escolas, voltado para estudantes do ensino médio, preferencialmente do ensino público e das periferias, e também para professores de biologia, de física, de química, que vêm para a Universidade e passam duas semanas fazendo experimentos científicos", descreve.

Estudos transdisciplinares - Beirão teve papel decisivo na criação BHTec, concretizada em 2012, como reforço o CEO do parque tecnológico, Marco Crocco. "Foi ele que patrocinou a ideia e deu todo o suporte institucional na posição em que estava, enquanto pró-reitor de pesquisa, para que o plano prosperasse", lembra, acrescentando que mais tarde, como conselheiro de administração, Beirão contribuiu para a consolidação do ecossistema de inovação enquanto tal, a partir de 2019.

Como pró-reitor, na gestão do professor Francisco César de Sá Barreto, Beirão ainda presidiu a comissão responsável pela criação do Ieat. "É graças ao empenho, à competência do professor Beirão e ao seu apreço pelo Ieat, que há 25 anos o instituto tem sido um importante agente catalisador dentro da UFMG, apoiando a pesquisa transdisciplinar e contribuindo para a disseminação de novas ideias e metodologias, na busca por soluções justas e sustentáveis para os desafios contemporâneos", declara a chefe da secretaria executiva e autora de uma dissertação de mestrado sobre a história do instituto, Aretusa Duarte.

Como pesquisador, Beirão foi um dos pioneiros no estudo da eletrofisiologia celular no País e de mecanismos de ação de neurotoxinas animais - substâncias venenosas que agem principalmente no cérebro e nos nervos periféricos -, em especial da aranha Phoneutria nigriventer, conhecida como armadeira. Também foi um dos primeiros a adotar a técnica de *patch clamp*, importante para elucidar como essas neurotoxinas causam a dor.

VEÍCULOS

Renault Duster evoluiu muito com o tempo

IMPRESSÕES AO DIRIGIR

SUV compacto recebeu reestilizações e tecnologias que melhoraram o modelo

AMINTAS VIDAL*

Lançado em 2011, o Duster era um SUV raiz e carregava um visual já datado àquela época. Muitos cromados e formas arredondadas, em alguns detalhes, destoavam da carroceria robusta.

Na reestilização de 2015, faróis e lanternas ganharam assinatura mais moderna, assim como os cromados foram abolidos.

Em 2020, o design da carroceria mudou, diversas peças foram redesenhadas, completamente ou parcialmente, e o interior foi todo refeito.

Em 2022 chegou o motor turbo e, na linha 2024, o Duster recebeu 6 airbags, novas lanternas, faróis baixos, setas e assinatura luminosa em LED e carregador de celular por indução.

O Veículos recebeu o Duster Iconic Plus 1.3 TCe para avaliação, versão de topo da gama. No site da montadora, seu preço sugerido é R$ 157,99 mil.

A pintura metálica e o pacote opcional Outsider Pack elevam o valor da unidade avaliada para R$ 161,69 mil.

O opcional Outsider Pack acrescenta protetores das portas mais volumosos e os faróis de milha instalados sobre uma estrutura plástica que parece um para-choque de impulsão.

Seus principais equipamentos de série são: ar-condicionado automático; direção elétrica; chave-cartão com sensor presencial; central multimídia Easylink 8 polegadas; carregador de celular por indução; revestimento dos bancos em material sintético que imita o couro; retrovisores e barras de teto na cor preta; alargadores de para-lamas e rodas diamantadas de 17 polegadas com pneus 215/60 R17.

Em segurança, os destaques são: 6 airbags; freios ABS; controle eletrônico de estabilidade (ESP) com auxílio de partida em rampa (HSA); alerta de ponto cego; sistema Multiview de câmeras; sensores de estacionamento traseiro, chuva e crepuscular e faróis de neblina.

Motor e câmbio - O motor turbo 1.3 TCe tem bloco de 4 cilindros, cabeçote em formato delta, duplo comando tracionado por corrente e 16 válvulas com variação de abertura na admissão e no escape.

A potência é de 170/162 cv às 5.500 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente, e seu torque máximo é de 27,5 kgmf às 1.600 rpm, com ambos os combustíveis.

A caixa de marchas CVT X-Tronic tem oito (8) velocidades simuladas que podem ser comutadas na alavanca do câmbio. O acoplamento é feito por conversor de torque convencional.

Mudanças - O modelo 2024 recebeu DRL (luz de rodagem diurna) e farol baixo em LED. Substituindo a lanterna de 2021, a nova tem a mesma assinatura em "Y" deitado do farol e perdeu a semelhança com a do Jeep Renegade.

Também orientado na horizontal, seu interior ganhou painéis, saídas de ar, multimídia e diversas outras peças retangulares, com linhas mais paralelas e quinas mais vivas possíveis.

O volume de porta-objetos foi ampliado em 1,5 litros, atingindo 20,3 litros no total. O porta-malas manteve os 475 litros de capacidade, assim como o tanque de combustível, os mesmos 50 litros.

FOTOS: AMINTAS VIDAL

"A potência é de 170/162 cv às 5.500 rpm, com etanol e gasolina, respectivamente, e seu torque máximo é de 27,5 kgmf às 1.600 rpm, com ambos os combustíveis"

O Duster é um dos SUVs compactos mais espaçosos do mercado. Quatro adultos têm área de sobra para cabeças ombros e pernas.

Até ao centro do banco traseiro é possível acomodar um quinto adulto, mas com menos conforto, pois encosto, assento e túnel central são elevados.

Atualmente, o Duster traz os melhores equipamentos que a Renault oferece no Brasil. O multimídia com espelhamento sem fio é muito estável e oferece aplicações úteis, mas em tamanho da tela e desempenho o sistema já está ultrapassado.

O som tem boa qualidade, potência normal e pode ser operado por comando satélite. Sensor de ré e as câmeras ajudam em cidades e trilhas. As imagens poderiam ter maior definição.

No painel de instrumentos, velocímetro e conta-giros são analógicos, têm graduação completa, de 5 em 5 km/h, e de 100 em 100 rpm, respectivamente, padrão gráfico ideal.

Entre eles, um display digital informa o combustível, marcha engrenada e informações do computador de bordo. Aplicativo no multimídia complementa essas informações.

O ar-condicionado é quase prefeito. Ele é eficiente e tem botões físicos para todos os comandos. Seu único defeito é desativar a recirculação quando o carro é desligado.

Chave presencial abre as portas por aproximação e fecha por afastamento. O alerta luminoso de ponto cego amplia bastante a segurança. Tecnologias que mudam a usabilidade de um carro.

A direção elétrica é muito mais leve que a antiga eletro-hidráulica existente até 2020. Ela garante leveza nas manobras de estacionamento e varia progressivamente com a velocidade.

Projeto - Projetados para a Europa Oriental, região com infraestrutura, muitas vezes, similar à do Brasil, as suas suspensões são robustas, adequadas às nossas pavimentações. Por ser um SUV, mais alto que os outros modelos, a suspensão do Duster é ainda melhor.

Elas absorvem bem os impactos e copia a superfície do solo emitindo poucos ruídos, todos graves, um misto do trabalho de retorno dos amortecedores com a acústica dos volumosos pneus, altos, medindo 215/60 R17, como convém aos SUVs mais confortáveis.

Já o encaixe das peças plásticas sobre monobloco merecia melhor isolamento. Ao circular sobre pisos irregulares, os painéis plásticos rangem nessas condições mais extremas.

Mas, sobre asfalto, o Duster atual é muito silencioso. O arrasto aerodinâmico é muito contido e o atrito dos pneus quase não invade a cabine. O isolamento acústico melhorou bastante.

Em curvas, o Duster aderna em princípio, apoia em seguida e mantém o controle direcional. Ele é seguro em uma condução responsável, condizente com sua proposta de modelo familiar.

*Colaborador

Motor 1.3 turbo garante desempenho com suavidade e precisão

Porém, o maior ganho veio do novo motor e da reprogramação do câmbio CVT. Em velocidade de cruzeiro, com algum curso do acelerador, o câmbio entrega relações longas e deixa o Duster solto.

Aos 90 km/h o motor trabalha às 1.500 rpm e aos 110 km/h, às 1.950 rpm. Essa característica também ajuda com o silêncio a bordo e o baixo consumo.

Só não gostamos do recurso de freio-motor automático: toda vez que se tira o pé do acelerador, a programação do câmbio CVT reduz a relação de marcha retendo o deslocamento por inércia.

Preferimos quando temos a opção de reduzir apenas quando necessário e podemos deixar o carro embalado.

Como em todos os modelos turbinados, o desempenho é o que mais arranca sorrisos dos seus donos, principalmente quando os motores têm mais de um litro.

No caso deste 1.3 do Duster, além de entregar desempenho, o motor trabalha sem vibrações e é muito suave e preciso.

Com curso total do acelerador, ele responde rápido, praticamente sem atraso da turbina. As marchas programadas são esticadas ao limite da rotação de segurança, são cambiadas sem trancos e o Duster acelera mais esportivamente que a sua altura do solo e volume sugerem.

Tamanho desempenho merecia *paddle shifters* para trocas mais esportivas. Mas, existe a possibilidade de trocas na alavanca de marchas, essas, acertadamente programadas, pois elas são avançadas puxando a alavanca para trás e reduzidas levando a mesma para frente.

Consumo - Em nossos testes de consumo rodoviário padronizado, realizamos duas voltas no percurso de 38,7 km, uma mantendo 90 km/h e outra, 110 km/h, conduzindo economicamente.

Na volta mais lenta, o Duster turbo registrou 16,1 km/l. Na mais rápida, 14 km/l, ambas com gasolina.

Na semana desta avaliação, ocorriam obras em nosso circuito de teste urbano, inviabilizando a aferição padronizada. Em cidades, o consumo variou entre 8 e 9 km/l, também com gasolina.

O Duster é sem dúvida o modelo da Renault que mais amadureceu em nosso mercado. Mesmo não estando entre os SUVs mais modernos, pois já nasceu rústico, ele é uma ótima opção para quem quer um modelo robusto e que está muito melhor após inúmeras evoluções. **(AV)**

LEGISLAÇÃO

Especialistas defendem delação premiada de presos

JUSTIÇA Projeto de lei que proíbe benefício pode favorecer as organizações criminosas no Brasil

Brasília - O projeto de lei (PL) que proíbe que pessoas presas façam delação premiada, se aprovado, vai prejudicar as investigações policiais, podendo favorecer as organizações criminosas, segundo avaliação de especialistas consultados pela Agência Brasil.

A urgência do PL 4.372 de 2016 foi aprovada ontem na Câmara dos Deputados em votação simbólica, ou seja, quando os parlamentares não precisam registrar o voto no painel eletrônico.

O policial federal e doutorando na área de segurança pública, Roberto Uchôa, avalia que a delação premiada é fundamental para desvendar o funcionamento de uma organização criminosa. "Em determinadas situações, para conhecer como funciona uma organização criminosa, você precisa que membros dessa organização te contem como ela funciona. Isso poupa recursos do Estado, poupa tempo de trabalho. Isso facilita, inclusive, a descoberta de lavagem de dinheiro e repatriamento de capitais. São muitos benefícios", destacou o membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Segundo Uchôa, dificilmente a polícia chegaria aos supostos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Torres sem a delação do policial militar Ronnie Lessa, que já estava preso.

"Sem a delação do Lessa não teria como descobrir o envolvimento do ex-chefe da Polícia Civil no caso. São situações em que a delação premiada é importante justamente por permitir que você tome conhecimento da dimensão da organização como um todo", completou.

Com a urgência aprovada, o mérito do texto pode ser pautado a qualquer momento no plenário, sem necessidade de passar por análise nas comissões. Apesar de a votação ter sido simbólica, lideranças do PT, PCdoB, PSB, PSOL, Rede, Novo e alguns parlamentares se manifestaram contra a aprovação dessa urgência.

A Câmara dos Deputados aprovou a urgência da tramitação do PL 4.372 FOTO: MÁRIO AGRA / CÂMARA DOS DEPUTADOS

> **"Sem a delação de Lessa não teria como descobrir o envolvimento do ex-chefe da Polícia Civil. São situações em que a delação premiada é importante por permitir o conhecimento da dimensão"**
>
> Roberto Uchôa

A integrante da executiva-nacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD), Tânia Maria de Oliveira, também avalia que o projeto prejudica investigações. Ela lembra que o tema foi inicialmente proposto em 2016 pelo então deputado Wadih Damous (PT-RJ) como uma resposta aos supostos abusos da Operação Lava Jato.

"A delação passou a ser usada a partir de 2014 pela Operação Lava Jato de forma completamente abusiva e ilegal. Havia a regra na Lava Jato de prender para delatar", destacou.

Porém, a especialista alerta que brechas na lei que permitiam os abusos do uso da delação premiada foram sanadas pela Lei 13.964, aprovada em 2019 e conhecida como Pacote Anti-Crime. A legislação de 2019 proibiu delações sobre temas que não tivessem relação com a investigação, e vetou delações de crimes que o réu não tenha participado.

"Hoje, para fazer delação, a pessoa tem que ter participado, está lá na Lei 13.964. Outra coisa é que todas as etapas da delação premiada são obrigatoriamente gravadas e a pessoa que delata fica com a cópia da delação", argumenta.

Efeito retroativo - A dúvida se a aprovação do projeto teria o poder de retroagir para beneficiar os investigados acusados por delação de réu preso, é fruto de uma confusão que as pessoas fazem, segundo explicou a especialista da ABJD, Tânia Maria de Oliveira.

"As pessoas fazem confusão. A lei penal retroage para beneficiar o réu. Mas, nesse caso, não se trata de lei penal, é lei processual. Então, as alterações processuais, elas são usadas a partir de quando a lei é sancionada", explica.

Tânia de Oliveira ressalta que o projeto de lei pode ser considerado inconstitucional por impedir a pessoa presa de acessar o benefício da delação para reduzir sua pena. "A pessoa tem o direito, se ela quiser, de acessar o recurso de fazer a delação, como direito ele tem", sustenta. **(ABr)**

SIMPLES NACIONAL

Quase a metade dos MEIs deve pagar multa à Receita

Brasília - Mais de 7,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs) de todo o País não entregaram a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-Simei) dentro do prazo, que terminou no dia 31 de maio, ou seja, quase metade dos MEI brasileiros (47%) está em falta com a Receita Federal. Agora, os contribuintes terão que pagar multa de, no mínimo, R$ 50 ou de 2% do total de faturamento por mês atrasado até o limite de 20%.

"A multa é emitida automaticamente assim que houver o envio da declaração. O sistema gera Notificação de Lançamento de Maed e o Darf é gerado para pagamento", explica a analista de Políticas Públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Giovana Tonello. "Além do valor a ser pago, o microempreendedor individual que não entregar a DASN ficará com pendência na Receita Federal, correndo o risco de ter seu CNPJ suspenso ou inativo, não conseguindo movimentar a empresa", completa.

Proporcionalmente, os estados que mais entregaram as declarações foram Santa Catarina (62%), Minas Gerais (61%), Paraná (60%), Paraíba (57%) e Rio Grande do Norte, Goiás e Espírito Santo (todos com 55%). Já na lista dos estados que menos enviaram a DASN, todos estão na região Norte - Amazonas (36%), Amapá (36%), Pará (41%), Acre (43%) e Roraima (44%)-, acompanhados pelo Rio de Janeiro (44%) e Maranhão (44%).

Devido às enchentes que causaram destruição no Rio Grande do Sul, desalojando milhares de pessoas e impactando a realidade das empresas gaúchas, a data para envio da DASN-Simei no estado foi prorrogada para 31 de julho. Mesmo assim, mais de meio milhão de contribuintes (52%) gaúchos já enviaram as informações para a Receita Federal.

A Central de Atendimento do Sebrae (0800 570 0800) e as mais de 3 mil salas do Empreendedor espalhadas pelo País estão disponíveis para ajudar os donos dos pequenos negócios a preencherem as informações para que estejam em conformidade com a Receita Federal.

O limite de faturamento anual do MEI em 2023 foi de R$ 81 mil. Caso tenha ultrapassado esse valor, o empreendedor deverá pagar tributos sobre o excedente. É necessário preencher o valor total da receitabBruta obtida no ano anterior com a venda de mercadorias ou prestação de serviços e indicar se houve ou não o registro de empregado.

A média de faturamento do MEI é de R$ 6.750 ao mês e deve ser proporcional ao período entre o mês de abertura e o fim do ano. Por exemplo, se você formalizou a sua empresa em maio de 2023, o seu limite de faturamento até o final do ano a ser declarado é de R$ 54 mil. **(Agência Sebrae de Notícias)**

TÍTULOS PROTESTADOS

CNJ regulamenta solução negocial prévia no Cenprot

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu um importante passo para o avanço da cidadania financeira e o acesso a crédito por pessoas físicas e jurídicas com renda mais baixa ao publicar o provimento nº 168. A norma permite a solução negocial prévia entre credores e devedores antes das dívidas serem levadas a protesto e a renegociação dos débitos já protestados. Essa intermediação será feita pela plataforma digital Central Nacional dos Serviços Eletrônicos Compartilhados dos Cartórios de Protestos (Cenprot), por intermédio exclusivo do Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil (IEPTB). A medida estava prevista na Lei 14.711 de 2023, mas necessitava da regulamentação.

"Esse é um dos provimentos mais modernos que já foram editados. A sociedade brasileira ganha um instrumento de promoção da cidadania financeira. Os devedores agora terão, com o apoio do Poder Judiciário e por intermédio dos cartórios de protesto, um mecanismo para buscar soluções para suas dívidas", avalia o presidente do IEPTB, André Gomes Netto.

Segundo dados do instituto, somente entre janeiro e maio deste ano mais de 9 milhões de títulos públicos e privados foram levados a protesto, o que representa cerca de R$ 180 bilhões. De acordo com o presidente do IEPTB, o índice de pagamento de dívidas levadas aos cartórios de protesto chega a 65% de recuperação. "Isso mostra a eficiência e rapidez do serviço", declarou.

O provimento do CNJ prevê que toda a negociação entre credores e devedores será feita por meio da Cenprot, por intermédio exclusivo do IEPTB. Esse sistema, que já existe desde 2019, funciona como um hub de serviços onde é possível consultar se existem dívidas em aberto, fazer a solicitação de cancelamentos e, agora, poderá apoiar na conciliação entre as partes.

"Com o provimento e a nova legislação, credores e devedores não precisam ir fisicamente aos cartórios de protesto para negociar suas dívidas. Basta entrar na Cenprot que a própria plataforma vai conectar o solicitante ao tabelionato onde a pessoa física ou jurídica tem a dívida protestada", explica Gomes Netto.

Custos - Desde 2019, não há mais cobrança de taxas de cartório do credor que envia títulos a protesto. Os custos do protesto são cobrados do devedor, ao pagar a dívida em cartório ou solicitar o cancelamento do protesto.

Outra vantagem é a possibilidade de redução das demandas judiciais. "Somos parceiros eficientes dos entes públicos e temos papel fundamental na recuperação das dívidas", ressalta André Gomes Netto.

FINANÇAS

Arrecadação estadual sobe 9,4%

TRIBUTOS Recolhimento do governo de Minas em maio atingiu R$ 8,81 bilhões, com R$ 6,4 bilhões de ICMS

JULIANA SODRÉ

A arrecadação do Estado subiu 9,4% em maio, com o recolhimento de cerca de R$760 milhões a mais no quinto mês do ano. Enquanto em abril Minas Gerais havia somado cerca de R$ 8,04 bilhões em receitas, em maio o valor saltou para R$ 8,81 bilhões. No acumulado do ano, o governo mineiro já arrecadou em torno de R$ 46 bilhões. Os dados são do relatório mensal da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF).

De acordo com os números, mais de R$ 7 bilhões são provenientes da receita tributária, sendo R$ 6,4 bilhões só do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS).

O restante, caracterizado como "outras receitas", que engloba as que não advêm dos tributos diretos, alavancou o aumento do mês. Apenas o subitem "demais receitas" foi responsável por 14,8% da arrecadação geral de maio, totalizando mais de R$ 1,3 bilhão. O número é quase quatro vezes maior que o de abril, marcando uma alta de 372%. Procurada pela reportagem, a assessoria da SEF informou que o aumento expressivo deste item foi em função do repasse de dividendos das empresas estatais Codemge, Codemig, Copasa e Cemig.

Para a advogada do escritório Diego Leonel & Advogados Associados e professora de direito da PUC Minas, Polyany Cunha, a maior arrecadação advém do "bom cenário econômico" de Minas Gerais atual. "Vivemos uma situação próxima ao pleno emprego. Enquanto a taxa de desocupação média do País é em torno de 10%, em Minas a taxa é de 6,4%, ficando abaixo da média nacional. E isso proporciona uma melhora na economia. Em função dessa melhora, temos um crescimento geral no volume de vendas do comércio varejista e um crescimento da indústria mineira. A soma desses aspectos permitem uma melhora na arrecadação com relação às receitas tributárias", explica.

No acumulado de janeiro a maio, a arrecadação do governo de Minas Gerais chegou a R$ 46 bilhões FOTO: GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

A professora lembra que a atual gestão possui uma estimativa de investimentos privado na ordem de R$ 300 bilhões até 2026, o que representa a geração de mais de 150 mil vagas diretas com carteira assinada. "Há uma inteligência nesse sistema que retroalimenta o aumento das receitas tributárias", analisa.

Refis - Outro aspecto mencionado pela especialista é o programa de regularização de débitos das empresas que estavam em situação de inadimplência, o Refis. "Minas Gerais instituiu o Refis em 2024 e trouxe o ingresso de receitas que estavam em aberto", acrescentou.

O aumento do rigor na cobrança de débitos também foi mencionado pelo advogado tributarista Flávio Perdon. "O Estado ficou mais negligente no período pós-pandemia quanto aos atrasos tributários, e só no ano passado intensificou essas cobranças, por isso o aumento das receitas que não são tributadas de maneira direta", afirma.

Perdon ressalta ainda a eficiência do cruzamento de dados. "A digitalização favorece a identificação de situações de sonegação de tributos. Então, o aumento da fiscalização também contribui com o aumento da arrecadação", destaca.

> **"O Estado ficou mais negligente no período pós-pandemia quanto aos atrasos tributários, e só no ano passado intensificou essas cobranças, por isso o aumento das receitas que não são tributadas de maneira direta"**
>
> Flávio Perdon

JUROS

Mercado aposta em manutenção da taxa Selic em 10,5%

São Paulo - As chances de que novos cortes na Selic sejam feitos pelo Banco Central (BC) neste ano diminuíram ao longo das últimas semanas, avaliam analistas. As recentes derrotas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em seu esforço para aumentar a arrecadação provocaram uma elevação no risco fiscal e, agora, diversas instituições esperam que a taxa básica de juros seja mantida nos atuais 10,50% nas próximas reuniões.

Algumas, inclusive, não antecipam cortes nem em 2025, como é o caso do Itaú e da XP. A projeção do Itaú Unibanco foi alterada na última segunda-feira (10). Antes, o banco esperava mais um corte na Selic, chegando a 10,25% em dezembro.

Na última quarta-feira (12), o Santander mudou sua projeção para a Selic ao fim deste ano de 9,75% para 10%, destacando que a inflação, a expansão fiscal e os preços das *commodities* pioraram desde a última reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central, em maio.

"O caminho mais prudente (para o BC) é interromper o ciclo de corte (na Selic) até que os riscos e a inflação projetada melhorem", diz Alberto Ramos, diretor de pesquisa macroeconômica para a América Latina do Goldman Sachs.

A estimativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deste ano aumenta desde abril, se afastando cada vez mais da meta estipulada de 3%. Segundo o último Focus, o mercado espera, em média, uma alta de 3,90% no índice deste ano.

Com o mercado de trabalho aquecido e as enchentes no Rio Grande do Sul, o IPCA acelerou de 0,38% em abril para 0,46% em maio, acima das projeções. "É uma leitura que reforça nosso cenário de que o BC deve interromper o ciclo de corte de juros já na próxima reunião (de junho)", diz Alexandre Maluf, economista da XP.

Outro fator que deve elevar os preços ainda mais é a alta do dólar, que saltou da faixa dos R$ 5,10 para os R$ 5,40 no último mês. "Caso o câmbio se mantenha nos atuais patamares por um longo período de tempo, diminui a possibilidade de afrouxamento monetário pelo BC no futuro, podendo até subir (a Selic) a depender da magnitude dos efeitos", afirma Gustavo Sung, economista-chefe da Suno Reserach.

Os juros futuros apontam para o cenário de alta em 2025. Na última quarta-feira (12), o contrato para julho de 2025 terminou o pregão a 11,07%. Ou seja, uma alta de 0,5 ponto percentual na taxa em um ano.

Segundo Ramos, a desvalorização do real e a alta nos juros futuros são reflexo do aumento da preocupação de investidores com a saúde fiscal do Brasil. "O ambiente, que vem azedando gradualmente, piorou com mais intensidade nos últimos dois meses, com a mudança substancial nas metas fiscais", alerta.

Apesar do cenário de aversão a risco, o economista ainda vê espaço para dois cortes na Selic este ano, considerado que o Fed (banco central dos EUA) também reduza sua taxa, "mas com convicção cada vez menor". Seriam reduções de 0,25 ponto percentual cada uma, uma em novembro e outra em dezembro, levando a taxa para 10%.

Rafaela Vitória, economista-chefe do Inter, compartilha desta visão. "A percepção de risco maior é que o governo provavelmente terá que revisar a meta fiscal, pois não temos mecanismo para controlar (os gastos). Acabou a confiança no arcabouço", avalia.

Segundo Rafaela, além de as últimas tentativas do ministro Fernando Haddad de elevar a arrecadação terem falhado, os gastos estão maiores do que o previsto no Orçamento. "O gasto subiu muito mais do que o esperado, e esperamos uma atitude (do governo) em resposta que não veio", ressalta a economista, que alterou sua previsão da Selic ao fim de 2024 de 9,75% para 10,50%. **(Júlia Moura/ Folhapress)**

Mudança no BC será grande teste sobre rumo da economia , avalia S&P Global

São Paulo - A mudança de presidência do Banco Central (BC) e a forma como a autarquia pautará suas decisões com um indicado de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao comando será um grande teste para os rumos da economia do Brasil. A avaliação é de Manuel Orozco, analista de Brasil da S&P Global Ratings.

A declaração ocorreu após o executivo ser questionado sobre a possibilidade de uma volta "ao passado", com medidas que deterioraram as contas públicas, como a interferência em decisões de juros do BC, e que levaram a uma sequência de cortes na nota de crédito soberano do Brasil.

Orozco afirma que a autonomia do BC foi uma das reformas dos últimos anos que ajudaram a dar consistência ao crescimento econômico do Brasil e que contribuíram para a última melhora na classificação do País.

No fim do ano passado, a S&P Global Ratings elevou a nota de crédito do Brasil de BB- para BB. A melhora na classificação aconteceu logo após a aprovação da reforma tributária.

Orozco e uma equipe de diretores da S&P participaram em São Paulo na última quarta-feira de um evento com investidores brasileiros. À reportagem, o analista afirmou que as condições que levaram à melhora na nota do País permanecem.

Ruídos - Ele disse acreditar que os ruídos que têm feito com que as expectativas do mercado para a inflação estejam desancoradas são de curto prazo. Mas alertou que vários ruídos seguidos podem comprometer não apenas as projeções mas a própria economia do País por um período maior.

"Primeiro é PEC Kamikaze (no governo passado), depois a PEC da Transição, dúvidas sobre o novo arcabouço fiscal, mudança de meta fiscal, piora do déficit. Daqui a pouco não vai ser mais só algo momentâneo", diz.

Orozco afirma que a política monetária atualmente é um dos pontos positivos do País, apesar do patamar alto da taxa básica de juros. Segundo ele, é importante manter os parâmetros técnicos nas decisões, mesmo após a saída de Roberto Campos Neto da presidência do BC, em dezembro deste ano.

Alguns fatores têm elevado as taxas dos contratos de juros futuros, assim como o prêmio de risco cobrado pelos investidores para tomar títulos de dívida de longo prazo do governo brasileiro. O dólar também tem subido e atingiu o patamar dos R$ 5,40.

Um dos fatores que têm provocado essa reação do mercado é a certeza de que os juros nos Estados Unidos permanecerão altos. Na última quarta-feira, o Federal Reserve (Fed) indicou apenas um corte em 2024.

Mas a economia doméstica também tem pesado no humor dos investidores. O racha na decisão de juros do Comitê de Política Monetária (Copom) entre diretores indicados pelo governo e os indicados pela gestão anterior fez com que investidores duvidassem se o BC permanecerá ferrenho na luta contra a inflação após a saída de Campos Neto. **(Stéfanie Rigamonti/Folhapress)**

Bovespa

Movimento do Pregão 13/06

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,31% ao marcar 119567.53 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 18.473.873.136. As maiores altas foram P.ACUCAR-CBD ON, RAIZEN PN, BRASKEM PNA, CSNMINERACAO ON e SABESP ON. As maiores baixas foram MRV ON, VAMOS ON, PETZ ON, B3 ON e COGNA ON.

Pregão do dia 12/06

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.618.611	1.320.393	47,87	35.957.288,10	61,37
FRACIONARIO	344.103	4.562	0,16	81.271,03	0,13
DEMAIS ATIVOS	848.314	653.355	23,68	2.905.901,81	4,96
TOTAL A VISTA	3.811.026	1.978.311	71,72	38.944.460,10	66,47
BBT	2	2.030	0,07	31.045,95	0,05
EX OPC COMPRA	1	-	0,00	3,62	0,00
EX OPC COMP IND	45	9	0,00	895.109,00	1,52
EX OPC VEND IND	392	112	0,00	17.294.609,00	29,52
TOTAL EXERCÍCIO	438	121	0,00	18.189.721,62	31,04
TERMO	911	8.589	0,31	67.004,28	0,11
OPCOES COMPRA	404.275	393.323	14,25	258.961,92	0,44
OPCOES VENDA	462.434	351.354	12,73	291.425,63	0,49
OPC.COMP.INDICE	838	42	0,00	46.046,13	0,07
OPC.VEND.INDICE	703	26	0,00	39.768,24	0,06
TOTAL DE OPCOES	868.250	744.746	27,00	636.201,93	1,08
BOVESPAFIX	1.725	240	0,00	22.258,88	0,03
TOTAL GERAL	4.967.987	2.758.270	100,00	58.583.298,55	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	14.908	152.288	5,52	60.060,66	0,10
PARTIC. NOVO MERCADO	1.875.106	1.088.559	39,46	13.083.080,22	22,33
PARTIC. NIVEL 1	1.053.788	353.746	12,82	3.758.339,59	6,41
PARTIC. NIVEL 2	617.378	454.995	16,49	4.362.523,91	7,44
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	42	-	0,00	39,57	0,00
PARTIC. MAIS	761	143	0,00	1.922,27	0,00
PARTIC. IBOVESPA	2.182.595	1.127.882	40,89	19.716.748,97	33,65
PARTIC. IBrX 50	1.681.559	847.065	30,71	17.262.974,88	29,46
PARTIC. IBrX 100	2.302.185	1.173.553	42,54	20.256.110,41	34,57
PARTIC. IBrA	2.569.877	1.295.622	46,97	21.232.590,28	36,24
PARTIC. MIDLARGE	1.759.533	823.143	29,84	17.181.953,58	29,32
PARTIC. SMALL	809.501	472.593	17,13	4.048.689,47	6,91
PARTIC. ISE	1.558.305	823.621	29,86	11.502.615,94	19,63
PARTIC. ICO2	1.932.969	988.547	35,83	16.232.333,90	27,70
PARTIC. IEE	219.338	94.240	3,41	1.715.508,57	2,92
PARTIC. INDX	556.993	246.068	8,92	4.151.459,69	7,08
PARTIC. ICONSUMO	784.400	502.838	18,23	5.257.690,74	8,97
PARTIC. IMOBILIARIO	147.767	59.248	2,14	829.674,48	1,41
PARTIC. IFINANCEIRO	532.339	235.266	8,52	4.014.616,65	6,85
PARTIC. IMAT	237.590	103.638	3,75	2.726.285,76	4,65
PARTIC. UTIL	268.757	108.907	3,94	2.265.183,00	3,86
PARTIC. IVBX 2	1.068.896	552.490	20,03	8.626.006,75	14,72
PARTIC. IGC	2.486.468	1.253.587	45,44	20.536.040,24	35,05
PARTIC. IGCT	2.452.984	1.237.327	44,85	20.460.092,61	34,92
PARTIC. IGNM	1.554.017	851.907	30,88	12.756.244,25	21,77
PARTIC. ITAG ALONG	2.391.768	1.215.958	44,08	19.876.768,13	33,92
PARTIC. IDIV	1.016.164	419.716	15,21	8.487.616,49	14,48
PARTIC. IFIX	519.099	8.051	0,29	273.558,61	0,46
PARTIC. BDRX	108.263	14.545	0,52	441.095,31	0,75
PARTIC. IFIL	433.066	6.698	0,24	239.412,88	0,40
PARTIC. IGPTW B3	1.009.376	499.781	18,11	7.555.970,34	12,89
PARTIC. IAGRO-FFS B3	438.427	210.422	7,62	2.766.991,07	4,72
PARTIC. IBOV SD TR	548.594	275.795	9,99	6.217.847,32	10,61
PARTIC. IDIVERSA B3	1.531.239	739.325	26,80	13.758.982,30	23,48

Mercado à vista

LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	101,70	101,70	105,14	102,75	104,79	3,03	104,44	104,79	83	5.813
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN	21,95	21,95	21,95	21,95	21,95	5,02	18,65	23,03	1	2
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	53,20	53,20	53,20	53,20	53,20	-0,28	50,00	56,21	1	19
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	330,00	329,34	332,40	329,74	329,34	3,22	312,14	363,00	5	56
A1EG34	AEGON LTD	DRN	34,86	34,12	34,86	34,26	34,12	1,82	20,31	-	7	267
A1ES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	102,40	115,49	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	44,52	43,52	44,60	44,20	43,52	0,43	41,00	46,00	4	66
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN	-	-	-	-	-	-	36,90	-	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	26,90	25,20	26,90	25,42	25,40	0,51	25,40	26,70	15	37
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN	226,16	223,30	226,16	225,68	223,30	0,69	-	-	2	12
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	54,80	54,65	54,80	54,77	54,65	3,11	54,30	59,50	2	29
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	42,94	42,94	42,94	42,94	42,94	1,58	36,10	44,62	1	2
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	106,96	106,71	109,80	108,33	107,48	0,86	107,48	107,89	1.233	55.731
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	575,96	575,96	575,96	575,96	575,96	1,48	-	-	1	1
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	125,20	124,87	128,50	127,77	127,88	3,95	126,00	-	41	4.711
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	416,15	409,18	422,71	418,63	419,10	0,98	391,00	422,25	22	3.247
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	382,51	380,51	382,51	381,51	380,51	0,79	-	-	2	2
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	155,85	155,85	155,85	155,85	155,85	1,86	153,00	170,06	1	5
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	-	-	-	-	-	-	11,90	-	-	-
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	36,28	36,28	36,28	36,28	36,28	=	-	37,60	1	2
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	285,40	285,40	300,65	291,82	300,65	6,04	287,18	-	8	637
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	269,69	268,84	269,69	269,26	268,84	0,88	189,94	-	2	2
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	153,58	-	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	71,61	71,54	72,37	71,85	71,75	1,78	69,98	72,15	212	2.491
A2FY34	AFYA LTD	DRN	43,21	43,21	43,21	43,21	43,21	0,76	42,57	47,00	1	10
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	12,51	12,51	12,51	12,51	12,51	2,03	12,35	-	1	1
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	72,80	72,80	72,80	72,80	72,80	0,01	72,00	-	2	7
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	17,50	17,50	17,50	17,50	17,50	11,96	13,50	-	3	9
A2SO34	ACADEMY SPOR	DRN	-	-	-	-	-	-	58,00	-	-	-
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	59,82	59,82	63,10	62,35	62,23	2,68	59,00	62,50	20	565
AALR3	ALLIAR	ON NM	10,30	9,87	10,30	9,97	9,93	-2,55	9,89	9,93	75	26.900
AAPL34	APPLE	DRN	55,24	55,07	59,39	58,13	57,64	3,63	57,61	57,67	5.471	643.577
ABBV34	ABBVIE	DRN	56,10	55,50	56,26	56,07	56,26	0,39	55,50	57,01	7	139
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	21,09	20,71	21,09	20,83	20,89	-0,42	20,87	20,90	2.620	566.200
ABEV3	AMBEV S/A	ON	11,45	11,19	11,47	11,29	11,27	-1,14	11,26	11,27	63.320	40.917.300
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	60,48	60,48	60,48	60,48	60,48	1,92	39,95	-	1	37
ABTT34	ABBOTT	DRN	47,20	47,20	47,20	47,20	47,20	0,53	44,34	48,99	1	6
ABUD34	AB INBEV	DRN	55,15	55,15	55,15	55,15	55,15	0,76	52,50	61,00	79	40.000
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.468,36	1.870,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	12,42	12,36	12,71	12,62	12,62	2,43	12,61	12,90	354	620.518
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,56	49,56	51,03	50,19	49,90	0,88	49,55	51,00	52	7.322
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	50,00	-	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	6,37	6,29	6,58	6,47	6,50	=	6,50	6,54	472	133.300
AESB3	AES BRASIL	ON NM	11,23	11,21	11,28	11,22	11,24	=	11,23	11,24	3.232	4.680.100
AFLT3	AFLUENTE T	ON	7,18	7,18	7,20	7,19	7,20	1,69	7,08	7,50	3	300
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	46,82	46,60	46,82	46,79	46,60	-1,31	46,50	50,00	5	8
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,29	25,09	25,45	25,20	25,22	0,31	25,20	25,22	1.283	176.000
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,16	1,09	1,18	1,12	1,09	-6,03	1,09	1,11	481	254.400
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	23,36	30,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	19,22	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	19,50	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN	404,18	404,18	404,18	404,18	404,18	2,19	331,00	-	1	1
AIRB34	AIRBNB	DRN	40,00	40,00	40,76	40,42	40,35	1,81	40,20	40,50	77	51.070
ALLD3	ALLIED	ON NM	7,15	6,90	7,35	7,07	6,98	-1,82	6,97	6,99	312	102.500
ALOS3	ALLOS	ON NM	21,63	20,73	21,63	20,98	20,96	-1,31	20,96	20,97	16.356	5.380.600
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	9,73	9,59	9,73	9,68	9,59	-0,20	9,34	9,72	3	300
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	9,65	9,37	9,80	9,52	9,48	-1,25	9,44	9,48	7.240	2.459.900
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	3,13	2,99	3,20	3,05	3,01	-1,95	3,00	3,01	415	87.300
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	36,33	36,18	37,68	37,17	36,88	1,73	35,80	36,89	91	6.893
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	29,68	29,22	29,86	29,42	29,29	-1,28	29,29	29,45	4.242	1.052.000
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,08	9,69	10,08	9,87	9,83	-2,48	9,83	9,87	179	27.900
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,83	9,69	9,87	9,76	9,69	-1,42	9,68	9,83	160	24.400
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,55	1,51	1,58	1,53	1,52	-1,93	1,54	1,53	614	382.100
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	9,18	8,71	9,28	8,89	8,78	-3,62	8,99	8,79	2.902	911.800
AMGN34	AMGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	48,32	-	-	-
AMZO34	AMAZON	DRN	50,25	49,74	50,96	50,41	50,45	0,79	50,45	50,64	3.055	215.420
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,53	3,27	3,59	3,37	3,32	-4,04	3,31	3,32	6.790	4.870.100
APER3	ALPER S.A.	ON	44,00	43,99	44,97	44,18	44,97	-0,06	44,20	44,97	7	900
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN	207,36	207,36	207,36	207,36	207,36	-4,00	-	-	1	1
ARML3	ARMAC	ON NM	10,19	9,86	10,41	10,02	9,95	-1,77	9,95	9,98	3.072	609.600
ARMT34	ARCELOR	DRN	65,71	65,03	66,01	65,38	65,62	-0,06	65,00	65,90	35	507
ARNC34	HOWMET AERO	DRN	445,50	445,50	445,50	445,50	445,50	-0,55	-	-	1	15
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	49,79	47,82	51,13	49,10	49,10	-0,92	49,10	48,07	9.952	3.055.800
ASAI3	ASSAI	ON NM	12,15	11,71	12,22	11,83	11,80	-1,66	11,80	11,77	29.301	19.583.000
ASML34	ASML HOLD	DRN	102,80	102,80	105,72	104,85	104,64	3,91	104,00	105,20	201	23.985
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,02	2,00	2,02	2,00	2,00	-0,99	2,00	2,01	4	800
ATTB34	ATT INC	DRN	32,04	31,55	32,19	31,89	31,88	-0,21	31,54	32,20	24	879
AURA33	AURA 360	DR3	47,79	47,03	48,19	47,59	47,75	0,08	47,75	47,48	9.214	90.963
AURE3	AUREN	ON NM	12,30	12,08	12,35	12,12	12,08	-1,38	12,08	12,12	6.963	3.941.100
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	113,01	113,01	115,94	114,69	115,94	4,07	115,94	116,59	179	31.377
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	-	-	-	-	-	-	3,30	3,40	-	-
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	123,50	120,61	123,51	121,18	120,76	0,21	120,12	124,15	28	2.340
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,27	1,26	1,32	1,28	1,29	1,57	1,29	1,30	334	372.900
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,22	1,21	1,28	1,23	1,23	2,50	1,22	1,23	1.074	2.804.400
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	68,93	68,93	68,93	68,93	68,93	1,14	64,90	70,49	1	3
AZUL4	AZUL	PN N2	9,65	9,25	9,75	9,41	9,30	-2,61	9,29	9,30	11.260	8.310.100
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN ED	57,75	56,70	57,75	57,29	56,70	-1,94	55,00	-	17	520
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	86,70	98,15	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN ED	59,58	59,35	59,58	59,46	59,35	-3,10	-	67,30	3	9
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	58,38	58,00	58,68	58,61	58,15	0,95	55,00	58,20	6	143
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	34,94	34,94	36,21	35,50	36,21	7,19	30,80	36,78	3	9
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	15,25	15,25	15,67	15,48	15,67	5,45	14,44	15,68	18	1.133
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	160,18	182,81	-	-
B1MR34	BIOMARIN PHA	DRN	229,19	229,19	229,19	229,19	229,19	1,63	-	-	2	205
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	33,25	32,88	33,25	33,15	33,18	0,82	31,70	33,70	5	163
B1PP34	BP PLC	DRN	48,70	47,73	49,00	48,27	47,85	0,31	46,57	48,50	35	1.031
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN	49,41	49,41	49,41	49,41	49,41	0,02	49,41	52,61	1	1
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	411,43	411,43	417,07	411,80	417,07	1,37	411,43	-	11	15
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	33,12	33,00	33,31	33,13	33,28	1,96	32,64	33,40	22	7.243
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	-	250,00	-	-

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
B2AP34	CREDICORP LT	DRN	72,00	72,00	72,00	72,00	72,00	0,08	66,63	73,02	1	20
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,51	1,51	1,57	1,56	1,57	3,28	1,52	1,63	2	101
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,95	1,92	2,10	1,92	1,92	-1,03	1,92	2,09	8	137
B3SA3	B3	ON NM	10,70	10,27	10,73	10,40	10,40	-1,42	10,39	10,41	44.483	52.971.600
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE ED	38,13	38,13	38,94	38,90	38,77	1,70	37,60	41,70	7	76
BABA34	ALIBABAGR	DRN ED	14,87	14,41	15,60	15,03	15,10	3,59	15,10	15,11	10.629	504.727
BACW39	MSCI ACWI	DRE ED	61,01	60,70	61,01	60,75	60,74	1,84	56,75	-	5	486
BAER39	US AEROSPACE	DRE ED	36,56	36,28	36,56	36,29	36,28	0,22	36,10	36,81	4	57
BAHI3	BAHEMA	ON MA	6,70	6,44	6,71	6,65	6,51	0,93	6,35	6,72	11	3.000
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	63,47	63,47	63,48	63,47	63,48	2,63	61,85	-	2	10.411
BALM3	BAUMER	ON	-	-	-	-	-	-	9,90	12,49	-	-
BALM4	BAUMER	PN	9,70	9,70	9,70	9,70	9,70	=	9,70	9,89	1	100
BAUH4	EXCELSIOR	PN	-	-	-	-	-	-	76,00	78,50	-	-
BAZA3	AMAZONIA	ON	90,45	87,61	90,51	89,38	89,00	-1,64	87,94	89,98	44	5.200
BBAS3	BRASIL	ON EDJ NM	27,30	26,46	27,30	26,64	26,54	-2,05	26,70	26,55	51.226	19.065.800
BBDC3	BRADESCO	ON EJ N1	11,57	11,27	11,59	11,33	11,31	-1,99	11,36	11,29	15.852	9.087.200
BBDC4	BRADESCO	PN EJ N1	12,97	12,65	13,01	12,72	12,69	-1,85	12,78	12,69	259.061	58.953.900
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	7,01	6,95	7,09	7,03	7,08	1,14	7,08	7,09	80	8.119
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	62,22	62,10	63,20	62,37	62,37	-1,07	62,19	62,37	364	505.131
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	103,36	101,93	103,36	102,15	102,06	-1,05	95,01	108,99	8	109
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	32,80	32,28	32,87	32,45	32,47	-0,94	32,46	32,48	18.962	4.747.100
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	51,90	51,85	52,10	51,99	52,00	1,62	51,25	-	237	237
BCHI39	MSCI CHINA	DRE ED	29,21	29,19	29,42	29,27	29,23	0,44	24,00	-	33	1.470
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	110,69	110,69	110,69	110,69	110,69	-1,32	-	110,69	1	100
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	48,45	48,25	48,60	48,46	48,55	0,30	46,13	50,09	311	334
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	49,15	48,80	49,30	49,13	48,80	1,66	46,00	-	4	1.501
BCSA34	SANTANDER	DRN	26,29	26,29	27,00	26,68	26,29	0,26	26,29	26,67	70	1.621
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	42,00	-	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	114,15	114,15	114,15	114,15	114,15	-1,55	-	114,15	1	100
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	102,00	101,40	102,00	101,91	101,40	-1,47	-	101,41	4	33
BDVY39	SELECT DIVID	DRE ED	65,28	64,67	65,40	65,39	65,00	1,59	63,73	65,40	9	3.878
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,30	6,10	6,33	6,16	6,15	-1,75	6,15	6,17	10.588	7.244.800
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE ED	38,24	37,92	38,24	37,93	37,92	1,06	-	38,24	2	24
BEES3	BANESTES	ON EJ	8,83	8,79	9,00	8,88	8,94	1,24	8,93	8,94	99	18.700
BEES4	BANESTES	PN EJ	9,44	9,39	9,46	9,43	9,40	-0,42	9,38	9,45	15	2.300
BEFA39	MSCI EAFE	DRE ED	53,89	53,89	53,89	53,89	53,89	1,69	-	-	1	500
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE ED	56,58	56,58	56,58	56,58	56,58	1,30	-	-	1	100
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE ED	48,63	48,63	48,63	48,63	48,63	1,94	-	-	1	1
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE ED	54,43	54,35	54,50	54,42	54,50	1,52	-	-	5	2.134
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE ED	44,87	44,75	45,00	44,99	45,00	3,92	-	-	5	125
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE ED	64,21	63,58	64,21	64,20	63,84	1,89	-	-	3	6.002
BEMV39	MSCIEMMRKMI	DRE ED	50,45	50,45	50,45	50,45	50,45	1,62	44,65	-	1	3
BERK34	BERKSHIRE	DRN	109,85	109,50	111,47	110,47	110,75	1,22	110,55	110,98	255	22.316
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE ED	44,00	44,00	44,00	44,00	44,00	0,85	-	-	1	3
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE ED	56,64	56,64	56,64	56,64	56,64	0,19	56,29	56,53	1	20
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE ED	46,64	46,15	46,64	46,15	46,15	0,98	45,45	46,64	3	488
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	52,92	-	-
BEWP39	MSCI SPAIN	DRE ED	58,56	58,56	58,56	58,56	58,56	2,82	-	-	1	30
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE ED	-	-	-	-	-	-	-	54,54	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	47,60	47,51	47,60	47,52	47,51	4,25	37,30	-	2	27
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE ED	75,85	75,85	75,85	75,85	75,85	0,39	62,11	76,00	1	2
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	-	-	-	-	-	-	31,99	44,95	-	-
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE ED	49,50	49,19	49,50	49,42	49,25	-0,50	-	-	4	124
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE ED	-	-	-	-	-	-	37,31	-	-	-
BFLO39	BKR FLOAT RT	DRE ED	55,24	55,20	55,24	55,22	55,20	4,05	-	-	2	66
BFXI39	CHINALARGECA	DRE ED	-	-	-	-	-	-	28,53	-	-	-
BGIP3	BANESE	ON	-	-	-	-	-	-	23,00	26,50	-	-
BGIP4	BANESE	PN	22,10	21,99	22,10	22,02	21,99	-3,67	21,70	22,15	4	500
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	23,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE ED	40,16	40,16	41,00	40,79	40,76	1,49	39,88	42,73	11	1.927
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE ED	41,48	41,48	41,48	41,48	41,48	2,87	-	44,00	1	400
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	48,16	48,16	48,16	48,16	48,16	1,71	35,99	-	1	111
BHYC39	BKR 0 5 YRHY	DRE ED	57,27	57,24	57,27	57,25	57,24	8,42	-	-	2	62
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE ED	51,65	51,65	52,14	52,09	52,05	1,24	49,29	52,50	4	383
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	58,84	58,84	59,60	59,25	59,20	0,98	57,02	60,00	25	714
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	49,78	49,78	49,78	49,78	49,78	2,11	48,20	50,02	1	1
BIDU34	BAIDU INC	DRN	36,20	36,20	36,52	36,47	36,20	0,69	35,80	36,60	13	5.200
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE ED	49,98	49,86	49,98	49,96	49,97	2,29	48,85	-	5	175
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE ED	51,55	51,55	51,55	51,55	51,55	0,62	50,00	-	1	98
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE ED	47,91	47,75	47,94	47,87	47,75	1,59	-	48,15	8	1.076
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE ED	53,09	52,57	53,09	53,01	52,57	1,58	51,14	-	10	3.883
BIEV39	EUROPE ETF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	35,00	-	-	-
BIGS39	BKR 1 5YGRCO	DRE ED	-	-	-	-	-	-	52,73	-	-	-
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	64,98	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE ED	-	-	-	-	-	-	7,10	-	-	-
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	161,52	213,11	-	-
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE ED	73,76	72,36	73,76	72,53	72,40	2,60	-	78,00	3	10
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	54,90	54,90	54,90	54,90	54,90	-0,65	39,48	60,00	1	1
BILF39	LATIN AMER40	DRE ED	48,00	48,00	48,00	48,00	48,00	-4,00	-	-	2	126
BIOM3	BIOMM	ON MA	14,56	13,50	14,56	14,04	14,21	-1,52	13,84	14,21	585	129.800
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE ED	91,79	91,79	91,79	91,79	91,79	2,53	73,98	-	1	7.290
BITB39	BKR HM CNSTR	DRE ED	-	-	-	-	-	-	62,15	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE ED	62,82	62,82	63,74	63,71	63,71	1,61	59,20	-	3	178
BIVB39	CORE SP 500	DRE ED	74,00	72,35	74,00	73,44	73,50	1,98	73,19	73,70	71	2.639
BIVE39	SP500 VALUE	DRE ED	65,31	65,10	66,18	65,70	65,40	0,46	-	-	238	58.373
BIVW39	SP500GROWTH	DRE ED	61,04	61,04	62,10	61,89	61,70	3,70	-	-	17	273
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE ED	78,30	77,90	78,30	78,06	77,90	2,28	77,90	-	3	7
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE ED	54,32	54,32	55,98	54,44	55,28	3,23	52,82	58,30	10	388
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE ED	55,40	54,80	55,54	55,37	55,00	0,07	52,23	55,19	1.671	13.401
BIXG39	BKR GL FIN	DRE ED	-	-	-	-	-	-	48,98	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE ED	62,20	62,20	62,20	62,20	62,20	0,08	62,20	63,15	1	7
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE ED	14,15	14,15	14,87	14,50	14,87	6,35	14,00	-	5	966
BIYE39	BKR US ENER	DRE ED	84,59	84,59	84,59	84,59	84,59	0,84	-	-	1	1.000
BIYF39	US FINANCIAL	DRE ED	33,50	33,50	33,81	33,79	33,81	2,17	-	33,80	2	320
BIYG39	USFINANCSERV	DRE ED	-	-	-	-	-	-	16,95	-	-	-
BIYJ39	BKR US INDLS	DRE ED	65,23	65,23	65,23	65,23	65,23	3,89	-	-	1	1.000
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE ED	50,70	50,55	50,71	50,70	50,55	1,71	49,63	-	4	635
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE ED	22,76	22,72	22,80	22,76	22,72	1,61	18,99	-	3	26
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	39,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN ED	119,99	118,79	120,72	119,36	120,10	3,84	120,10	120,73	46	5.222
BLAK34	BLACKROCK	DRN ED	62,46	61,98	64,14	63,50	63,40	2,90	62,72	63,40	1.254	12.795
BLAU3	BLAU	ON NM	10,26	10,00	10,38	10,06	10,08	-1,56	10,05	10,08	1.269	263.900
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	-	-	-	-	-	-	28,04	-	-	-
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	54,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE ED	57,42	57,42	58,61	57,96	58,26	1,48	57,40	58,31	21	1.565
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	25,00	25,00	25,00	25,00	25,00	-5,55	24,30	25,80	6	900
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	27,82	26,56	28,39	27,16	26,66	-4,16	26,36	26,85	85	20.500
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,29	3,14	3,30	3,18	3,14	-3,08	3,14	3,17	847	441.900
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	18,50	25,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	15,41	15,90	-	-
BMKS3	BIC MONARK	ON	334,40	334,30	334,40	334,39	334,30	-0,02	333,00	369,99	6	34
BMMT11	B INDEX MOME	CI	107,00	106,17	107,00	106,31	106,17	-1,20	105,00	106,17	3	202
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	13,11	12,94	13,38	13,14	13,07	0,30	13,06	13,09	3.220	602.500
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE ED	51,40	51,40	51,40	51,40	51,40	=	51,40	-	5	2.000
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	230,00	229,00	230,00	229,50	229,00	-0,65	-	231,00	2	10
BNBR3	NORD BRASIL	ON	-	-	-	-	-	-	114,00	116,90	-	-
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	72,80	72,80	74,30	73,95	73,80	1,86	73,55	80,79	32	6.845
BOAC34	BANK AMERICA	DRN ED	52,55	52,55	53,95	53,41	53,50	2,45	53,50	53,81	151	3.594
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,08	2,05	2,09	2,05	2,05	-0,96	2,05	2,07	16	25.300
BOEI34	BOEING	DRN	-	-	-	-	-	-	914,00	1.200,00	-	-
BONY34	BNY MELLON	DRN	314,24	314,24	315,52	315,22	315,52	-0,70	-	-	2	26
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	42,50	42,50	43,48	43,39	43,16	3,75	37,00	43,50	10	5.409
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	118,87	116,01	118,87	116,82	116,46	-1,30	116,45	116,26	79.633	13.564.004
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	122,47	121,53	122,47	121,53	121,53	-1,35	121,53	126,00	6	2.038
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	94,17	91,95	94,17	92,54	92,37	-1,34	-	92,37	453	553
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	124,06	121,61	124,65	122,57	122,18	-1,29	122,53	122,18	46.423	2.071.610
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,38	12,09	12,45	12,18	12,15	-1,37	12,13	12,15	465	543.040
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	31,60	31,60	32,98	32,62	32,65	3,74	32,25	39,99	5	350
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	32,33	31,59	32,74	31,89	31,69	-1,67	31,73	31,70	29.607	13.667.100
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	15,90	15,56	16,44	15,98	16,05	1,77	15,47	16,05	66	10.800
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	8,09	7,87	8,35	7,94	7,98	-1,35	7,87	8,13	32	5.200
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	8,90	8,70	9,03	8,80	8,73	-1,91	8,73	8,75	3.410	1.136.100
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	175,00	270,00	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	56,98	-	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	-	-	-	-	-	-	60,50	-	-	-
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE ED	61,73	61,31	61,73	61,41	61,31	1,07	51,98	-	4	159
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	-	-	-	-	-	-	31,60	34,00	-	-
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	17,83	17,58	17,87	17,66	17,64	-0,45	17,62	17,64	300	53.200
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	18,49	18,16	18,52	18,26	18,16	-1,14	18,15	18,18	8.408	2.739.000
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	101,70	100,00	101,88	100,52	100,11	-1,50	101,37	109,00	46	2.546
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	13,60	13,18	13,67	13,37	13,18	-2,37	13,18	13,41	1.033	185.100
BREW11	B INDEX BREW	CI	112,00	111,53	112,00	111,67	111,53	-1,51	111,53	122,61	5	8.830
BRFS3	BRF SA	ON NM	19,15	18,55	19,19	18,70	18,78	-1,15	18,77	18,68	22.286	7.771.000
BRIT3	BRISANET	ON NM	4,06	3,96	4,12	4,02	4,01	-0,49	4,00	4,01	1.303	658.400
BRKM3	BRASKEM	ON N1	18,52	18,06	18,54	18,38	18,30	-2,65	18,30	19,00	117	24.600
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	18,39	17,66	18,44	17,84	17,89	-2,24	17,85	17,89	8.711	2.224.200
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	13,85	14,85	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	11,45	11,35	11,61	11,50	11,60	1,31	11,38	11,60	33	4.100
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	-	-	-	-	-	-	15,00	21,99	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	11,18	10,90	11,24	10,96	10,97	-1,17	10,97	10,98	5.392	1.252.200
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE ED	42,97	42,60	42,97	42,79	42,60	7,91	-	-	3	43
BSGO39	BKR 0 3M TRS	DRE ED	-	-	-	-	-	-	49,90	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE ED	59,60	59,12	59,75	59,39	59,12	0,06	59,57	60,00	22	1.684
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE ED	55,00	54,80	55,10	55,01	54,80	0,55	55,00	55,08	3	424
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	34,90	34,24	34,90	34,44	34,32	0,88	28,99	35,77	205	214
BSLI3	BRB BANCO	ON	9,31	9,21	9,31	9,24	9,21	-0,96	9,21	9,30	5	1.300
BSLI4	BRB BANCO	PN	10,03	10,00	10,03	10,01	10,00	-5,57	9,63	10,35	3	300
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	49,00	48,43	49,55	49,04	48,66	1,79	46,25	50,00	30	5.680
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	34,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE ED	33,03	33,03	33,93	33,61	33,77	3,43	33,21	34,14	13	597
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE ED	-	-	-	-	-	-	80,00	-	-	-
BSTI39	BKR STIP	DRE ED	-	-	-	-	-	-	49,50	-	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	72,01	71,60	72,06	71,79	71,73	2,35	71,72	-	5	145
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE ED	32,97	32,97	33,65	33,45	33,37	1,52	33,04	33,64	80	41.170
BURA39	GX URANIUM	DRE	52,20	52,20	53,98	53,28	53,60	4,89	53,30	54,00	480	1.260
BUSR39	CORE US REIT	DRE ED	48,05	47,30	48,05	47,32	47,30	1,39	45,00	49,01	3	126
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE ED	-	-	-	-	-	-	47,98	-	-	-
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	115,99	115,65	116,03	115,83	116,03	-0,74	116,02	-	3	4
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE ED	52,10	52,10	53,75	52,88	53,75	3,11	47,57	-	4	19
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE	33,66	33,66	34,50	34,03	34,50	3,51	30,00	34,70	3	9
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	5,75	11,11	-	-
C1AH34	CARDINAL HEA	DRN	-	-	-	-	-	-	534,00	-	-	-
C1BL34	CHUBB LTD	DRN	357,00	357,00	357,00	357,00	357,00	0,37	355,00	357,00	2	31

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
C1BO34	CBOE GLOBAL	DRN	463,00	462,18	463,00	462,59	462,18	-1,95↓	-	-	4	107
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	58,44	57,56	60,03	59,52	59,70	1,42↑	56,71	68,97	15	1.771
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	-	135,01	140,05	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	89,00	89,00	92,04	90,53	90,35	3,38↑	84,70	91,80	8	912
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	839,16	839,10	839,16	839,15	839,10	3,73↑	-	-	3	230
C1DW34	CDW CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	62,34	-	-
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	512,21	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	4,22	4,20	4,22	4,21	4,20	3,19↑	3,25	-	3	3
C1HR34	CH ROBINSON	DRN ED	-	-	-	-	-	-	21,92	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	856,09	856,09	856,09	856,09	856,09	2,51↑	836,00	-	1	1
C1MI34	CUMMINS INC	DRN	-	-	-	-	-	-	363,34	-	-	-
C1NC34	CENTENE CORP	DRN	364,11	364,11	364,11	364,11	364,11	-2,17↓	-	-	1	1
C1NS34	CELANESE COR	DRN	391,21	391,21	391,21	391,21	391,21	1,32↑	-	-	1	1
C1TV34	CORTEVA INC	DRN ED	70,35	70,35	70,35	70,35	70,35	1,67↑	66,45	-	1	30
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,97	2,93	2,97	2,96	2,97	3,12↑	2,93	2,97	5	2.010
C2CA34	FEMSA SAB CV	DRN	-	-	-	-	-	-	90,00	-	-	-
C2EM34	CEMEX SAB	DRN	36,51	35,76	36,57	36,00	35,80	2,16↑	35,70	-	9	1.591
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	-	-	-	-	-	-	2,36	5,80	-	-
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	53,78	53,78	56,70	55,79	54,92	4,25↑	54,92	55,34	308	100.531
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	46,40	45,35	46,40	45,66	45,35	-1,09↓	-	45,35	10	11
C2OU34	COURSERA INC	DRN	19,18	19,18	19,24	19,19	19,24	1,05↑	-	36,00	2	6
C2PR34	COUSINS PROP	DRN	30,81	30,81	30,81	30,81	30,81	1,61↑	-	-	1	1
C2PT34	CAMDEN PROP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	45,00	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	34,00	54,80	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	94,00	93,44	95,49	95,30	94,90	1,29↑	94,51	95,44	29	7.970
CALI3	CONST A LIND	ON	-	-	-	-	-	-	22,01	35,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON EJ	10,64	10,16	10,64	10,28	10,25	-3,45↓	10,20	10,25	223	43.500
CAML3	CAMIL	ON NM	9,28	9,04	9,31	9,12	9,04	-2,58↓	9,03	9,05	2.334	493.600
CAPH34	CAPRI HOLDI	DRN	176,94	176,94	176,94	176,94	176,94	-1,50↓	-	369,36	1	1
CASH3	MELIUZ	ON NM	6,13	5,71	6,40	5,96	5,82	-5,36↓	5,80	5,82	4.555	3.278.900
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	9,60	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	110,43	110,06	113,00	111,06	110,53	0,99↑	110,53	113,00	47	8.797
CBAV3	CBA	ON NM	6,93	6,72	7,04	6,79	6,74	-2,46↓	6,73	6,75	4.541	3.156.900
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	9,10	14,50	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	11,81	11,50	11,83	11,64	11,66	-0,93↓	11,62	11,61	18.461	10.356.500
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	10,25	9,69	10,54	9,95	9,72	-3,76↓	9,72	9,75	6.497	3.062.300
CEBR3	CEB	ON	21,44	20,21	21,45	20,91	20,84	-3,15↓	20,84	20,95	71	12.500
CEBR5	CEB	PNA	18,41	18,24	18,49	18,34	18,49	0,27↑	18,22	18,73	22	3.500
CEBR6	CEB	PNB	20,10	19,75	20,10	19,81	19,75	0,20↑	19,75	19,94	13	4.400
CEDO3	CEDRO	ON N1	27,80	27,80	27,80	27,80	27,80	-3,93↓	0,02	28,00	1	100
CEDO4	CEDRO	PN N1	25,80	25,80	25,80	25,80	25,80	-1,14↓	16,55	26,53	1	200
CEEB3	COELBA	ON	39,04	39,04	39,74	39,39	39,74	1,79↑	39,01	40,00	2	200
CEEB5	COELBA	PNA	-	-	-	-	-	-	31,20	53,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	11,00	21,66	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	17,00	34,69	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	66,79	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	-	108,10	111,97	-	-
CGAS5	COMGAS	PNA	-	-	-	-	-	-	116,44	118,78	-	-
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	24,72	24,66	24,72	24,69	24,66	-0,56↓	24,66	24,79	9	3.500
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	25,54	25,12	25,62	25,43	25,30	-1,24↓	25,21	25,65	22	2.900
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	25,02	24,58	25,61	25,21	25,60	4,02↑	24,00	25,60	16	8.226
CHME34	CME GROUP	DRN ED	265,50	265,50	265,50	265,50	265,50	=	209,93	-	1	4
CHVX34	CHEVRON	DRN	83,86	82,43	84,98	82,95	83,05	-0,96↓	80,77	84,55	112	7.973
CIEL3	CIELO	ON NM	5,64	5,60	5,65	5,62	5,64	=	5,63	5,64	10.662	27.273.400
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	5,77	5,71	5,77	5,76	5,71	-1,03↓	4,35	9,18	2	101
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	7,63	7,08	7,75	7,31	7,26	-6,56↓	7,25	7,26	6.457	2.962.300
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	64,04	67,50	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	70,31	70,00	70,31	70,09	70,25	-0,08↓	69,97	70,25	11	1.200
CMCS34	COMCAST	DRN	41,39	40,47	41,39	40,69	40,89	-0,38↓	39,99	41,92	24	14.315
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	12,85	12,73	12,85	12,84	12,79	-0,31↓	12,70	12,80	12	431
CMIG3	CEMIG	ON N1	12,63	12,25	12,63	12,32	12,33	-1,36↓	12,31	12,33	741	215.200
CMIG4	CEMIG	PN N1	10,25	9,96	10,29	10,03	9,97	-2,63↓	9,97	9,98	23.886	16.283.000
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	4,99	4,80	5,03	4,85	4,83	-2,42↓	4,86	4,82	12.719	7.596.200
CNIC34	CANAD NATION	DRN ED	28,08	28,08	28,08	28,08	28,08	1,51↑	-	-	1	1
COCA34	COCA COLA	DRN	56,74	56,01	57,14	56,47	56,71	=	56,71	56,74	682	24.777
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	32,75	36,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	32,00	30,81	32,00	31,18	31,16	-1,67↓	30,98	31,36	60	8.000
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	-	12,90	-	-	-
COGN3	COGNA ON	ON NM	1,84	1,69	1,86	1,74	1,69	-7,14↓	1,69	1,70	19.972	67.139.400
COLG34	COLGATE	DRN	70,52	70,52	72,24	71,96	72,24	0,38↑	71,54	76,21	11	235
COPH34	COPHILLIPS	DRN	51,10	50,20	51,30	50,32	50,62	-0,15↓	50,50	51,05	20	152.792
CORN11	BB ETF MILHO	CI	5,99	5,97	6,05	5,99	5,98	-0,33↓	5,97	6,01	37	1.713
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	16,01	27,50	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	114,26	113,64	115,76	114,70	114,90	1,43↑	97,51	127,52	34	4.193
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	33,12	32,45	33,25	32,68	32,66	-1,09↓	32,63	32,72	7.199	1.715.900
CPLE3	COPEL	ON N2	8,35	8,14	8,37	8,23	8,26	-0,72↓	8,27	8,17	7.926	4.525.600
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	17,95	22,00	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,35	9,09	9,36	9,19	9,24	-0,64↓	9,24	9,25	27.345	24.973.200
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	105,90	103,61	105,90	104,93	104,10	1,66↑	94,76	-	10	203
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	9,70	9,30	9,74	9,42	9,40	-2,38↓	9,39	9,42	23.312	8.447.500
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	274,05	274,05	274,05	274,05	274,05	-0,68↓	-	-	1	2
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	31,00	38,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	29,77	29,33	30,44	29,80	30,44	1,46↑	29,60	30,44	31	4.800
CRPG6	CRISTAL	PNB	-	-	-	-	-	-	29,89	30,45	-	-
CSAN3	COSAN	ON ED NM	12,91	12,31	12,95	12,47	12,31	-4,05↓	12,31	12,32	30.180	12.378.700
CSCO34	CISCO	DRN	49,17	49,00	49,44	49,06	49,40	0,46↑	47,99	49,60	38	20.132
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	4,07	3,84	4,09	3,94	3,93	-3,67↓	3,92	3,93	2.005	1.452.400
CSMG3	COPASA	ON NM	19,66	19,30	19,78	19,44	19,31	-0,71↓	19,34	19,31	4.124	1.095.400
CSNA3	SID NACIONAL	ON	12,41	11,90	12,44	12,03	11,91	-3,09↓	11,91	11,92	15.929	6.470.200
CSRN3	COSERN	ON	22,51	21,00	22,51	21,14	21,05	-8,47↓	21,05	21,50	17	6.500
CSRN5	COSERN	PNA	-	-	-	-	-	-	-	24,90	-	-
CSRN6	COSERN	PNB	-	-	-	-	-	-	22,02	24,70	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	18,40	18,25	18,45	18,36	18,45	0,81↑	18,25	18,46	115	37.000
CSXC34	CSX CORP	DRN	87,78	87,69	88,50	88,08	88,47	0,71↑	85,00	90,00	10	107
CTGP34	CITIGROUP	DRN	53,35	53,35	55,00	54,41	54,20	2,65↑	52,50	54,51	571	3.419
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	15,00	19,01	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	-	-	-	-	-	-	15,30	17,00	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	19,27	18,60	19,46	18,97	18,95	-0,26↓	18,94	18,96	4.284	1.441.300
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	1,94	1,87	1,97	1,90	1,90	-1,55↓	1,89	1,90	8.085	13.821.400
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	31,98	31,98	32,10	32,04	32,10	-0,37↓	31,98	33,97	2	37
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	14,40	14,16	14,48	14,29	14,33	-0,06↓	14,32	14,33	9.660	2.555.500
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	19,75	18,80	20,05	19,11	18,95	-2,96↓	18,95	19,00	22.708	8.028.600
D1DG34	DATADOG INC	DRN	63,30	63,04	64,85	63,70	64,14	4,71↑	62,90	64,85	13	936
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	718,50	705,03	718,50	711,00	712,00	-0,01↓	708,00	712,00	125	1.731
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	-	-	-	-	-	-	11,50	13,11	-	-
D1HI34	DR HORTON IN	DRN	788,31	786,00	788,31	788,26	786,00	5,96↑	-	-	2	102
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	-	-	-	-	-	-	149,95	-	-	-
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	14,18	13,90	14,48	14,17	13,90	-0,85↓	13,25	14,48	3	201
D1OM34	DOMINION ENE	DRN	137,34	136,78	137,34	136,80	136,78	-0,91↓	-	-	2	59
D1OW34	DOW INC	DRN	-	-	-	-	-	-	69,35	79,16	-	-
D1TE34	DTE ENERGY C	DRN	153,55	153,55	153,55	153,55	153,55	5,09↑	-	-	1	7
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	253,75	249,00	256,00	253,25	256,00	0,88↑	256,00	277,67	4	5
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	35,55	34,95	35,73	35,04	34,95	2,73↑	30,35	38,15	5	529
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	-	-	-	-	-	-	48,00	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	4,62	4,40	4,92	4,68	4,76	2,14↑	4,75	4,76	4.660	3.585.900
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	88,11	88,11	88,11	88,11	88,11	0,30↑	60,00	-	1	1
DEAI34	DELTA	DRN	272,25	272,25	273,18	272,31	273,18	3,07↑	-	-	2	15
DEEC34	DEERE CO	DRN	65,31	65,31	67,20	66,58	66,85	2,31↑	66,09	67,29	19	611
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	40,10	40,00	40,40	40,17	40,16	2,08↑	38,68	41,00	25	63
DESK3	DESKTOP	ON NM	15,54	15,05	15,67	15,37	15,39	-2,22↓	15,31	15,39	664	219.100
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	10,44	10,15	10,44	10,24	10,15	-2,77↓	10,15	10,20	128	30.600
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	10,00	10,00	10,00	10,00	10,00	-1,96↓	10,00	10,19	1	100
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN	28,40	27,90	28,40	28,03	28,00	-1,44↓	27,90	29,50	5	159
DHER34	DANAHER CORP	DRN	51,09	51,09	51,09	51,09	51,09	2,34↑	48,70	51,99	2	181
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	26,17	25,39	26,49	25,76	25,70	-0,69↓	25,70	25,72	9.694	2.708.200
DISB34	WALT DISNEY	DRN	35,99	35,96	36,62	36,36	36,01	0,05↑	36,01	36,30	200	30.256
DIVD11	IT NOW DIVD	CI ATZ	50,97	49,66	53,00	49,99	49,87	-1,20↓	49,87	50,48	501	36.536
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	87,55	82,51	87,55	86,11	85,70	-1,15↓	82,55	85,85	351	62.769
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	-	-	-	-	-	-	-	12,15	-	-
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	6,97	6,83	7,01	6,94	6,99	-0,85↓	6,93	6,99	336	49.900
DNAI11	IT NOW DNA	CI	33,97	33,96	33,97	33,96	33,96	0,92↑	33,50	38,75	2	186
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	5,01	10,27	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	-	-	-	-	-	-	4,02	4,16	-	-
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	8,07	7,95	8,13	8,00	8,00	-0,62↓	7,92	8,02	55	10.900
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	5,30	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	546,15	546,15	546,15	546,15	546,15	-0,60↓	415,35	567,89	1	3
DVAI34	DAVITA INC	DRN	767,00	767,00	767,00	767,00	767,00	1,22↑	730,00	-	1	10
DVER11	BB ETF DVER	CI	10,00	9,93	10,07	9,93	9,93	-0,99↓	1,00	10,20	22	20.025
DXCO3	DEXCO	ON NM	7,01	6,58	7,04	6,71	6,58	-4,91↓	6,58	6,59	12.469	3.960.700
E1CL34	ECOLAB INC	DRN	327,80	324,92	327,80	325,85	325,47	3,89↑	200,40	-	16	2.827
E1CO34	ECOPETROL SA	DRN	32,46	31,81	32,46	32,09	31,86	-0,93↓	31,77	32,68	41	7.188
E1DU34	NEW ORIENTAL	DRN	27,36	27,36	27,54	27,49	27,50	0,51↑	25,00	28,00	3	23.826
E1LV34	ELEV HEALTH	DRN ED	566,97	566,97	566,97	566,97	566,97	-1,28↓	-	-	2	2
E1MR34	EMERSON ELEC	DRN	588,70	581,74	593,34	586,93	583,48	1,60↑	-	-	42	42
E1OG34	EOG RESOURCE	DRN	-	-	-	-	-	-	299,99	-	-	-
E1QN34	EQUINOR ASA	DRN	76,22	75,80	76,22	76,05	75,80	1,66↑	75,61	77,20	4	17
E1QR34	EQUITY RESID	DRN	180,01	180,01	180,01	180,01	180,01	6,10↑	139,95	-	1	4
E1RI34	ERICSSON LM	DRN	16,41	16,41	16,41	16,41	16,41	1,54↑	13,77	18,35	1	40
E1SS34	ESSEX PROPER	DRN	146,46	146,46	146,46	146,46	146,46	0,83↑	135,24	-	1	20
E1TN34	EATON CORP P	DRN	125,50	125,04	125,83	125,65	125,04	2,47↑	-	-	64	12.060
E1VR34	EVERGY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	200,00	-	-
E1WL34	EDWARDS LIFE	DRN	118,10	118,10	118,10	118,10	118,10	1,33↑	-	-	1	3
E1XC34	EXELON CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	165,00	-	-	-
E1XR34	EXTRA SPACE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	239,50	-	-
E2EF34	EURONETWORLD	DRN	3,96	3,96	3,96	3,96	3,96	0,76↑	3,61	-	1	1
E2NP34	ENPHASE ENER	DRN	29,52	28,91	30,56	29,33	29,15	2,93↑	28,87	30,74	20	4.650
E2NT34	ENTEGRIS INC	DRN	41,17	41,17	41,17	41,17	41,17	5,64↑	-	-	1	5
E2PA34	EPAM SYSTEMS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-
E2ST34	ELASTIC NV	DRN	52,00	51,30	52,45	52,44	51,30	8,73↑	44,00	-	4	2.005
E2TS34	ETSY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
E2XA34	EXACT SCIENC	DRN	-	-	-	-	-	-	22,32	24,88	-	-
EAIN34	ELECTR ARTS	DRN	365,65	364,00	367,22	364,28	367,22	-0,05↓	-	400,00	93	14.004
EALT3	ACO ALTONA	ON	11,20	11,20	11,20	11,20	11,20	-6,58↓	10,20	11,20	1	200
EALT4	ACO ALTONA	PN	11,18	10,71	11,19	10,88	10,71	-3,33↓	10,71	10,90	37	5.000
EBAY34	EBAY	DRN	143,64	143,16	143,64	143,50	143,36	0,94↑	141,33	160,90	5	83
ECOO11	ISHARES ECOO	CI	101,39	100,09	101,39	100,16	100,09	-1,59↓	98,62	100,50	3	288
ECOR3	ECORODOVIAS	ON NM	6,61	6,20	6,65	6,32	6,30	-3,81↓	6,29	6,30	6.908	5.913.600
EGIE3	ENGIE BRASIL	ON NM	43,59	43,01	43,77	43,40	43,47	-0,27↓	43,47	43,48	10.008	1.956.300

Indicadores Econômicos

Dólar

		13/06/2024	12/06/2024	11/06/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,3660	R$ 5,4060	R$ 5,3600
	VENDA	R$ 5,3680	R$ 5,4070	R$ 5,3610
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,3968	R$ 5,3885	R$ 5,3519
	VENDA	R$ 5,3974	R$ 5,3891	R$ 5,3524
TURISMO*	COMPRA	R$ 5, 3970	R$ 5,4090	R$ 5,3880
	VENDA	R$ 5, 5770	R$ 5,5890	R$ 5,5680

Fonte: BC

Inflação

Índices	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	0,89%	0,28%	-0,34%
IPC-Fipe	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	-	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	0,87%	0,60%	0,88%
INPC-IBGE	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	-	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	-	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	-	3,14%	5,85%

TR/Poupança

07/05 a 07/06	0,1082	0,6087	24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065	25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838	26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490	27/05 a 27/06	0,0947	0,5952
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344	28/05 a 28/06	0,0909	0,5914
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607	01/06 a 01/07	0,0365	0,5367
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869	02/06 a 02/07	0,0626	0,5629
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889	03/06 a 03/07	0,0887	0,5891
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149	04/06 a 04/07	0,0857	0,5861
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646	05/06 a 05/07	0,0849	0,5853
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387	06/06 a 06/07	0,1133	0,6139
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384	07/06 a 07/07	0,0603	0,5606
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649	08/06 a 08/07	0,0391	0,5393
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916	09/06 a 09/07	0,0655	0,5658
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926	10/06 a 10/07	0,0920	0,5925
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909	11/06 a 11/07	0,0883	0,5887
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643	12/06 a 12/07	0,0963	0,5968

Ouro

	13/06/2024	12/06/2024	11/06/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.303,86	US$ 2.324,24	US$ 2.316,80
BM&F-SP (g)	R$ 398,87	R$ 404,54	R$ 397,61

Fonte: Gold Price

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	Maio
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39	0,14
UPC (R$)	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75
Maio	0,83	10,50

Reservas Internacionais

12/06.. US$ 358.242 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.259,20	Isento	Isento
De 2.259,21 até 2.826,65	7,5	169,44
De 2.826,66 até 3.751,05	15	381,44
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	662,77
Acima de 4.664,68	27,5	896,00

Deduções:

a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).

b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.

c) Contribuição previdenciária.

d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00

Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023

Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.

Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de-renda/tabelas/2024 - A partir de maio de 2024.

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,771	0,7879
COLON/COSTA RICA	35	0,3586	0,3622
COLON/EL SALVADOR	40	0,01016	0,01031
COROA DINAMARQUESA	55	0,778	0,7782
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03885	0,03891
COROA NORUEGUESA	65	0,5063	0,5065
COROA SUECA	70	0,5151	0,5153
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4692	1,4695
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,5829	3,5839
DOLAR/BAHAMAS	155	5,3968	5,3974
DOLAR CANADENSE	165	3,9244	3,9262
DOLAR DA GUIANA	170	0,02564	0,02595
DOLAR CAYMAN	190	6,4632	6,5423
DOLAR CINGAPURA	195	3,9982	4,0001
DOLAR HONG KONG	205	0,6909	0,691
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7906	0,7977
DOLAR DOS EUA	220	5,3968	5,3974
FORINT/HUNGRIA	345	0,01462	0,01463
FRANCO SUICO	425	6,0387	6,0421
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007171	0,0007183
IENE	470	0,03442	0,03443
LIBRA/EGITO	535	0,1131	0,1133
LIBRA ESTERLINA	540	6,8869	6,8882
LIBRA/LIBANO	560	0,0000602	0,0000603
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,000415	0,0004152
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1667	0,1668
NOVO SOL/PERU	660	1,4312	1,4324
PESO ARGENTINO	665	0,06458	0,06463
PESO CHILE	715	0,005861	0,005865
PESO/COLOMBIA	720	0,0013	0,001302
PESO/CUBA	725	0,2249	0,2249
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0906	0,09119
PESO/FILIPINAS	735	0,09211	0,09215
PESO/MEXICO	741	0,2905	0,2907
PESO/URUGUAIO	745	0,1376	0,1378
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6939	0,6957
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002562	0,002578
RENMINBI HONG KONG	796	0,7425	0,7426
RIAL/CATAR	800	1,4796	1,4808
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,4382	1,4387
RINGGIT/MALASIA	828	1,1458	1,1472
RUBLO/RUSSIA	830	0,06106	0,06108
RUPIA/INDIA	860	0,06458	0,06463
WON COREIA SUL	930	0,00392	0,003922
EURO	978	5,8043	5,8054

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/05/2023

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;

**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,001024	0,001903
Março/2024	Maio/2024	0,003491	0,005895

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

02/06	0,01364153	3,04480644
03/06	0,01364153	3,04480644
04/06	0,01364186	3,04488057
05/06	0,01364241	3,04500289
06/06	0,01364309	3,04515548
07/06	0,01364376	3,04530517
08/06	0,01364410	3,04537945
09/06	0,01364410	3,04537945
10/06	0,01364410	3,04537945
11/06	0,01364433	3,04543152
12/06	0,01364472	3,04551909
13/06	0,01364526	3,04563878
14/06	0,01364581	3,04576125
15/06	0,01364607	3,04581987
16/06	0,01364607	3,04581987

Fonte: Fenaseg

TBF

26/05 a 26/06	0,7687
27/05 a 27/06	0,8054
28/05 a 28/06	0,8015
29/05 a 29/06	0,7998
30/05 a 30/06	0,7635
31/05 a 01/07	0,7635

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Maio	1,0088
IGP-M (FGV)	
Maio	0,9966

Agenda Federal

sage

Dia 14

EFD-Contribuições - Entrega da EFD-Contribuições relativa aos fatos geradores ocorridos no mês de abril/2024 (Instrução Normativa RFB nº 1.252/2012, art. 7º). Internet

Cide - Pagamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico cujos fatos geradores ocorreram no mês de maio/2024 (art. 2º, § 5º, da Lei nº 10.168/2000; art. 6º da Lei nº 10.336/2001):

- Incidente sobre as importâncias pagas, creditadas, entregues, empregadas ou remetidas a residentes ou domiciliados no exterior, a título de royalties ou remuneração previstos nos respectivos contratos relativos a fornecimento de tecnologia, prestação de serviços de assistência técnica, cessão e licença de uso de marcas e cessão e licença de exploração de patentes - Cód. Darf 8741.
- Incidente na comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool etílico combustível (Cide-Combustíveis) - Cód. Darf 9331.

Darf Comum (2 vias)

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005), no período de 16 a 31.05.2024. Darf Comum (2 vias)

Dia 17

EFD-Reinf - Entrega da Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-Reinf), relativa ao mês de maio/2024. Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a transmissão da EFD-Reinf pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 6º). Nota: As entidades promotoras de espetáculos desportivos com equipes de futebol profissional (Instrução Normativa RFB nº 2.043/2021, art. 3º, V) devem transmitir a EFD-Reinf com as informações do evento até 2 dias úteis após a sua realização. Internet

Previdência Social (INSS) - Contribuinte individual, facultativo e segurado especial optante pelo recolhimento como contribuinte individual - Recolhimento das contribuições previdenciárias relativas à competência maio/2024 devidas pelos contribuintes individuais, pelos facultativos e pelos segurados especiais que tenham optado pelo recolhimento na condição de contribuinte individual. Não havendo expediente bancário, permite-se prorrogar o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior. GPS (2 vias)

DCTFWeb - Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb), relativa ao mês de maio/2024. Quando o dia 15 recair em dia não útil para fins fiscais, a entrega da DCTFWeb pode ser prorrogada para o primeiro dia útil subsequente. (Instrução Normativa RFB nº 2.005/2021, art. 10, caput e § 1º). Internet

Dia 20

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024, incidente sobre rendimentos de beneficiários identificados, residentes ou domiciliados no País. (art. 70, I, "e", da Lei nº 11.196/2005, com a redação dada pela Lei Complementar nº 150/2015).

• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.

Darf Comum (2 vias)

Cofins/CSL/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Recolhimento da Cofins, da CSL e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, correspondente a fatos geradores ocorridos no mês de maio/2024. (Lei nº 10.833/2003, art. 35, com a redação dada pelo art. 24 da Lei nº 13.137/2015).

• Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder.

Darf Comum (2 vias)

Cofins - Entidades Financeiras - Pagamento da contribuição cujos fatos geradores ocorreram no mês de maio/2024 (art. 18, I, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, alterado pelo art. 1º da Lei nº 11.933/2009): Cofins - Entidades Financeiras e Equiparadas - Cód. Darf 7987.

Se o dia do vencimento não for dia útil, antecipa-se o prazo para o primeiro dia útil que o anteceder (art. 18, parágrafo único, da Medida Provisória nº 2.158-35/2001). Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

VIVER EM VOZ ALTA

ROGÉRIO FARIA TAVARES

Jornalista. Doutor em Literatura. Presidente Emérito da Academia Mineira de Letras.

A reedição de um clássico

Segundo ocupante da cadeira de número 30 da Academia Mineira de Letras (AML), Oiliam José foi seu secretário geral e o organizador das célebres "Efemérides", destinadas a registrar, por décadas, as datas, os acontecimentos e os debates mais relevantes travados na Casa de Alphonsus. De apaixonada vocação para o ofício de Heródoto e dotado da disciplina e do ânimo necessários a empreendimentos de fôlego, o autor soube construir legado potente e perene, que continua a iluminar e a orientar os passos dos que o sucederam no amor a Clio.

De múltiplos interesses, e plenamente apto a convertê-los em objetos de investigação, Oiliam José nunca escondeu sua preferência pelos temas ligados à sua província natal. Se em sua bibliografia há notáveis estudos sobre importantes momentos da vida do estado, como a Inconfidência, ou, ainda, sobre como as campanhas do Abolicionismo e da República repercutiram em solo mineiro, nela também é possível encontrar análises pioneiras sobre os nossos indígenas, e sobre o Racismo em Minas Gerais, sem esquecer de sua vívida e frutífera fixação em personalidades como Tiradentes e Marlière.

Foi, no entanto, ao levantar a saga do município onde nasceu, que Oiliam José conquistou lugar definitivo na galeria dos historiadores mineiros, seja pelo alto padrão de seu trato com as fontes, seja pela competência em cotejá-las e interpretá-las, seja pelo manejo apurado dos recursos da linguagem, gerando material denso e, ao mesmo tempo, largamente legível, requisito essencial à sua eficiente circulação. Agora, por iniciativa de seu conterrâneo, o Desembargador Tiago Pinto, um de seus trabalhos mais impressionantes está a ponto de ser relançado, em caprichada edição. Trata-se de "Visconde do Rio Branco: terra, povo, história", publicado originalmente pela Imprensa Oficial, em 1982.

Em 565 páginas, o autor produz retrato minucioso e fiel não só de sua terra, mas de toda a região, começando pelos seus primeiros habitantes e contando, em pormenores, como se deu o seu devassamento e a conquista do território. Seu povoamento merece capítulo especial, assim como a fundação de suas instituições mais antigas, como igrejas e escolas. Sempre à luz da história de Minas e do Brasil, Oiliam José destaca, ainda, como acontecimentos cruciais da vida nacional atingiram a sua comunidade, escrevendo seções importantes sobre a Revolução Liberal de 1842, a campanha pela Proclamação da República e a Revolução Constitucionalista de 1932, sem esquecer de refletir sobre as relações entre os rio-branquenses e o esporte, a imprensa, a música e as artes.

Igreja da Boa Viagem é o "marco zero" da Capital

CRISTINA MORENO DE CASTRO, Editora

A Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou, em segundo turno, o Projeto de Lei 710/2023, que cria o "marco zero" para a Capital: o local onde hoje está a Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem. A sessão foi ontem (12).

O projeto, de autoria do vereador Sergio Fernando Pinho Tavares (PL), foi aprovado por unanimidade, com 39 votos favoráveis. Ele agora vai ser encaminhado para a sanção do prefeito Fuad Noman (PSD).

A Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem fica na rua Sergipe, 175, no bairro Funcionários. Ou, conforme o projeto de lei, nas coordenadas geográficas 19° 55′ 43′ S 43° 56′ 06′ O. O marco zero é justamente o ponto de origem da cidade.

Em sua justificativa para a proposta, o vereador traz a seguinte explicação: "Segundo historiadores, o primeiro homem a chegar a Belo Horizonte foi Francisco Homem Del Rei, fazendeiro vindo de Portugal, que trouxe em sua nau uma imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem, a protetora dos navegantes. Em meados de 1700, ainda no início do século XVIII, Del Rei construiu uma pequena capela de pau a pique para abrigar a imagem, dentro da fazenda da família portuguesa, e ao seu redor desenvolveu-se o Curral Del Rei, hoje, Belo Horizonte, a capital do Estado."

Ainda segundo a justificativa, com o passar dos anos, aquela pequena capela passou por obras e reconstruções até chegar à atual Catedral de Boa Viagem: "O local onde se encontra edificada a igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem é um importante local de fé para os belo-horizontinos, além de ser um ponto turístico. Ainda, representa um museu vivo da história da cidade, sendo rico patrimônio cultural, histórico e artístico de Belo Horizonte. Fato é que o local indica o Marco Zero de Belo Horizonte, (...) sendo que a história de Belo Horizonte começou ali, no pequeno vilarejo Curral Del Rei, que se tornou a grande capital dos mineiros".

Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem tem estilo neogótico FOTO: REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK_

Primeira construção da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem FOTO: DIVULGAÇÃO / MIS-BH

História – Erguida, então, na rota dos tropeiros que passavam pela região transportando as riquezas do interior do País, a igrejinha de pau a pique recebeu o nome de Nossa Senhora da Boa Viagem e passou a ser conhecida também como a padroeira dos viajantes.

Com o passar dos anos e a enorme devoção dos fiéis, a capela ficou pequena para receber tanta gente e, em seu lugar, foi erguida uma igreja maior. Entretanto, com a construção da nova capital, houve a necessidade de se erguer uma nova igreja – a atual Catedral Nossa Senhora da Boa Viagem – a qual foi inaugurada em 1923, data em que a cidade de Belo Horizonte foi oficializada como arcebispado.

Ela abriga um conjunto arquitetônico, em estilo neogótico, que, de tão belo, dá graça ao ambiente paisagístico e arquitetônico de Belo Horizonte. Ela tem um valor histórico, artístico e cultural que a torna um espaço de visitação e atração turística. O conjunto da Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem é composto pela nave, a capela São Pedro Julião Eymard, a casa paroquial e o alojamento da adoração noturna. **(Com informações Arquidiocese de Belo Horizonte)**

> **"A Câmara Municipal aprovou, em segundo turno, o Projeto de Lei 710/2023, que cria o "marco zero para a Capital: o local onde hoje está a Igreja Nossa Senhora da Boa Viagem. Ele agora vai ser encaminhado para sanção do prefeito Fuad Noman (PSD)"**

Modernos Eternos BH ressignifica Iemg

A mostra Modernos Eternos BH, *match* do vintage e do contemporâneo que tem a proposta de ressignificar imóveis icônicos da Capital, vai ser em 2024 no icônico prédio rosa de Belo Horizonte que é um marco da educação e cultura do Estado: o Instituto de Educação (Iemg), que data da época da fundação da cidade e formou várias gerações de mineiros.

Instituto de Educação, o famoso prédio rosa de BH, sedia mostra FOTO: DIVULGAÇÃO / CAROLINA DAVIS

De 18 de junho (terça-feira) a 14 de julho, o edifício irá receber renomados arquitetos e designers de interiores para assinar os 42 ambientes com as últimas tendências do setor. Em sua nona edição, a Modernos Eternos vai contar com uma extensa programação de mini-talks com temas de cultura, história, moda, arte e mais, apresentações musicais e espaços gastronômicos inéditos. A Modernos Eternos BH 2024 vai ocupar 6 mil m² do histórico prédio.

Neste ano, a tradicional Ação Street vai homenagear o legado do IEMG, desafiando artistas contemporâneos a criarem pinturas inspiradas em obras literárias escritas por intelectuais que passaram pela instituição. "O Instituto de Educação marcou a história e a cultura de Belo Horizonte de um jeito muito especial - eu mesma estudei lá. Já há algum tempo, o prédio estava precisando passar por restauração, e estamos muito felizes de estar presentes neste momento em que ele finalmente começa a voltar à sua melhor forma. A Modernos Eternos vai homenagear o IEMG e apresentá-lo para a cidade com a importância que merece", celebra a realizadora da mostra, Josette Davis.

O prédio da instituição de ensino, que pertence à Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais (SEE/MG), passará por uma restauração completa, resgatando todo o charme e história que o edifício guarda para receber novamente seus estudantes. O edital de licitação já foi publicado pelo governo de Minas.

A gastronomia também tem espaço de destaque na Modernos Eternos BH. Entre eles, estão o Bar e Cafeteria sob comando do chef Leo Paixão, além de o Restaurante, que será comandado pelo chef Jorge Ferreira.

A programação completa e a lista dos ambientes e respectivos profissionais pode ser conferida pelo Instagram *@modernoseternos-bh* ou pelo site *modernoseternosbh.com*. Os ingressos para visitação podem ser adquiridos exclusivamente pelo *site*.

DiariodoComercio
diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
(31) 3469 2067